

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE –  
UNESC PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ANDREZA DE OLIVEIRA**

**ARTE/EDUCAÇÃO COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: UM  
ESTUDO SOBRE O PROJETO ADINKRAS NO MUNICÍPIO  
FORQUILHINHA/SANTA CATARINA**

**CRICIÚMA**

**2023**

**ANDREZA DE OLIVEIRA**

**ARTE/EDUCAÇÃO COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: UM  
ESTUDO SOBRE O PROJETO ADINKRAS NO MUNICÍPIO  
FORQUILHINHA/SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Orientador: Prof. Dr. Alex Sander da Silva

**CRICIÚMA**

**2023**

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

O48a Oliveira, Andreza de.  
Arte/educação com mulheres vítimas de violência :  
um estudo sobre o projeto Adinkras no município  
Forquilha/Santa Catarina / Andreza de Oliveira. -  
2023.  
124 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo  
Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Criciúma, 2023.  
Orientação: Alex Sander da Silva.

1. Arte-Educação. 2. Violência contra as mulheres  
- Forquilha (SC). 3. Projeto Adinkras. 4. Ensino  
da arte. 5. Arte na educação. I. Título.

CDD. 22. ed. 700.7

**ANDREZA DE OLIVEIRA**

**ARTE/EDUCAÇÃO COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: UM  
ESTUDO SOBRE O PROJETO ADINKRAS NO MUNICÍPIO  
FORQUILHINHA/SANTA CATARINA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação na área de Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 29 de setembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Alex Sander da Silva - Doutor- (Universidade do Extremo sul Catarinense)  
- Orientador

Profa. Maria Aparecida Rita Moreira -Doutora - (Aposentada)

Profa. Ana Sabrina Mora - Doutora - (Universidad Nacional de La Plata)

Profa. Fernanda Lima- Doutora - (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

Andreza de Oliveira

Mestranda

Dedico esta escrita para todas as mulheres que vieram antes de mim, abriram portas e quebraram correntes para que eu possa ocupar esse lugar e para aquelas que virão, almejando que vivam em uma sociedade mais segura.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres da minha família, especialmente minha mãe Therezinha de Assis Oliveira, que são fonte de inspiração na minha trajetória, elas são mulheres de luta, fortes guerreiras que atravessam sua existência sendo resistência e me ensinaram a sonhar, a ser mãe, a lutar, ser persistente e corajosa mesmo quando o medo se apodera de minha alma.

Agradeço às minhas filhas Tsiporá Ramos de Oliveira Rocha e Noemi Ramos de Oliveira Rocha, pequenas infantas que amorosamente me acolheram nesse processo e aguardaram pacientemente o término dessa pesquisa.

Agradeço às mulheres do Projeto Adinkras que confiaram e me ensinaram com suas experiências e a Joseane Nazário parceira de sonhos e de trabalho.

E não poderia deixar de fora o agradecimento para as irmãs de luta nos movimentos sociais, aquelas que gritam por justiça e pela vida ao meu lado.

À todes amigues, rebeldes e não rebeldes, que me acompanharam durante esse percurso, que trouxeram momentos de paz, reflexão e alegrias.

Também agradeço ao FUMDES/UNIEDU pela concessão de uma bolsa de estudo que me ajudou a me manter no mestrado. E por fim ao meu Orientador, Prof. Dr. Alex Sander da Silva que com muita sensibilidade soube guiar este estudo, deu-me liberdade para descobrir o processo de construção do meu próprio conhecimento, para então, poder refletir e escrever sobre educação.

O dever de um artista, no que me diz respeito, é refletir os tempos. Nesse tempo crucial em nossas vidas, quando tudo é tão desesperador, quando todo dia é uma questão de sobrevivência, eu acho que é impossível você não se envolver.

Nina Simone

## RESUMO

A presente pesquisa foca na análise da experiência com arte/educação dentro do projeto Adinkras - Grupo de apoio às mulheres vítimas de violência dentro do município de Forquilha/SC, projeto que atende as vítimas no período da pós-denúncia. Durante a escrita foram rebuscadas as origens do patriarcado na idade média até a contemporaneidade para compreender o fenômeno da violência doméstica, estudamos algumas Legislações relacionadas a condição das mulheres, e logo avançamos nas experiências com arte/educação dentro do projeto. Desenvolveu-se a pesquisa com base na metodologia histórico-estrutural de cunho qualitativo, com análise documental e de conteúdo e na a/r/tografia que é a pesquisa educacional baseada em arte; objetivando descrever aspectos sócio-históricos da violência contra as mulheres; caracterizar a arte/educação no projeto Adinkras, seus métodos e técnicas; analisar as possibilidades dos ideogramas Adinkras como dispositivos para reflexão e sensibilização dentro desse projeto e entender como a produção das narrativas descritas pelas mulheres nos sketchbooks foi facilitada através do ensino da arte. Para dialogar com essa investigação recorreu-se a autoras como: Ana Mae Barbosa, Fayga Ostrower, Marie France Hirigoyen, Sueli Carneiro, Françoise Verges, Carole Pateman, Elisa Larkin Nascimento e Cecília Almeida Salles. Outras importantes fontes utilizadas são o Atlas da violência, Anuário da Segurança Pública, Relatórios do Ligue 180 e reportagens veiculadas nas mídias sobre o projeto e fotos do arquivo pessoal da autora, almeja-se que sirva de referência para profissionais que trabalham com mulheres vítimas da violência e para arte/educadores.

**Palavras-chave:** violência contra mulheres. Arte/educação. Grupos de apoio. Empoderamento. Projeto Adinkras.

## ABSTRACT

This research focuses on the analysis of the experience with art/education within the Adinkras project - Support group for women victims of violence in the municipality of Forquilha/SC, a project that assists victims in the post-complaint period. During the writing, the origins of patriarchy in the Middle Ages to the present were searched to understand the phenomenon of domestic violence, we studied some legislation related to the condition of women, and then we advanced in the experiences with art/education within the project. The research is developed based on the historical-structural methodology of a qualitative nature, with documental and content analysis and on the a/r/tography that is the educational research based on art; aiming to describe socio-historical aspects of violence against women. ; characterize art/education in the Adinkras project, its methods and techniques; to analyze the possibilities of Adinkra ideograms as devices for reflection and awareness within this project and to understand how the production of narratives described by women in sketchbooks was facilitated through teaching art. To dialogue with this investigation, authors such as: Ana Mae Barbosa, Fayga Ostrower, Marie France Hirigoyen, Sueli Carneiro, Françoise Verges, Carole Pateman, Elisa Larkin Nascimento and Cecília Almeida Salles are used. Other important sources used are the Atlas of Violence, Public Security Yearbook, Reports from Ligue 180 and reports published in the media about the project and photos from the author's personal archive and for art/educators.

**Keywords:** violence against women. Art/Education. Support groups. Empowerment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cartaz com imagem de Marielle Franco é vandalizado após o feminicídio .....	42
Figura 2 – Fotografia premiada no concurso de jornalismo Rei da Espanha, 2012 .....	44
Figura 3 – Maria da Penha Maia Fernandes .....	45
Figura 4 – Encontro do projeto Adinkras de Forquilha/SC, 2018.....	71
Figura 5 – Encontro do projeto Adinkras com sessão de filme e dialogo, filme Lixo extraordinário de Vik Muniz, 2019.....	73
Figura 6 - Encontro do projeto Adinkras com sessão de filme e dialogo, filme Lixo extraordinário de Vik Muniz, 2019.....	74
Figura 7 – Encontro do grupo para entrevista concedida a TV UNESC, 2019..	76
Figura 8 - Encontro do grupo para entrevista concedida a TV UNESC, 2019...	77
Figura 9 – Divulgação de seminário com a participação do projeto Adinkras...	79
Figura 10 – Divulgação do evento constando a participação do projeto Adinkras no painel II do seminário.....	80
Figura 11 – Participação no Seminário de Políticas Públicas para a Primeira Infância em Forquilha/SC, 2019.....	80
Figura 12 – Releitura da obra <i>A virgem entre as virgens</i> de Gerard Davi, 1501 .....	81
Figura 13 - Obra <i>A Virgem entre as virgens</i> , 1509.....	83
Figura 14 – Sketchbook 1.....	88
Figura 15 – Sketchbook 2.....	89
Figura 16 – Páginas de sketchbook.....	89
Figura 17 - Páginas de sketchbook.....	90
Figura 18 – Sketchbook instalados e expostos na Semana da Ciência eTecnologia da Unesc, 2018.....	91
Figura 19 – Visitantes lendo os Sketchbook instalados e expostos na Semana da Ciência e Tecnologia da Unesc, 2018.....	91

Figura 20 - Sketchbook instalados e expostos na Semana da Ciência e Tecnologia da Unesc, 2018.....	92
Figura 21 – Alguns ideogramas com seus significados.....	95
Figura 22 – Panos com impressão de Adinkra.....	95
Figura 23 – Pessoa carimbando os panos.....	95
Figura 24 – Convite para abertura da exposição.....	97
Figura 25 – Cama da instalação artística <i>Beba-me</i> , projeto Adinkras, 2018 .....	98
Figura 26 – Representação de casa que simboliza o período da tensão no ciclo da violência, exposta na Semana da Ciência e Tecnologia da Unesc .....	101
Figura 27 – Ponto 3 da instalação: <i>jaula</i> .....	102
Figura 28 – <i>Jaula</i> , instalação no Centro Cultural de Forquilha, 2018.....	105
Figura 29 – Representação da <i>lua de mel</i> no ciclo da violência, instalação na Prefeitura municipal de Forquilha/SC.....	106
Figura 30 – Instalação na Semana da Ciência e Tecnologia da Unesc.....	108
Figura 31 – Reportagem no jornal de circulação Regional Volta Grande, setembro de 2018 .....	110
Figura 32 – Folder de apresentação que acompanha a instalação.....	111

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Violência contra Mulheres e meninas no Brasil .....	35
Tabela 2: artigos científicos publicados no site Scielo Brasil a partir de 2006 até 2016.....	61

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRASME Associação Brasileira de Saúde Mental

ABSP Anuário Brasileiro de Segurança Pública

APAES Associações de pais e amigos dos excepcionais

CEJIL Comitê para a Justiça e o Direito Internacional

COINE/RN Coordenadoria de informações Estatísticas e Análises Criminais  
Rio Grande do Norte

CLADEM Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da  
Mulher

CRAS Centro de Referência da Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado em Assistência  
Social

ECA/USP Escola de Comunicações e Artes na Universidade de São  
Paulo

EAD Educação a distância

IBGE Instituto Brasileiro e de Geografia e Estatísticas

OAB Ordem dos Advogados do Brasil

UNIEDU Programa de bolsas universitárias de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>BRUXAS E AMALDIÇOADAS: UM BREVE RECONTAR SOBRE ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....</b>	<b>27</b>
2.1	PERCURSOS, TRAJETÓRIAS E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.....	27
2.2	LEGISLAÇÃO DA VIOLÊNCIA: PATRIARCADO E O ESTADO OPRESSOR.....	46
<b>3</b>	<b>DENUNCIEI! E AGORA? GRUPOS DE APOIO E RESISTÊNCIA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.....</b>	<b>58</b>
3.1	TRAUMAS, DENÚNCIAS E PÓS-DENÚNCIAS.....	58
3.	A EXPERIÊNCIA COM ARTE/EDUCAÇÃO NO GRUPO ADINKRAS/SC PARA APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.....	62
<b>4</b>	<b>EXPERIÊNCIAS COM ARTE/EDUCAÇÃO NO GRUPO ADINKRAS COMO PROCESSOS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES PARTICIPANTES.....</b>	<b>71</b>
4.1	ENCONTROS, CRIAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.....	71
4.2	SKETCHBOOKS - “O LIVRO DA VIDA”: REESCREVENDO HISTÓRIAS.....	84
4.3	ADINKRAS AFRICANOS: O QUE SÃO E COMO FORAM USADOS DURANTE O PROJETO.....	92
4.4	INSTALAÇÃO ARTÍSTICA <i>BEBA-ME</i> .....	97
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Comecei a lecionar aos 14 anos<sup>1</sup>, trabalhando como professora na educação infantil de 1997 até 2006, fiz uma longa pausa, onde casei e tive as duas filhas e retomo ao mercado do trabalho “formal” em 2017 como auxiliar de sala de aula, após o fim do casamento. Em 2019 assumi pela primeira vez a sala de aula como professora de arte, trazendo a experiência da educação infantil e dos movimentos sociais para minha prática docente.

Em 2015 iniciei a graduação em Artes Visuais na modalidade semipresencial, pois, mesmo desejando estar em uma universidade de maneira presencial, a condição em que me encontrava não possibilitaria isso. Ao fim, eu tinha uma filha com 3 anos e no segundo semestre de aulas engravidei da segunda filha, morava longe de familiares e não contava com recursos financeiros suficientes para contratar uma pessoa para ajudar nesses cuidados da casa e filhas, esse modelo educacional, EAD, permitiu meu retorno aos estudos e posteriormente minha retomada profissional.

Durante o ano de 2017 experimentei as dores do final de um casamento que durou 7 anos. Quando rompi a relação, estava maternando duas filhas, a mais velha com 4 anos e a menor com 8 meses. Ainda nesse período, estava cursando os últimos anos da licenciatura em Artes Visuais e para vivenciar esse processo precisei ter uma rede de apoio bem fortalecida, composta por minha mãe e tias, que foram nossas cuidadoras para que eu pudesse estudar. Foram minhas orientadoras ao me ouvirem repetidamente ensaiar a apresentação do trabalho de conclusão de curso, foram nossas cozinheiras, faxineiras, consultoras de moda, terapeutas e me atrevo a falar que foram sonhadoras junto comigo, ajudando a reconstruir minha vida e garantir o crescimento saudável das filhas.

Nesse mesmo ano, me aproximei das experiências educacionais não formais, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), ao apresentar-me como voluntária para cumprir as horas requisitadas pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU).

---

<sup>1</sup> Quando comecei a lecionar em 1997, tinha 14 anos, naquela época as escolas particulares contratavam professoras sem formação, eu fiquei apenas 6 meses como estagiária e em 1998 assumi regência de sala de aula e início o curso de magistério no Coelho Netto

Ao comparecer no CRAS de Forquilha/SC, apresentei duas pesquisas que desenvolvi para o cumprimento do estágio obrigatório na licenciatura em artes visuais: mandalas e sketchbooks com os adinkras. Na pesquisa com mandalas faço a contextualização histórica trazendo sua origem, suas formas, a presença em diferentes civilizações e na natureza relacionando-as com a própria existência do ser humano, trabalho com montagens de mandalas coletivas com materiais coletados na natureza e também técnicas de desenho e pintura de mandalas em papel, cds e vinil, estudo de linhas e formas e das relações cromáticas. A pesquisa com sketchbooks conta com técnicas de encadernação artesanal, estudo da história da arte africana com os ideogramas Adinkras, técnicas de desenho, pintura, colagem e estudo das relações cromáticas. As duas tornaram-se oficinas para os adolescentes e mulheres que eram atendidas/os pelo CRAS do município. Posteriormente fui contratada para dar continuidade às oficinas por mais 2 meses.

Especialmente a oficina de sketchbooks destacou-se, chamando a atenção da coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Joseane Nazário<sup>2</sup>. Juntas idealizamos, projetamos e executamos de 2018 a 2021 o projeto Adinkras - Grupo de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica no município, para atendê-las no período da pós-denúncia. O projeto veio suprir a demanda do acompanhamento das mulheres que tiveram seus direitos violados no espaço doméstico.

Desde criação da Lei Maria da Penha em 2006, os casos de violência contra mulheres não retrocedem, e as violências sofridas são as mais variadas: psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, obstétrica e junto dessas a violência racista que coloca as mulheres negras como as mais atingidas entre as mulheres. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra em seus gráficos a constância no aumento de registro de violações de direitos das mulheres, os crimes de violência doméstica são incorporados aos poucos no anuário, em 2017, 11 anos depois da criação da Lei Maria da Penha o crime de feminicídio aparece em números no anuário, no ano

---

<sup>2</sup> É coautora do projeto Adinkras/Forquilha e psicóloga, Especialista em medicina tradicional chinesa e dança educacional

seguinte passam a preencher páginas do ABSP as violências contra as mulheres separadas em: feminicídio e lesão corporal dolosa, em 2019 inclui-se o crime de estupro, 2020 inclui-se os registros de ameaças e os números de ligações para o 190 sob a natureza de violência doméstica, no ano de 2021 os crimes de assédio, importunação sexual e os números de medida protetivas concedidas aparecem no anuário, em 2022 encontra-se dados sobre perseguição (stalking) e violência psicológica, divulgação de cena de estupro ou cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia e nesse anuário esses crimes passam a ter um demonstrativo de raça.

Contudo, a tipificação dos crimes não levou ao fim das violências praticadas contra as mulheres, podemos observar pelo ABSP<sup>3</sup> que em 2022 o número de feminicídios chegou a 4.034, já em sua primeira divulgação, em 2017, o anuário registrou 4.245 feminicídios ocorridos no ano de 2016, esse número mostra uma redução mínima diante dos 17 anos da Lei. É preciso frisar a importância da Lei Maria da Penha para nós, em sua tipificação de crimes e medidas apontadas na legislação, porém o movimento de mudança comportamental é lento, as mulheres seguem morrendo, apanhando, sofrendo ameaças, muitas tendem a retomar relacionamentos com o mesmo perfil e os/as agressores seguem violentando.

Esse fato levanta outra importante situação: o período pós-denúncia. É especialmente alarmante a ausência de políticas e programas institucionalizados visando acolher e apoiar essas mulheres, auxiliando-as a recuperar a autoestima e recomeçar sua vida.

Pensando nisso, o trabalho com as mulheres do projeto Adinkras é amparado por dois eixos: psicologia e arte-educação, sendo esta última o eixo da proposta desta pesquisa. Aproximadamente 28 pessoas já foram atendidas pelo projeto, dentre elas, 15 adolescentes que participaram do “Adinkras Sesa Wo Suban transforme sua vida”, em que atuamos com meninas da Escola Estadual Natálio Vassoler em Forquilha/SC, visando ajudar as meninas a identificar relacionamentos abusivos, reconhecer a violência contra as mulheres, discutir evasão escolar e prevenção da gravidez na adolescência. Esse trabalho não será detalhado nesta escrita, mas considero importante

---

<sup>3</sup> <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> link de acesso às publicações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

deixar registrado, pois, ele nasceu com intuito de evitar as violências, enquanto o Adinkras com mulheres as acolhe depois da ocorrência.

No projeto Adinkras aplicamos técnicas de psicologia e técnicas artísticas com o grupo, possibilitando reflexões acerca dos direitos sobre guarda de filhos, divisão de patrimônio, possibilidades de profissionalização e direito ao controle da natalidade. Além disso, elas aprenderam a identificar relacionamentos abusivos em seus sinais iniciais, permitindo a compreensão do ciclo da violência, os tipos de violência, como ela se constituiu na sociedade e quais são as redes de apoio às mulheres. Almejamos, que, as vítimas que tiveram sua autoestima abalada pelos processos violentos que vivenciaram pudessem ressignificar sua experiência, e assim, empoderar-se, já que “[...] “ninguém “empodera” outrem –isto é, trata-se de um ato auto reflexivo de “empoderar-se” [...] (Sardenberg, 2012, p.3) para que, empoderando-se, chegassem ao ponto de reescreverem sua vida, tornando-se autoras da sua história.

Uma das práticas utilizadas para este “reescrever”, foi à construção de sketchbooks elaborados manualmente pelas próprias integrantes do projeto. Além da técnica de encadernação, de desenho e pintura, as mulheres aprenderam um pouco da história da arte africana por meio dos ideogramas Adinkras que ajudam a compor seus sketchbooks. Neles, elas resguardam o registro das suas histórias: as violências sofridas, a denúncia, o pós-denúncia e a retomada da sua vida.

Somados a outros elementos, tudo isso compôs a instalação artística “Beba-me”, inaugurada em setembro de 2018 dentro da prefeitura municipal de Forquilha, SC, Brasil. Esta instalação percorreu diversos espaços, até o ano de 2020, chegando a atingir reconhecimento nacional dentro dos campos de diálogos temáticos.

Nesta pesquisa, concentramos a análise nos processos de construção de conhecimento que envolvem a arte/educação com um enfoque específico em suas contribuições para o atendimento de mulheres vítimas de violência. Investigamos como a arte/educação pode desempenhar um papel significativo na abordagem e no apoio a mulheres que enfrentaram situações de violência, explorando suas potencialidades. na tentativa de compreender como as experiências com arte/educação ser dispositivos poderosos para fortalecer e

empoderar essas mulheres, esperamos fornecer experiências para aprimorar as práticas no atendimento dessas vítimas no período pós-denúncia.

Pensar sobre o ensino da arte compreende perceber que este “ensinar” vai além de leituras e releituras de imagens, incluindo a reflexão, a experimentação, a interiorização, a contextualização, a ressignificação e a reinvenção do objeto constituído como obra de arte, Cecilia Almeida Salles escreveu no livro *Gesto inacabado* que:

No momento de construção de uma obra, hipóteses de naturezas diversas são levantadas e vão sendo postas à prova. São feitas seleções e opções que geram alterações e que, por sua vez, concretizam-se em novas formas. É nesse momento e testagem que novas realidades são configuradas, excluindo outras, e assim, dá-se a metamorfose: o movimento criador (Maria Cecília Salles. 1998. p.142).

Maria Cecilia constrói uma narrativa sobre as possibilidades de configurações de realidades a partir de processos na arte, aquilo que ela chama de momento criador, onde aquele que transforma uma matéria ou um conceito em uma obra de arte, ressignificando o objeto primário em uma metamorfose criadora. Isso suscita também discussões sobre a arte e seus significados, o espaço onde acontece e suas contribuições para a constituição de uma educação que visa ter como base para a construção do conhecimento, a liberdade, a equidade e a garantia dos direitos.

No projeto Adinkras podemos vislumbrar a arte/educação em sua amplitude. Saindo do lugar formal da educação e adentrando o espaço da assistência social e do amparo às necessidades humanas, tornou-se um dispositivo para as mulheres que tiveram seus direitos violados refletirem sobre sua história, para exteriorizar os seus sentimentos e ressignificá-los por meio de expressões artísticas.

Ana Mae Barbosa no livro *A imagem no ensino da arte* (2005) escreve à arte educadores que:

[...] Para a liberação das emoções devem lembrar que as emoções podem se revelar em múltiplas expressões catárticas e reativas, mas pouco aprendemos de nossas emoções se não somos levados a refletir acerca de nossas próprias respostas. O subjetivo, a vida interior, a vida emocional deve navegar, mas não ao acaso. Se a arte não é tratada como forma de conhecimento, mas como “um grito da alma” não estamos fazendo nem educação cognitiva nem educação emocional. (Ana Mae Barbosa, 2005, P. 41).

A metodologia do ensino da arte enseja desdobramentos em sua prática educativa neste projeto. Ao permitir que as mulheres, ao criarem os sketchbooks, refletissem sua própria existência, utilizando técnicas artísticas que contribuíssem para sua sensibilização, ela apresentou-se como caminho para o autoconhecimento e aceitação. Neste aspecto Fayga Ostrower escreve em seu livro *Criatividade e Processos de Criação* de 2014 que

Assim, nos processos criativos, o essencial será poder concentrar-se e *poder manter a tensão psíquica, não simplesmente descarregá-la*. Criar significa poder sempre recuperar a tensão, renová-la em níveis que sejam suficientes para garantir a vitalidade tanto da própria ação, como dos fenômenos configurados. Embora exista no ato criador uma descarga emocional, ela representa um momento de liberação de energias- necessário, mas de somenos importância do que certos teóricos talvez o acreditem ser. Mais fundamentalmente e gratificante, sobretudo para o indivíduo que está criando, é o sentimento concomitante de reestruturação, de enriquecimento da própria produtividade, de maior amplitude do ser, que se libera no ato de criar. Menos a potência descarregada, do que a potência renovada. (Fayga Ostrower. 2014. P. 28).

Para tencionar este processo criativo nas mulheres envolvidas no projeto, usamos os ideogramas adinkras na construção dos sketchbooks. Esses ideogramas referenciam o nome do grupo “Adinkras: Sankofa”, que significa “aprender com o passado”, propondo que as participantes olhem para as experiências vividas e busquem na sua história e na de outras mulheres os ensinamentos para modificar sua realidade. Eles foram usados individualmente, nas capas e no interior, ilustrando e ajudando a significar cada etapa narrada.

Por meio desses e de outros processos, o projeto **Adinkras- Sankofa S/C de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência** se propôs a contribuir com estas mulheres no período pós-denúncia, motivando às participantes a compreenderem o drama vivido por cada uma, convidando-as também a tornarem-se autoras de sua história, empoderando-se de conhecimento e coragem para não voltarem a entrar em relacionamentos abusivos.

Como arte/educadora, ativista em movimentos de mulheres, mãe, filha, trabalhadora e mulher consciente da violência estrutural oriunda do patriarcado sinto o maior peso da dinâmica da vida social e privada, Heleieth Safiotti descreve que:

[...] as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura e poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não

apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados. (Heleieth Safiotti, 2015, p. 57).

Heleieth explica que o patriarcado está presente em praticamente todos os espaços de convívio das pessoas e como essas relações são profundamente atravessadas por abuso de poder, as violações dos direitos das mulheres tendem a ser maiores que as violações dos direitos dos homens, já que a relação de poder dada aos homens sobre os corpos das mulheres, concede para eles mais liberdade e direitos, mais autonomia e inclusive para romperem os direitos das mulheres, dificultando nossos acessos a profissionalização, de locomoção, de acesso à saúde, ao lazer e de prazer. Destaco que combater a violência contra as mulheres é tarefa de todos/as, em todos os espaços.

E por isso a experiência com mulheres vítimas de violência no projeto Adinkras de Forquilha SC ganha relevância no enfrentamento da violência doméstica e para essa pesquisa delimitamos como problema: Quais aspectos da arte/educação se apresentam com mulheres vítimas de violência no projeto Adinkras desenvolvido no município de Forquilha/SC entre 2018 e 2020 e quais suas possibilidades como dispositivos de reflexão no período da pós-denúncia? Já que o projeto Adinkras tem como eixos de atuação Arte e psicologia, atentemo-nos nessa pesquisa a compreender como a arte educação fez-se presente nos processos educativos e de produção de conhecimento com as mulheres que foram vítimas de violência doméstica e participaram do projeto adinkras em Forquilha durante os anos de 2018, 2019, 2020.

Como objetivo geral iremos analisar os aspectos da arte/educação que se apresentam no projeto Adinkras, desenvolvido com mulheres vítimas de violência no município de Forquilha/SC entre 2018 e 2020. Caracterizando pontos do projeto que se destacaram nas mídias e identificando a estratégias de ação em arte/educação que se mostraram nas suas práticas como dispositivos para sensibilização e reflexão das mulheres atendidas, e em diálogo com teorias de pesquisadoras da educação, da arte e da psiquiatria

detalhar os processos de produção do conhecimento que se forjaram junto ao grupo de mulheres para seu empoderamento.

Quanto aos objetivos específicos buscar-se-á:

- Descrever aspectos sócio-históricos da violência contra as mulheres.

- Analisar as possibilidades dos ideogramas Adinkras como dispositivos para reflexão e sensibilização dentro desse projeto e entender como a produção das narrativas descritas pelas mulheres nos sketchbooks foi facilitada através do ensino da arte.

- Caracterizar a arte-educação no projeto Adinkras, seus métodos e técnicas.

Esse estudo se desenvolverá com base na pesquisa qualitativa, fundamentada no método histórico-estrutural, partindo do que escreve Triviños (1987) sobre este tipo de investigação que busca não somente a aparência de um fenômeno, mas também as causas dele e as consequências para a vida humana. E parte-se da experiência das mulheres vítimas de violência doméstica e suas vivências depois da denúncia dentro do projeto Adinkras - Grupo de Apoio às Mulheres vítimas de violência, detalhando os processos educativos com arte/educação que serviram como dispositivos para reflexão e construção de conhecimento.

A pesquisa se caracteriza como de análise documental, que utiliza as experiências do projeto Adinkras como material inferencial buscando os conteúdos publicados em plataformas digitais tais quais: TV unesc, NSC TV, jornal livre SC e o Site Invisibilidade Mata que contém relatos de participantes do projeto, das coordenadoras e também usaremos fotografias de meu arquivo pessoal.

E junto com a pesquisa qualitativa de análise de conteúdo, acessaremos a A/r/tografia que é a Pesquisa Educacional Baseada em Arte publicada em 2013, neste livro:

Ressaltam questões que requerem que o artista/pesquisador/professor trabalhe em comunidade para obter respostas. Os métodos de pesquisas descritos aqui são fundamentalmente qualitativos. Essa abordagem inclui métodos de pesquisa qualitativa que fornecem resposta a questões que tem a ver com atitudes, sentimentos, sensações, percepções e construções sociais de sentido. estas pesquisas requerem formas, métodos, metodologias diferentes (Dias, 2013, p.16).

Ao longo do texto os leitores perceberam que sua composição tem um enredo diferenciado, aparecem durante todo o texto relato das mulheres que participaram do projeto Adinkras, detalhamento de práticas artísticas executadas no projeto, imagens dos encontros, das instalações, seguidas de análises com teóricas da arte/educação, psiquiatria, feministas e educadoras escolhidas para conceituar essa pesquisa; excluindo então, um capítulo exclusivo para análises.

E em acordo com o orientador Dr.º Alex Sander da Silva optamos por construir um tecido literal com narrativas, teorias da pesquisa, detalhamento das práticas artísticas e análises que são alinhavadas para constituir essa dissertação. Recorrer à *A/r/tografia* junto com as análises de conteúdo mostrou-se um caminho sensato para realizar a costura necessária na formatação de texto, já que como Dias (2013) aponta a *A/r/tografia* tem a ver com atitudes, sentimentos, sensações, construções sociais que dentro do grupo Adinkras aparecem com vivacidade, afinal, são mulheres que vieram de experiências dolorosas e buscaram com ajuda da arte ressignificar seus sentimentos.

Outro ponto que preciso destacar aqui é sobre as citações, as/os leitoras/es perceberão durante todo o texto que os nomes das autoras que referenciam a pesquisa aparecem por inteiro e não apenas o último nome, ou sobrenome, como é comum, adotei esse formato pois percebo que ao colocarmos apenas os sobrenomes das autoras existe uma tendência em associar ao gênero masculino, portanto faço questão de mostrar o nome das mulheres que fortaleceram a costura desse texto.

Para iniciar a tessitura busquei registros bibliográficos escritos por Silvia Federici em “O calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva (2019) e “ O martelo das feiticeiras” escrito em 1486 por Heinrich Kraemer e James Sprenger que detalham a “caçada às bruxas” e as formas violentas usadas contra as mulheres, sigo a descrever outros casos de violações de direitos que se tornaram públicos ao longo dos anos até a contemporaneidade, usando registros jornalísticos de casos emblemáticos que algumas mulheres vivenciaram, e também, acessando dados do Atlas da violência de 2021, Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) e da central de registros do Disque mulher -“180” para tecer ao longo da escrita uma teia que exemplifica

as violências de gênero em âmbito doméstico e público, marcando inclusive, as violências institucionalizadas pelo Estado e como alguns dos códigos civis endossaram as opressões das mulheres.

Neste tópico buscamos compreender a condição da mulher na sociedade e aponto para os aspectos de formação da sociedade que consolidaram as mulheres como vítimas da violência, propondo-me a tocar em pontos centrais da temática da violência contra as mulheres tais como subjugação, padrões culturais, relações de poder e objetificação de corpos, dialogando com obras de algumas intelectuais dos estudos de gênero, raça, sociedade e violência como: Carole Pateman (1993), Francois Verges (2021), Guacira Lopes Louro (1997), Heleieth Saffiotti (2015), Maire France Hirigoyen (2006) e Sueli Carneiro (2003, 2011).

Para exemplificar os tipos das violências que as mulheres sofrem teremos casos como de Mariana Ferrer (2018) que acusa um empresário catarinense de ter a estuprado, mas acaba sendo liberto da acusação e ela (a vítima) acaba sendo revitimizada) o caso foi detalhado pelo jornal The Intercept Brasil (03/11/2020). Acessamos notícias do assassinato da vereadora Marielle Franco (2018), ainda não desvendado até a escrita dessa pesquisa, usando as publicações do Observatório da imprensa (28/07/2020) e EPTV - Ribeirão Preto (05/05/2020).

Também destacamos o caso da deputada estadual Isa Penna (2020) que foi assediada em pleno exercício da profissão dentro da Assembleia legislativa de São Paulo, para isso acesso o vídeo exposto pelo canal da UOL que mostra a cena na íntegra e a matéria publicada pelo G1 - São Paulo (01/04/2021). E não poderia deixar de lado o caso da ex-presidente Dilma Rousseff (2016), analisando uma fotografia premiada e problemática para as discussões sobre machismo, onde ela aparece sendo perfurada por uma espada para isso recorro ao artigo publicado na Revista de Estudos Feministas em 2016.

E para lembrar o caso de Maria da Penha Maia Fernandes (1983), com sua trágica história que dá origem à Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), consultarei o site do Instituto Maria da Penha. Ainda, usarei dois depoimentos de mulheres que frequentaram o projeto Adinkras no ano de 2018, coletados pela TV Unesc, em que relatam sua experiência com a violência doméstica,

partindo assim, da violência contra as mulheres na esfera pública para adentrar em nosso foco de diálogo que é a violência doméstica.

Em seguida, pontuamos a importância do acompanhamento qualificado para as mulheres vítimas da violência, recorrendo, então, à própria Lei Maria da Penha e seus mecanismos de enfrentamento à violência e amparo dessas mulheres no período da pós-denúncia. Ressalto, que ao longo das páginas da dissertação encontram-se inúmeras referências do Grupo de Apoio às Mulheres vítimas de violências Adinkras, em todos os capítulos, para exemplificar e costurar as informações e análises.

Na sessão 3.1, retomamos o percurso da arte/educação nos espaços não formais da educação, estudando especialmente Ana Mae Barbosa (2005), Cecilia Almeida Salles, Fayga Ostrower(2004) e alguns artigos publicados no livro de Pesquisa Educacional Baseada em Arte (2013) para compreender como os processos educativos com arte/educação podem ser dispositivos para acessar e impulsionar processos de organização mental, de reflexão, sensibilização, de ressignificação e construção de conhecimento com mulheres vítimas de violência, como escreve Ana Mae Barbosa sobre:

[...] uma educação não apenas intelectual, formal ou informal, de elite ou popular, sem arte, porque é impossível o desenvolvimento integral da inteligência sem o desenvolvimento do pensamento divergente, do pensamento visual e do conhecimento presentacional que caracterizam a arte (Ana Mae Barbosa. 2005, p. 5)”.

Ana Mae nos convida a pensar sobre processo educativos sensíveis às relações sociais onde a construção do conhecimento não se atenha apenas a transmissão de técnicas da arte, mas sim, nas possibilidades de desenvolvimento integral da inteligência que incluem o desenvolvimento emocional, possibilitado no projeto Adinkras com as experiências estéticas de acesso às memórias, conscientização de si e produção de emoções, com desenvolvimento do potencial criador em formas simbólicas de ordenações.

Na sequência tivemos em vista decompor e detalhar os processos educativos com produção artística no grupo Adinkras/Forquilha (2018): A instalação artística “*Beba-me*”, os *sketchbooks* feitos pelas mulheres, as fotografias que acompanham os *sketchbooks* na instalação; e a performance que dialoga com a “obra”; para tal diálogo usamos arquivos próprios e coletas

de reportagens publicadas pelo Jornal livre SC ( 2018), NSC TV (2018), TV UNESC ( 2018), Jornal Volta Grande (2020); o Trabalho de Iniciação Científica do curso em Design Gráfico escrito por Mariana Peruchi<sup>4</sup> e o site que aborda as questões de violência contra mulheres que complementam a pesquisa de Mariana.

Finalizando a dissertação, elaboro minhas impressões sobre este processo arte/educativo com as mulheres, usando suas experiências/confidências no Adinkras - Grupo de Apoio às Mulheres vítimas de violência para discutir a necessidade de espaços institucionalizados para acompanhamento às mulheres vítimas de violência domésticas no período da pós-denúncia. Olhando o trabalho com arte/educação realizado no projeto em diferentes linguagens: cinema, fotografia, desenho, artesanato, pintura, bordado, escrita criativa, instalação artística, teatro, performance artística, como dispositivos potentes para reflexão, sensibilização e empoderamento dessas mulheres que tiveram seus direitos inúmeras vezes violados durante a sua vida e assim codificar a arte em sua potência fluida para construção do conhecimento que transforma vidas.

---

<sup>4</sup> Mariana Peruchi Ronsani é historiadora, design gráfica e fotógrafa responsável pelas fotos que compõem a instalação artística "Beba-me". A partir da experiência dentro do grupo construiu o seu Trabalho de Iniciação Científica: Questão de gênero: o lambe-lambe como ferramenta no combate à violência contra a mulher (2019), apresentado na Universidade do Vale do Itajaí, dentro do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico em 2019

## **2 BRUXAS E AMALDIÇOADAS: UM BREVE RECONTAR SOBRE ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

A Partir de agora iniciamos as costuras dessa dissertação e buscamos como base compreender os processos violentos que se instauraram com o patriarcado e a ideologia machista, busco informações da idade média sobre a perseguição às bruxas e a matança desenfreada e injusta de centenas de mulheres para tentar compreender como a violência doméstica se consolidou.

Logo começam relatos da modernidade e contemporaneidade, mesclados com análises de legislações, algumas opressoras, outras que vem como tentativas de coibir a violência estruturante da formação social. Como anunciei na introdução à medida que desenvolvemos a escrita, irão aparecer depoimentos de mulheres do projeto Adinkras, dados do ABSP e referenciais teóricos de pesquisadoras da área para fundamentar as análises e dessa forma construir uma malha de informações potente e segura.

### **2.1 PERCURSOS, TRAJETÓRIAS E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES**

No contexto dessa pesquisa, entendemos ser fundamental contextualizar a violência contra a mulher em uma perspectiva social e histórica mais ampla. Embora o projeto que investigamos seja recente, compreendendo o período de 2018 a 2020, e algumas das legislações mencionadas também sejam relativamente novas, como a Lei Maria da Penha de 2006, é essencial entender que a violência contra as mulheres não é um fenômeno isolado ou recente.

Essas violências devem ser analisadas considerando o seu desenvolvimento ao longo do tempo, num contexto histórico e social. É necessário reconhecer que a violência contra a mulher tem raízes profundas na sociedade e perpetuou-se ao longo dos anos por meio de diversas estruturas e práticas sociais, enraizadas em desigualdades de gênero, estruturas patriarcais e normas culturais que vulnerabilizam as mulheres.

Olhar para a história nos permite perceber que as lutas pelos direitos e pela proteção das mulheres são persistentes históricas. A Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340), por exemplo, representa um marco importante na legislação brasileira para combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres, mas é apenas uma etapa no longo caminho em direção à erradicação dessas violências. Desse modo, é crucial tratar a violência contra as mulheres como um fenômeno complexo e multifacetado que requer uma análise abrangente.

A compreensão do desenvolvimento histórico dessa violência nos permite identificar padrões e desafios para criar estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Além disso, ao considerar a dimensão histórica da violência contra a mulher, é possível reconhecer a importância de um engajamento contínuo e a construção de políticas públicas e uma cultura que promova a igualdade de gênero e o respeito mútuo. Somente por meio de uma abordagem abrangente e consciente das raízes e implicações sociais dessa violência, poderemos propor processos e práticas crítico-educativas e trabalhar em direção a uma sociedade mais segura e livre da violência contra mulheres.

Cabe ressaltar que, embora a forma de violência possa ter mudado ao longo do tempo, a violência contra as mulheres não acabou na modernidade e na contemporaneidade. Ela continua presente em diversas sociedades e pode se manifestar de maneiras diferentes. Na Idade Média, a violência contra as mulheres foi evidenciada de forma extrema, que resultou em julgamentos injustos, tortura e execução de milhões de mulheres. Esse período ficou conhecido como a "caça às bruxas" e foi um exemplo emblemático da violência e da opressão contra mulheres em diferentes contextos históricos e culturais.

Se por um lado na idade média a violência contra as mulheres pode ser evidenciada pela perseguição as chamadas bruxas, na modernidade e contemporaneamente ela não acabou, só tomou novas formas. A mudança nas formas de violência não significa que a violência contra as mulheres tenha sido erradicada. Pelo contrário, ela continua sendo uma questão alarmante e urgente. Podemos observar isso na fala de uma das participantes do projeto Adinkras, segundo ela:

Ele me agrediu na frente das filhas, foram anos nessas situações. Eram agressões contínuas, e resolvi dar um basta quando a minha filha que assistia as agressões começou a entender a situação. E mesmo depois de separada, ele me agrediu a ponto de quebrar a minha mão. Por isso, resolvi retratar minha história, as mulheres precisam ter coragem e não se submeter a essas violências” (relato de integrante do Projeto Adinkras, 2018).

Esse é um relato poderoso de uma mulher que enfrentou violência doméstica e decidiu compartilhar sua história para encorajar outras mulheres a não se submeterem a esse tipo de violência. Ela descreve uma série de agressões físicas e emocionais que ocorreram ao longo de anos, inclusive na presença das filhas. É importante notar o impacto que essas agressões tiveram não apenas na vítima, mas também nas crianças que testemunharam a violência. O momento em que a filha começou a entender a situação parece ter sido um ponto de virada para a pessoa, que decidiu que já era necessário pôr um fim a essa situação.

Até mesmo após a separação, ela ainda menciona nos relatos que a violência persiste, chegando ao ponto de resultar em uma lesão física grave, como a quebra da mão da vítima. Podemos ver, por meio desse relato, a necessidade urgente de conscientizar as mulheres sobre seus direitos e encorajá-las a buscar ajuda e apoio em situações de violência doméstica. Além disso, ele evidencia a importância de combater a cultura de silêncio e estigmatização que muitas vezes envolve essas questões. Isso é importante para que mais mulheres se sintam capazes de sair do relacionamento abusivo e buscar uma vida livre de violência.

O Projeto Adinkras, nesse contexto, foi uma iniciativa valiosa que amplificou as vozes das mulheres, acolheu equitativamente suas vivências e experiências e promoveu a conscientização sobre a violência doméstica. Esses relatos corajosos são cruciais para promover mudanças sociais, desafiar as normas e padrões históricos opressivos.

No livro *Uma Teoria Feminista da Violência* (2021) Francois Vergès ensina que:

[...] as violências de gênero e sexuais não podem ser analisadas e combatidas fora de uma análise mais ampla das condições que propiciam o desencadeamento de tais violências. A violência é, portanto, “a consequência lógica de um estado que estruturalmente oprime as mulheres e as relega a uma posição minoritária. (Francois Vergès, 2021, p. 24)”.

Perceber que as agressões contra mulheres, meninas, corpos feminizados e racializados, vem de um processo histórico-cultural-estrutural é imprescindível para avançar no debate. Escrever sobre violência contra esses corpos, suas dores e traumas é um desafio, é como mergulhar em um poço profundo e repleto de padrões e contratos de convivência que validam a objetificação das mulheres, que as tornam vítimas dentro do drama da vida.

Mergulhar nesse poço nos revela como as mulheres foram lançadas nas águas da obediência, padronização, subalternização, subjugação. Em algumas relações que se estabeleceram entre as pessoas podemos perceber semelhanças de tratamento entre as mulheres e os objetos. Talvez seja dura essa comparação, mas a minha vivência de mulher e os relatos que seguem me provocam esse entendimento. No artigo escrito por Ana Maria Bercht e Angelo B. Costa: *Objetificação e saúde mental* encontramos uma adequada definição de objetificação das mulheres: “*de maneira crua podemos afirmar que a objetificação consiste em ver e/ou tratar uma pessoa como objeto.*” (BERCHT & COSTA, 2018, p. 2) e assim como um objeto é manipulável pelo seu proprietário conforme a sua vontade, pode ser danificado, destruído ou descartado, já que não sente dor, não tem vida, não reclama, não sofre e foi produzido para ter utilidade e servir à humanidade, muitas de nós somos condicionadas a este lugar, dá não humanidade, de objeto.

Quando olhamos dentro desse poço, podemos ver, na superfície, os sinais de um problema profundo chamado patriarcado, que esconde, submersos, uma gama de violações de corpos, de sentimentos e de direitos em relações de poder exercidas sobre a mulher. Em alguns momentos essas violações foram aceitas socialmente e até permitidas legalmente. Isso se evidencia, por exemplo, no caso “da caça às bruxas” na Europa e Américas. Executada com tamanho fervor entre os séculos XV e XVIII, essa caçada é descrita e dialogada na obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* de Silvia Federici, segundo ela,

A caça às bruxas alcançou seu ápice entre 1580 e 1630, ou seja, numa época em que as relações feudais já estavam dando lugar às instituições econômicas e políticas típicas do capitalismo mercantil. Foi neste longo Século de Ferro que, praticamente por meio de um acordo tácito entre países que a princípio estavam em guerra, se multiplicaram as fogueiras, ao passo que o Estado começou a

denunciar a existência de bruxas e a tomar a iniciativa de persegui-las. (Silvia Federici, 2017, P. 297).

Silvia Federici nos mostra em sua escrita a legitimação da perseguição das mulheres pelo próprio Estado, saindo, então, a violência do âmbito privado para o espaço público. Mas quem eram as bruxas na época medieval? Eram mulheres que sabiam preparar remédios à base de plantas para a cura de doenças. Mulheres que não eram “cristãs”, que queriam se relacionar por amor, desejo, atração e não por imposição. Mulheres que se reuniam para celebrar a vida. Eram mães, filhas, avós, mulheres que ousavam enfrentar a realidade que lhes era imposta.

Para caracterizar uma bruxa, se contratava um demonólogo, “profissional” que conseguia padronizar, burocratizar e legalizar a matança de mulheres e junto de cientistas, filósofos, advogados, juízes e obviamente o Estado, perseguiam, encarceravam, torturavam, enforcavam e queimavam vivas centenas de mulheres (FEDERICI, 2017).

Outros exemplos dessas violências consentidas<sup>5</sup> podem ser revistos em um livro que gerou enorme impacto sobre a vida das mulheres, o *“Martelo das feiticeiras”* publicado pela primeira vez em 1487, na Alemanha. Escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, foi usado durante alguns séculos como um manual para perseguição, prisão, tortura e assassinato de mulheres inocentes. estima-se que mais de 100 mil mulheres foram punidas por serem consideradas bruxas (Maria Schefer Freire et al, 2006). Elas foram acusadas de copular com o demônio, de enfeitiçar os homens que acometidos por uma paixão desenfreada e ao estarem sob efeito da magia praticavam incesto, traição, estupro.

Também se relatam neste mesmo livro, casos de bruxas que transformavam os homens em bestas. além disso, em suas mais de quinhentas páginas, o livro segue descrevendo o crime de bruxaria, como

---

<sup>5</sup> Na perspectiva da análise de padrões do comportamento social que legitimam as violações de direitos das mulheres que tento apontar nessa dissertação uso a expressão *violências consentidas* por compreender que no processo de violências que se instauram sobre uma mulher muitas pessoas estão envolvidas, direta e indiretamente, e de alguma forma tornam-se cúmplices dessa condição quando não denunciam, quando culpam as mulheres pela violência sofrida, quando impõem padrões estéticos e valores de gênero, quando a morosidade da justiça compactua com os agressores, quando o medo faz calar e quando não reconhecem as violências estruturais contra mulheres, dessa forma, acabam por consentir inconscientemente tais violações

identificar, prender, como julgar e/ou torturar uma bruxa, a fim de que esta confesse “o crime”, e finalmente como condenar a herege: prisão e tortura, prisão perpétua ou morte dependendo da “bruxaria” praticada.

Essas são histórias trágicas na formação social e ecoam na contemporaneidade; aos olhos dos desavisados as narrativas do referido livro parecem uma ficção, mas para aqueles que se dedicam aos estudos históricos apresenta-se como um relato da idade média sobre as pessoas em seus comportamentos, normas e contratos.

Adentro no Século XX lembrando a trágica morte de Angela Diniz, socialite brasileira assassinada pelo empresário Doca Street em 30 de dezembro de 1976, crime cometido por ciúmes. Doca Street, namorado de Angela, disparou 4 tiros no rosto dela, que faleceu no mesmo momento. Para além da crueldade do assassinato com arma de fogo a queima-roupa, o julgamento de Doca Street em 1979, apresentou graus elevados de machismo, Doca foi condenado por 2 anos pago em regime aberto; ele alegava legítima defesa da honra e para isso seus advogados apelaram para normas de bons costumes, colocando Angela Diniz, já morta, como responsável pela sua morte. Miriam Pillar Grossi escreve no artigo *De Angela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade que*:

De vítima, Angela Diniz passou a ser acusada de “denegrir os bons costumes”, “ter vida desregrada”, “ser mulher de vida fácil”, etc. Na verdade, era como se o assassino tivesse livrado a sociedade brasileira de um indivíduo que punha em risco a moral da “família brasileira” (Miriam Pillar, 1993, p.167).

Ao trazer a moral da família brasileira para a escrita, Miriam Pillar demonstra a ideologia machista oriunda do sistema patriarcal agindo veemente no julgamento do caso, e assim, como na caçada às bruxas durante o período medieval, Angela Diniz, foi considerada culpada pelo seu assassinato e Doca sai dessa acusação alimentando o estereótipo do pobre homem que teve sua moral de macho corrompida. Poucos anos depois Doca vai para um novo julgamento do crime, em 1981, e é condenado a cumprir pena de 15 anos, em regime aberto. Esse crime, o julgamento, a própria história de Angela Diniz

pode ser conhecida no Podcast *A praia dos ossos*<sup>6</sup> (2020), idealizado e apresentado por Branca Vianna disponível em plataformas digitais.

Avanço tateando as práticas das violências contra as mulheres agora no tempo presente, pois o assombro que esses textos e crimes causam aumenta quando se relaciona esses fatos com as experiências vividas por mulheres na atualidade, reparemos o relato de uma das participantes do Grupo de Apoio às Mulheres Vítimas de violência – Adinkras em Forquilha/SC:

[...] qualquer “discussãozinha” que a gente tinha dentro do carro, ele já saía igual um louco, assim dirigindo o carro na contramão. E dizia que ia bater o carro. Tipo ameaçava: se tu não ficar comigo, não vai ficar com mais ninguém. “E se um dia eu souber que tu andou com outro homem”. Ele assim: “tu pode ter certeza que eu vou te matar!” (Em pedaços, TV Unesc, 2018).

No relato dessa mulher vê-se a ameaça de morte como um instrumento para intimidação, o medo causado por ameaças como essas mantém muitas mulheres presas nos relacionamentos violentos, mas chamo a atenção para um ponto que está presente nas histórias narradas até aqui: o poder que os homens sentem, e a segurança que os leva a violar os direitos das mulheres sem temer as consequências.

Ao percorrermos as páginas do livro *Martelo das feiticeiras* e vemos as características usadas na idade média para identificar uma bruxa e sua punição com tamanha crueldade, conseguimos associar o mesmo domínio sobre os corpos femininos na atualidade, chegando ao ponto dos/as agressores/as sentirem-se autorizados/as para realizar tais práticas. Não queimam as mulheres vivas em fogueiras, mas as violentam das mais variadas maneiras, as torturas permanecem acontecendo, os estupros, espancamentos, ameaças e como no relato da participante do projeto Adinkras indo até a ameaça de feminicídio que é um crime de ódio contra as mulheres, e assim, as mulheres ainda são “queimadas vivas”, não em fogueiras, mas com experiências igualmente assustadoras.

Somente no ano de 2015 a Lei 13.104/2015 foi aprovada e caracteriza o crime de feminicídio da seguinte forma:

---

<sup>6</sup> [\[Episódio\] 1. O crime da Praia dos Ossos](#) - Acesso ao podcast episódio 1, seu enredo está distribuído em 8 capítulos.

### **Feminicídio**

VI- contra a mulher por razões da condição de sexo feminino

.....  
§ 2º- A considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I- violência doméstica e familiar,

II- menosprezo ou discriminação à condição da mulher.

A Lei destaca que é um crime cometido contra mulheres pela sua condição, o crime é considerado hediondo, mas nem isso impede que as mulheres continuem sendo assassinadas, é um crime que exalta as relações de poder sobre a mulher, onde a objetificação dos nosso corpos foi cravada na formação social de tal maneira que matar uma mulher, por ciúmes se tornou algo comum entre os homens, além do ciúme, outros motivos levam ao crime, mas é importante destacar que para caracterizar-se legalmente como feminicídio é necessário que exista alguma relação íntima com o/a assassino/a que se enquadre como violência doméstica ou familiar, ou então que se apresente como forma de menosprezo ou discriminação à mulher.

Violentar mulheres se tornou tão comum que poderia passar páginas discorrendo sobre as inúmeras formas de violência que acometem as vítimas dentro de casa, fora de casa, nas relações afetivas e familiares, na infância, na adolescência, na fase adulta, na velhice, na escola e no trabalho; mas quero pensar sobre a condição que as mulheres ocupam dentro da organização social e como se tornaram “alvo” de tanto horror, de tanto ódio e desgraças humanas.

No Brasil os números revelam a dimensão “desse horror”, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 (ABSP) exhibe números assustadores oriundos de fontes oficiais, tais quais: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Coordenadoria de informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE/RN), Instituto Brasileiro e de Geografia e Estatísticas (IBGE) E Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponho alguns dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023:

Tabela 1: Violência contra Mulheres e meninas no Brasil

Tipo de violência	Ano 2021	Ano 2022
Ameaças	569.231	613.529
Lesão corporal dolosa	237.596	245.713
Estupros	15.312	16.648
Estupro de vulnerável	44.433	48.921
Feminicídio	1.347	1.437
Tentativa de feminicídio	2.181	2.563
Perseguição (stalking) violência psicológica	31.389	56.560

**Fonte:** tabela formulada pela autora a partir do ABSP 2023.

Vale ressaltar que esses dados vêm de registros oficiais e suspeita-se que o número de subnotificações seja grande, e as dificuldades que as vítimas encontram para denunciar constroem estáticas muito abaixo da realidade. Dentre os obstáculos para a efetivação da denúncia destacamos o medo, a vergonha, o despreparo das equipes de acolhimento nas redes institucionais, a própria confusão que rodeia a existência da mulher que vive o ciclo da violência, a dificuldade para identificar o relacionamento abusivo em que está inserida e como essas dúvidas se consubstanciam ao sentimento de culpa que acompanha a maioria das mulheres desde a sua infância. A psiquiatra Marie France Hirigoyen detalha no livro *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física* (2006) acerca dos processos de permanência em relações violentas que:

Se as mulheres aceitam aguentar tais comportamentos, é porque as agressões físicas não chegam de repente, “como uma trovada em um céu sereno”, mas são introduzidas por micro violências, por uma série de palavras de aviltamento, por pequenos ataques verbais e não-verbais que se transformam em assédio moral, diminuem a resistência delas e as impedem de reagir. A dominação e o ciúme são, de início, aceitos como prova de amor. (HIRIGOYEN, 2006, P.89).

Essa citação de Marie France Hirigoyen aborda perspicazmente o processo no qual a violência contra as mulheres se instaura, ela destaca que as agressões físicas não surgem abruptamente, mas são precedidas por um padrão de micro violências e comportamentos abusivos, muitas vezes mascarados como demonstrações de amor, cuidado, domínio ou ciúme.

Ao mencionar micro violências, a autora se refere a pequenas formas de agressão e desrespeito que podem parecer insignificantes em seu início, mas que gradualmente minam a autoestima e a resistência das mulheres. Essas ações podem incluir palavras aviltantes, ataques verbais e não-verbais, e outras formas sutis de controle e humilhação. Nesse sentido, transcrevo mais relatos das participantes do Projeto Adinkras de Forquilha que exemplificam muito bem aquilo que Marie F. Hirigoyen escreve:

**Entrevistada 1:** Já começou, assim, as agressões de humilhações, não físicas, mas de humilhações, já começou desde... sempre me tratava vulgarmente.

**Repórter:** [...] Ele te xingava?

**Entrevistada 2:** tipo, agredir fisicamente, não. Mas xingar, ele xingava bastante. Ele dizia que eu era boba, que eu era palhaça. Que eu era louca! Tipo assim, ele me traia muito entendeu. Ele negava.

**Entrevistada 1:** No meu primeiro casamento eu fui bastante humilhada. Pela forma como ele me tratava por ele ser bem rígido na religião, né. E depois, também, mesmo estando na igreja, também. Só que eu ia levando. Porque eu achava...como eu tinha só tido ele como esposo, como relacionamento. Acabava levando e achando que era normal. E que de uma hora para outra ele podia mudar.

**Entrevistada 2:** Nossa eu me sentia lá embaixo, mesmo. Porque, afinal, eu acabava acreditando mesmo que eu não tinha capacidade de sair daquela situação, que eu deveria aceitar aquilo ali. (Em pedaços, TV Unesc, 2018).

Nessa transcrição podemos observar os fatores de dominação construídos que foram colando as mulheres em lugares subalternos. Eles as empurraram para o estado de permanência nas situações violentas, ao ponto de naturalizar as agressões, considerando o ciúme, os xingamentos, ameaças, perseguições, humilhações e “pequenas” agressões físicas como algo normal nos relacionamentos. A doutora em educação Guacira Lopes Louro escreve sobre as relações de poder usando o conceito de biopolítica de Foucault, no livro *Gênero, sexualidade e educação* (1997) que [...] também se trata de um poder que é exercido sobre os corpos dos sujeitos [...] (Guacira Lopes Louro, 2007), essa relação de poder sobre os corpos tendem a definir grupos de

peças que serão subjugadas ou não, e ela segue escrevendo que essas relações formam estratégia e táticas que [...] procuram intervir nos agrupamentos humanos, buscando regular e controlar taxas de nascimento e mortalidade, condições de saúde, expectativas de vida, deslocamentos geográficos, etc. (LOURO, 1997, p.41).

Então, a violência contra mulheres pode ser considerada uma forma de poder de um/a sujeito/a, do Estado e de grupos sociais sobre uma ou mais mulheres. Elas tornam-se táticas de opressão e controle coletivo, os números retirados do Anuário de Segurança Pública demonstram que existe uma repetição de padrões violentos relacionados a gênero. No Brasil, 1.680 mulheres registram diariamente denúncias de ameaças (ABSP,2023) fica claro o padrão violento que se estabeleceu nas relações e, além disso, que as violências acontecem individualmente, mas também, coletivamente. É incrível analisar as denúncias e relatos oriundos de diferentes regiões do país e constatar a semelhança entre as violências, mudam os personagens, mas o tipo de violência e os motivos são similares.

Assim como as ações violentas contra mulheres foram padronizadas, uma grande parte das mulheres que sofrem as violências acabam por recolher-se à solidão frente aos fatos e o silêncio, o medo, a dor da humilhação as leva para o lugar da exclusão e da inferioridade. Retomo a comparação com um “objeto” nesse ponto, pois com objetos inanimados fica fácil de observar a manipulação, mas diante de seres humanos parece difícil entender por que uma mulher aceita as violências sofridas em silêncio e por que agressores replicam seu ódio sobre Elas. Essas violências vão atravessando suas vidas estruturalmente, assim como a coluna vertebral geralmente sustenta um corpo humano. As violências contra mulheres sustentam vergonhosamente a sociedade contemporânea, muitas experimentam as dores de ser mulher desde muito cedo, já na infância começam os primeiros abusos e violências sexuais, estupros, meninas com 9, 10, 11, 12, 13 e 14 anos, engravidam de seu pai, avô ou padrasto. Conforme o ABSP (2023), 61,4% das pessoas vulneráveis abusadas sexualmente tinham até 13 anos e 82,7% dos abusadores são pessoas conhecidas.

No ano de 2022 ocorreram, em média, 1179 estupros de pessoas vulneráveis por dia, vítimas mulheres (ABSP, 2023). Conforme a Lei

12.015/2018 que dispõe sobre os crimes hediondos, considera-se vulnerável: pessoa menor de 14 anos, que por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência (BRASIL, Lei 12.015). Não existe limite na crueldade, não existem valores morais, contratos sociais, nem muito menos valores religiosos que barrem esses crimes. Algumas Leis foram criadas ou modificadas na busca da redução desse quadro, mas vem se mostrando ineficazes frente a gravidade da situação.

Além da violência sexual, outros diferentes tipos de violências acompanham a existência das mulheres, com a aprovação da Lei 11.340/2006, que *cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher* (Brasil, Lei 11.340, 2006) cinco crimes foram tipificados, transcreverei na íntegra:

CAPÍTULO II  
DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA  
A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I- a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II- a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III- a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo, ou que a force ao

matrimônio, à gravidez, ao aborto ou a prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação, ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, Lei 11.340, 2006).

A criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é um importante marco no enfrentamento das violências contra mulheres no Brasil, já que pela primeira vez na história do país qualificou-se como crime algumas violações dos direitos das mulheres: **violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e a violência moral.**

Antes da Lei Maria da Penha encontrávamos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 um breve apontamento na direção de direitos iguais entre as pessoas no *Capítulo VII: da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso* (BRASIL, constituição de 1988) com o Artigo 226 demarcando que: “ A família, base da sociedade, tem especial proteção do estado” e nos parágrafos 5º e 8º faz as seguintes determinações: § 5º *Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.*” Já no § 8º Lê-se: “*o estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.*” (BRASIL, 1988), e também no Artigo 227 podemos conferir:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição de 1988).

Essa lei, tentativa de coibir a violência contra as pessoas, não conseguiu atender as expectativas, se tratando de mulheres, meninas e jovens, foi ineficaz perante a barbárie que o patriarcado eflui. Elas continuam sofrendo as mazelas que o machismo acarreta e os crimes continuam acontecendo sem que os/as agressores/as sejam punidos/as.

Quando iniciamos o texto falando sobre a profundidade do poço das violências contra as mulheres, indicamos, também, a morosidade que fortalece essa condição. As discussões ainda são muito tímidas, as ações quase invisíveis; a violência contra mulheres ainda é um tabu e reconhecer-se dentro do ciclo da violência, independentemente do papel que se exerça, é vergonhoso, logo, a agressão permanece velada e de certa forma consentida.

Outro exemplo da morosidade para resolver essa situação pode ser vista no Código Penal Brasileiro, que apenas em 2022, conseguiu-se retirar da legislação a "legítima defesa da honra", utilizada pelos/as agressores/as para escaparem das devidas punições nos crimes contra mulheres, até então, além de sofrerem violências as mulheres poderiam ser acusadas de "provocar" a situação.

Lembremos o caso da jovem influencer Catarinense Mariana Ferrer, que no ano de 2018 denunciou o empresário André de Camargo Aranha por estupro. Ela afirma estar inconsciente, suspeitando de ter sido "drogada", o que caracterizaria estado de vulnerabilidade e após duvidosa investigação que inclui mudanças do corpo de juristas e desaparecimento de vídeos, ele foi inocentado, alegando que "não teria como perceber que Mari Ferrer estava sem condições para consentir a relação ou não" e, portanto, ele não teve intenção de a estuprar [...] (ALVES, 2020). No ápice do desenrolar desse julgamento, a vítima chegou a passar por humilhações explícitas dentro do tribunal. Segundo o jornal The Intercept Brasil, no texto jornalístico *Julgamento da influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de 'estupro culposo' e advogado humilhando jovem*, matéria escrita por Schirlei Alves e publicada no dia 03 de novembro de 2020:

A defesa do empresário mostrou cópias de fotos sensuais produzidas pela jovem enquanto modelo profissional antes do crime como reforço ao argumento de que a relação foi consensual. O advogado Claudio Gastão da Rosa Filho analisou as imagens, que definiu como "ginecológicas", sem ser questionado sobre a relação delas com o caso, e afirma que "jamais teria uma filha" do "nível" de Mariana. Ele também repreende o choro de Mariana: "Não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo." (ALVES, 2020).

Esse caso teve repercussão grandiosa, em busca rápida na internet por matérias com a chamada "caso Mari Ferrer", aparecem 5.210 resultados em apenas 0,38 segundos, embora o caso tenha ganhado visibilidade nas mídias, o acusado foi inocentado e o advogado que a humilhou em pleno julgamento nada respondeu. A única resposta "oficial" que veio após tamanhas violações de direitos foi com a criação Lei 14.245/2021 [...] *para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo. (Lei Mariana Ferrer)*. (BRASIL, 2021). Pode-se considerar essa Lei mais um importante

passo no enfrentamento das violências contra mulheres, mas ainda é possível comparar este julgamento aqueles descritos nas obras *Calibã e a Bruxa* (2019) e *Martelo das feiticeiras* (2004), onde ataques morais e julgamentos sobre as vestimentas são direcionados para vítima a fim de inocentar o algoz e por isso, afirmo que as mulheres continuam sendo “queimadas vivas”.

Outro exemplo concreto de objetificação e caçada às bruxas na contemporaneidade é o emblemático caso do assassinato de Marielle Franco, ligada a um partido de esquerda e eleita vereadora na cidade do Rio de Janeiro/Brasil para cumprir mandato de 2017 a 2020. Sua trajetória na luta pelos direitos humanos e contra as violências policiais a levaram à morte. Nessa história, racismo e machismo mostram sua mais cruel faceta, já que ela foi assassinada em 2018 e o crime permanece sem solução até o ano de 2023. Após sua morte, imagens de Marielle foram espalhadas pelas ruas do Brasil inteiro em forma de protestos contra o seu assassinato e algumas dessas foram alvo de ações de vândalos com inscrições como “vaca”, “foi tarde!” (OBSERVATÓRIO G, 2020). Todas essas palavras pejorativas foram usadas para humilhar essa mulher que ousou adentrar no espaço masculino e branco da política pública. E um Estado racista e machista caiu com toda sua força sobre Marielle que encerrou seu mandato de maneira brutal, e assim, fica o recado para aquelas que se atreverem a adentrar neste espaço: este lugar não é para mulheres negras, periféricas, lésbicas e que lutam pelos direitos humanos. Permanecem duas perguntas no ar: quem matou? Quem mandou matar Marielle?

Figura 1: Cartaz com a imagem de Marielle Franco é vandalizado após o feminicídio



Fonte: <

<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/imagem-de-marielle-franco-e-pichada-com-xingamentos-em-sao-paulo> >.

Relembrar o assassinato de Marielle é crucial para reflexão sobre violências, pois além de reforçar o machismo estrutural no Brasil, esse feminicídio revela também o racismo que circula livremente entre os governantes e a população. Usarei a escrita de Sueli Carneiro no texto “*Mulheres em movimento*” para ativar o diálogo sobre racismo e violência contra mulheres negras:

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontros no mercado efetivo, inibi ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. (CARNEIRO, 2003. P. 122)

Lê-se nesse texto de Sueli Carneiro outra violência que permeia a vida das mulheres negras, que não está explícito na Lei Maria da Penha, o racismo e a imposição de padrões estéticos cruelmente cobrados das mulheres negras, quando se re/produz um modelo da mulher branca, alta, magra, de olhos claros como a “beleza” universal! Essa duvidosa concepção de beleza

única, fere a todas as mulheres que não se encaixam nesse estereótipo. Pensemos sobre os processos de colonização e exploração de continentes, onde o lugar destinado à mulher negra e indígena era de subalternidade sendo forjado com crueldade, Sueli Carneiro afirma no livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* que vivemos:

Um tipo de sociedade em que o caráter estrutural do racismo impede a realização dos fundamentos da democracia, sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternização racialmente recortadas. A branquitude como sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas, como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade. (Sueli Carneiro, 2011, P. 91).

E basta observar as campanhas publicitárias de revistas, as telenovelas, filmes, outdoors, qual é o biótipo das mulheres que ganham destaque? Qual é a cor dessas mulheres? O imaginário que se cria é extremamente violento, ao passo que as construções históricas sociais apontam para a dualidade nas relações de valor, falando aquilo que é belo ou feio, limpo ou sujo, bom ou mal, o que é moral ou imoral. Logo, toda aquela que não se encaixa nesses moldes brancos e eurocêntricos, tende a ser oprimida, perseguida, induzida a tentar mudar e tende a desenvolver baixa autoestima ao se comparar com um protótipo que é inatingível. Atrevo-me a escrever que essa violência é tão brutal quanto as violências físicas.

Compreender como o racismo impacta sobre os corpos das mulheres “não brancas” é fundamental para que movimentos sociais, grupos de apoio às mulheres, juristas, professores e especialmente gestores públicos para que esses construam e executem propostas de Leis e ações que busquem o fim do racismo e da violência contra mulheres.

Outro exemplo emblemático que ostenta machismo e violências na política pública foi o marcante impeachment da presidenta Dilma Rousseff (presidenta entre os anos de 2011 até 2016), representante da “esquerda” brasileira e que por meio de um duro golpe foi deposta do cargo ao qual foi democraticamente eleita.

Durante o primeiro ano do segundo mandato a presidenta foi envolvida numa rede de denúncias de irregularidades que culminaram em processo de

impeachment, e após sua expulsão do cargo nenhuma das acusações são comprovadas. A partir deste fato a direita neoliberal assumiu o governo do Brasil. Mas quero lembrar muitas das ofensas dirigidas a Dilma agora e que permearam o assunto pelas redes sociais: “vaca”, “safada”, “vagabunda”, “parece que esticou o rosto, fez plástica?”, “ninguém quer dialogar com a Sr. vá lavar uma boa pia de louças vá!”, “dialoga com minha rola Dilma” (DALMASO e STOKER, 2016), palavras de cunho estritamente machistas e violentas, ataques diretos aos corpos feminizados.

A humilhação aos corpos feminizados é tão popularizada que se tornaram banais, observemos a próxima imagem.

Essa fotografia foi premiada no concurso internacional Rei da Espanha com o primeiro lugar. Ingenuamente podemos pensar que foi uma montagem “inteligente”, já que, a espada parece atravessar o corpo de Dilma que caminha com a cabeça baixa, aparentemente com uma expressão entristecida ou preocupada. Mas ao pensar com mais afinco, especialmente nas questões de gênero e normas socialmente impostas, pode-se entrever alguns elementos e considerar essa uma imagem da sociedade machista, que tenta direcionar cada escolha nossa, da profissão, roupas, falas, quais espaços podemos ocupar. É perceptível nessa fotografia a tentativa de inferiorização da ex-presidenta, talvez não conscientemente, mas, intrínseca na prática de quem fez a fotografia e de quem a premiou. Cabe lembrar que Dilma Rousseff foi a primeira mulher a presidir o Brasil e imaginar que uma fotografia que intenta exhibir um assassinato, foi premiada, sugere que vivemos em uma sociedade patriarcal onde as mulheres são colocadas em espaços de inferioridade, onde os corpos são normatizados e controlados. E assim como o caso de Marielle Franco o recado se repete: mulheres política pública não é lugar para vocês!

Fechando esse ponto da escrita, onde exemplifico alguns tipos de violências que as mulheres sofrem no Brasil, para situar as/os leitoras/es naquilo que motiva essa escrita e a busca pelo seu fim, irei contar brevemente uma história que não merece ser esquecida; é sobre a vida de Maria da Penha Maia Fernandes, nascida em 1945, que se formou farmacêutica e bioquímica em 1966 e tornou-se mestra em Parasitológicas em Análises Clínicas pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977.

Figura 2: fotografia premiada no concurso de jornalismo Rei da Espanha , Wilton Júnior, de 2012.



Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/01/foto-de-dilma-transpassada-por-espada-vence-premio-internacional.html>>.

No ano de 1976 ela casa com seu algoz, Marco Antonio Heredia Viveros, que em 1986 atentou contra a vida de sua companheira, a primeira tentativa de assassinato foi com um tiro em suas costas, enquanto Maria dormia, durante 4 meses ela passou por diversos procedimentos médicos e internações, o tiro acertou duas vértebras torácicas, lacerou a dura-máter e destruiu um terço de medula à esquerda ficando paraplégica (Instituto Maria da Penha<sup>7</sup>).

Figura 3: Maria da Penha Maia Fernandes.



Fonte: < <https://veja.abril.com.br/brasil/ha-muito-por-fazer-afirma-maria-da-penha> >

<sup>7</sup> <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>

Enquanto ela se tratava, Marcos alegava uma tentativa de assalto para escapar da suspeita, ao retornar para casa a manteve em cárcere privado por 15 dias e durante o banho executou a segunda tentativa de feminicídio, agora tentou eletrocutá-la (Instituto Maria da Penha). Maria sobreviveu para contar sua história e lutar por sua vida. Essa mulher foi referência para criação da Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que delimita os atos que podem ser considerados crime contra a mulher.

Pela primeira vez na história do Brasil um agressor responde judicialmente por atentar contra a vida de sua esposa; mas foi somente após duas tentativas de assassinato que Maria conseguiu denunciar seu marido. Conseguiu sair de casa e enfrentou um processo durante 19 anos, para então, ver seu agressor ser condenado a nada mais do que 10 anos de prisão e este cumpriu apenas 2 anos da sentença em regime fechado.

A Lei só foi ratificada depois que o país foi vergonhosamente exposto no mundo através da denúncia de Maria da Penha e de algumas organizações internacionais – Comitê para a Justiça e o Direito Internacional- CEJIL e o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher- CLADEM- (SOUZA e BARACHO, 2015). Duros questionamentos podem ser feitos sobre este caso de violência: Por que tanta demora para acolher os pedidos de socorro de Maria da Penha judicialmente? Quais os motivos que levaram a tamanho descrédito pelo governo brasileiro em relação à violência contra esta e tantas outras mulheres? Vale a vida de uma mulher menos que a de um homem?

Estas narrativas trágicas expõem uma organização social brasileira fortalecida no machismo, no racismo, oriunda do patriarcado que explora e violenta as mulheres em todos os meios, público e privado! Violências legitimadas por uma história que construiu a objetificação das mulheres; a domesticação da mulher; a santidade da mulher da casa (para as brancas), a escravidão e hipersexualização para as negras; o desprezo para as mulheres com deficiência, a submissão ao homem, o mito da redenção dos pecados através da maternidade, o rechaço pelas mulheres “livres” e o mito da fragilidade da mulher para algumas.

## 2.2 LEGISLAÇÃO DA VIOLÊNCIA: PATRIARCADO E O ESTADO OPRESSOR

Em 13 de agosto de 2003 uma importante ferramenta foi incluída nas formas de enfrentamento às violências: o Disque 180, conhecido como disque mulher, com a Lei 10.714/2003 que *“autoriza o poder executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violências contra a mulher”* (BRASIL, Lei 10.714). Nesse veículo de comunicação, as ligações caem direto na central especializada para responder aos pedidos de ajuda de mulheres em risco. Segundo a página do governo, a central serve para:

[...] além de receber denúncias de violações contra as mulheres, a central encaminha o conteúdo dos relatos aos órgãos competentes e monitora o andamento dos processos. O serviço também tem a atribuição de orientar as mulheres em situação de violência, direcionando-as para os serviços especializados da rede de atendimento. No ligue 180, ainda é possível se informar sobre os direitos da mulher, a legislação vigente sobre o tema e a rede de atendimento e acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. (GOV.COM, 2020)

Dentro do site encontram-se números que descrevem um montante que ultrapassa 150.201 mil denúncias de violações de direitos das mulheres no primeiro semestre de 2023. Quero frisar que entre essas denúncias estão violências exercidas sobre a família: crianças, idosos, pessoas com deficiência, racismo. É de clareza solar que a violência contra mulher não “ocorre só”, geralmente instaura-se um “combo’ de violências e as pessoas que convivem com a mulher vitimada acabam sofrendo junto. Marie France Hirigoyen escreve sobre os impactos das violências nos filhos:

[...] O simples fato de estar exposto à violência acarreta alterações psíquicas importantes. Ser testemunha de violência é tão prejudicial, ou até mais, do que estar diretamente exposto a elas. Os pais avaliam erroneamente o impacto da violência, sobretudo para os menores, que não têm a possibilidade de se afastarem. Já se sabe particularmente as crianças podem apresentar perturbações pós-traumáticas desde os dois anos, com sequelas cerebrais que podem ser bastante graves. (Marie France Hirigoyen, P.177, 2006).

Essa citação de Marie-France Hirigoyen (2006), destaca o impacto significativo da exposição à violência, especialmente em crianças. Ela ressalta

que ser testemunha de violência pode ser tão prejudicial, senão mais, do que ser diretamente exposto a ela. Ela chama a atenção que, muitas vezes, os pais subestimam o impacto da violência na vida das crianças, principalmente por não terem a opção de se afastarem da situação. É importante reconhecer que a violência pode ter efeitos psicológicos profundos, mesmo quando as crianças são apenas espectadoras.

Para ela, as crianças, desde os dois anos, podem desenvolver perturbações pós-traumáticas como resultado da exposição à violência. Essas perturbações podem ter consequências cerebrais graves, afetando o desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental das crianças. Aqui Marie-France Hirigoyen ressalta a importância de proteger as crianças da violência e criar ambientes seguros e livres de abuso. Também destaca a necessidade de os adultos, incluindo pais e cuidadores, compreenderem o impacto profundo que a violência pode ter na vida das crianças, mesmo que elas não sejam diretamente alvo dela.

Essa consciência é crucial para promover a prevenção da violência, fornecer apoio adequado às crianças expostas e garantir que elas recebam o tratamento necessário para lidar com os possíveis efeitos traumáticos. Ao priorizar o bem-estar das crianças e protegê-las da violência, podemos ajudar a promover um ambiente saudável e seguro para o seu desenvolvimento.

Essa percepção sobre as redes violentas que se formam nesse espectro da convivência é necessária para tentar compreender a profundidade que a cultura de barbárie instaurada na sociedade, vejamos o que Hannah Arendt discorre em seu livro *A condição humana* (2007) a respeito daquilo que chama de *teia*:

A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas. Juntos, iniciam novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com quem ele entra em contato. E é em virtude desta teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, que a ação quase sempre deixa de atingir seu objetivo [...] ( Hannah Arendt. 2007. P. 196).

As tentativas de avanços no enfrentamento das violências contra as mulheres demonstram certa rigidez e pensar que dispositivos lançados pelo

Estado como a própria Lei Maria da Penha, o Disque 180, a Lei Mariana Ferrer, a lei contra o feminicídio acabariam com as violências é uma ingenuidade; assim como, esperar que os agressores deixariam de exercer sua relação de poder sobre a “submissa” e dita “frágil” mulher é quase utopia.

As mulheres continuam sofrendo as mazelas desta patologia que se tornou a violência contra a mulher e em meio de tantas demonstrações de barbárie e desrespeito a códigos éticos desenhados para proteger a vida, nos deparamos com processos de exclusão, que determinam aqueles sujeitos que poderão gozar da proteção da lei ou não, e refletindo sobre o que Hannah Arendt chama de teia que imprimem consequências imediatas (2007) que emergem pelos atos e falas e estão engendrados em dogmas de inferiorização, julgamentos e punições das mulheres, baseados em falsas verdades como aquelas já descritas neste texto.

Faz-se necessário e urgente o rompimento com padrões comportamentais pré-determinados para cada sexo desde o nascimento, para que, desta maneira se “desenrole” essa teia de violências que machuca a todos, que tornam as mulheres e demais seres vítimas. É preciso romper padrões que justificam atos que deveriam ser injustificáveis. Por fim, não vivemos mais na era medieval, tão pouco somos “donos” daqueles que habitam o mesmo planeta. Por que então matar? Oprimir? Agredir? Se cada ser é livre para fazer escolhas, por que escolher condicionar a mulher ao papel de vítima?

Discorrer sobre a condição das mulheres é como mergulhar no fosso com as águas geladas pelo iceberg do machismo, já que, para as mulheres são colocadas condicionantes desde sua existência, moldes de cabelo, roupas, comportamento, alimentação, rotina, profissões, desejos, locais permitidos e tantas outras normas que nos excluem dos processos formativos da sociedade, um exemplo muito concreto dessa exclusão esteve gravada no código civil brasileiro vigente até 1962, no Artigo 233 da Lei 3071/1916 do Capítulo II, sobre os Direitos Jurídicos do Casamento onde consta que:

## **CAPÍTULO II** **DOS DIREITOS E DEVERES DO MARIDO**

Art.233.O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos

filhos (arts. 240, 247 e 251). (Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962) Compete-lhe:

I-a representação legal da família;(Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962)

II-A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, §9º, I, c, 274, 289, I e 311) ;(Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962)

III-o direito de fixar o domicílio da família, ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao juiz, no caso de deliberação que a prejudique;(Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962)

IV-Inciso suprimido pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962: texto original: o direito de autorizar a profissão da mulher e sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, II, 242, VII, 243 a 245, II e 247, III)

IV-Prover a manutenção da família, guardada as disposições dos arts. 275 e 277. (inciso V renumerado e alterado pela Lei n. º4.121, de 27.8.1962)

Ao homem foi dada toda autoridade sobre os corpos das mulheres, inclusive o direito de anulação do casamento caso o marido descobrisse a defloração de sua esposa por outro homem, informação que também consta no referido Código civil brasileiro criado em 1916 e reeditado apenas em 2002. Estas normas que já foram suprimidas no atual código civil brasileiro e parecem chocantes aos olhos ingênuos, e demonstram a ponta do *iceberg* nomeado machismo, que legitima as ações sobre os corpos das mulheres.

O homem domina, mesmo sabendo que a violência que prática é errada o faz, quando não o faz por pura maldade, faz por vergonha de fazer diferente ou simplesmente por não saber viver de outra maneira alguém da que foi educado. E muitas mulheres que são dominadas, mesmo sentindo desconforto ao serem subjugadas, seguem reproduzindo o papel que lhe foi imposto em meio ao drama/trama da vida, e se o exemplo que trago do homem chefe de família já foi superado dentro do código civil brasileiro, ainda não foi superado em sua prática.

Outro importante ponto que não merece ser ignorado é o peso que o patriarcado deixou nas famílias atuais, quando determina que o homem comanda a família e como descreve Carole Pateman em *O contrato sexual* (1993) sobre o que chamam de poderes políticos e paternos onde os reis eram pais e os pais eram reis e esses deveriam ser acatados em suas decisões, a autora traz sobre a origem do patriarcalismo:

[...] a maior parte dos teóricos políticos do contrato, no modelo da argumentação patriarcal tradicional, sustentava que a família é uma instituição natural e que o poder do pai sobre os membros da família

deriva naturalmente das aptidões e do zelo paterno. (Carole Pateman, 1993. P. 48).

Essa é uma das teorias acerca das origens do patriarcado que Carole traz em seu livro e a trago para essa escrita a fim de tentar mensurar a profundidade do machismo e as condições subalternas que foram colocadas às mulheres, a parte que nos coube dentro da organização social, ou a porção que nos resta dentro da dinâmica da sociedade. Contratos sociais que colocam os homens como protagonistas e retomo o fio da meada do patriarcalismo com as palavras de Heleieth Saffioti no livro *Gênero, patriarcado e violência* sobre o caráter masculino no contrato sexual, onde ela discorre sobre a diferença sexual que é convertida em diferença política e relaciona a mulher a um objeto ( Saffioti, 2015) e sendo Ela ( a mulher) um objeto pode ser colocado por aquele/a que a possui onde este/a desejar, ou, faz-se uso do objeto da forma que achar melhor.

Perceber que a história do patriarcado existe desde 5.203-4 anos (saffioti, 2015) ressoa assustadoramente; mesmo que em comparação com a história da humanidade e é horrorizante viver o seu impacto na contemporaneidade; vou usar o escrito de Sueli Carneiro em seu livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* lembrando que o patriarcado reverbera na distribuição das *partes* sociais, trabalho, afetividade cuidados com filhos e familiares.

Na base dessa contradição, perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos, a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que conseqüentemente, leva a naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social, como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos. (Sueli Carneiro, 2011, p. 15).

Nessa consolidação social que aponta Sueli Carneiro e perante os pequenos dados apresentados nesse ensaio, fica fácil perceber quem são os *humanos*, ou melhor, *humanas* em situação de desigualdade de direitos, eu digo, até em processo de desumanização ao tornarem-se os objetos de domínio patriarcal. Naturalizou-se a violação dos direitos das mulheres, as agressões foram permitidas, o racismo, os espancamentos dentro da esfera

privada e pública, o silenciamento daqueles que conhecem intimamente as violências: as/os filhas/os, pais, mães, tias/os, irmãos/as, vizinhos, profissionais da saúde, da educação e da segurança que vendam seus olhos e ouvidos perante as violências tornando esse debate um tabu; e esses contratos e códigos de convivência humana que foram escritos e ratificados ao longo de algum tempo, são patriarcais e violentos.

Há exatos 16 anos constitui-se a Lei Maria da Penha como a mais importante referência em relação ao enfrentamento contra as violências domésticas sofridas pelas mulheres no Brasil. A Lei conta com 46 artigos que delimitam sobre a violência doméstica e familiar, quais os tipos de violência que se enquadram nessa Lei e sobre a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, medidas de prevenção, atendimento pela autoridade policial, sobre os procedimentos a serem realizados, das medidas protetivas de urgência, da atuação do ministério público, da assistência judiciária e da equipe de atendimento multidisciplinar. Estamos diante de uma lei aparentemente "completa" que aponta caminhos para identificar violências, prevenir, punir agressores e proteger as vítimas. Mas, vejamos que mesmo com esses "contratos de convívio e pacificação" as violências não diminuem.

Os exemplos de violações de direitos descritos anteriormente demonstram que essas tentativas do Estado para coibir as violências não bastam para as mulheres deixarem de ser submetidas, subjugadas e assassinadas. O Machismo que estrutura a coluna vertebral da sociedade aparece de diferentes maneiras, em diversos locais, hora mais sutil, hora mais explícita, mas sempre presente, assim como o racismo.

Como o patriarcado foi ao longo dos anos se "cruzando" na teia que liga o desenvolvimento histórico-estrutural da sociedade, acredito que levará anos igualmente longos, ou até mais, para ser desfeito, pois essa cultura machista, sexista e patriarcal desafia aqueles/as que tentam subverter essa ordem e as legislações criadas recentemente sequer chegam a abalar as contradições que o sistema capitalista coloca, Friedrich Engels escreve em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* que:

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na

monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, p. 87, 2007).

Ao longo da história muitas foram as formações familiares, também existiram as famílias matriarcais e Engels descreve esse processo de universalidade das famílias “civilizadas”, coloco entre aspas a palavra por ter consciência do risco que se corre ao usá-la, pois ao fim o que é ser civilizado? Mas isso é diálogo para outra dissertação, o que ponho é refletir os moldes que se forjaram ao longo dos anos e que empurraram as pessoas para essa disputa sexista e egocêntrica, na busca pelo “poder” onde se delimitaram *papéis e valores sociais* e nessa história quem sai perdendo são as pessoas não brancas e as mulheres.

Olhar para o passado para compreender o presente pode ser um caminho assertivo na tentativa de compreensão da sociedade contemporânea e suas revoltas, a busca pelo conhecimento da consolidação do sistema capitalista e a noção de propriedade privada que rege, hoje, a ordem mundial das relações pode elucidar um pouco a absorção do machismo e da violência que se estabeleceu entre as pessoas.

Carole Pateman traz outras análises sobre a origem do patriarcado, contratos sociais e as relações com a sujeição das mulheres, ela fala no livro *O contrato sexual* (1993) que “os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e de casamento.”( Carole Pateman, p. 24) e segue afirmando no mesmo livro que “o contrato de casamento, é também, um tipo de contrato de trabalho. Tornar-se esposa implica tornar-se dona de casa; ou seja, a esposa é alguém que trabalha para seu marido no lar conjugal” (Carole pateman, p.176), a exploração dos corpos feminizados acontece em todos os espaços que seja possível imaginar.

Isso faz lembrar das jornadas de trabalho dupla ou tripla que as mulheres têm na contemporaneidade, conquistaram o direito de trabalharem fora de casa<sup>8</sup>, receberem seus salários, exercerem profissões diferentes,

---

<sup>8</sup> Lembrando que as mulheres negras sempre trabalharam fora de casa, desde a sua escravização, e depois como empregadas domésticas mal remuneradas, sem reconhecimento e sem direitos trabalhistas, a conquista de trabalhar fora de casa veio mais atender à necessidade das brancas.

votarem e tentarem ocupar locais de poder dentro da política pública, mas ainda continuam exercendo o papel de dona-de-casa não remunerada, aquela que precisa servir ao seu marido, ao seu filho, ao seu pai, ao seu irmão, avô, primo, vizinho, qualquer figura de representação masculina. Carole diz que na “ sociedade civil, todos os homens, não apenas os pais, podem gerar a vida e os direitos políticos. A criação política não é própria da paternidade e sim da masculinidade.” (Carole Pateman. 1993, P. 61).

Discutir o fim das opressões, sem discutir machismo e racismo, é como pintar uma tela sem tinta, não irá surgir imagem ou não irá surtir efeito, assim como dialogar sobre fim das violências contra as mulheres sem olhar as questões de raça e classe também não surtirá efeito de transformação, como também discutir o racismo sem considerar as questões de gênero e classe não levarão há avanços.

Ao trazer essas discussões para minha escrita, quero provocar o pensamento de quem lê essa dissertação, relembro o artigo 233 do código civil brasileiro de 1916, já citado aqui, que deixa claro a relação de poder e exploração sobre os corpos das mulheres e sua sujeição ao marido. O artigo foi revogado somente em 1962, fato que demonstra o “eco” dos contratos de exclusão e servidão que permearam a vida das mulheres ao longo dos anos.

Outro ponto que trouxe para a escrita e retomo é o uso da legítima defesa de honra em caso de violência doméstica e feminicídio, que ainda na contemporaneidade era usável pelos agressores, a inconstitucionalidade dessa tese foi declarada pelo Supremo Tribunal de Federal em agosto de 2023; volto nesse ponto porque compreendo que apenas em uma sociedade extremamente cruel e machista poderiam acontecer episódios onde além de apanhar ou ser assassinada a vítima se torna culpada e o agressor alega legítima defesa de honra, que espécie de sociedade é essa onde assassinos são perdoados e vítimas condenadas?

As legislações estão registradas, oficializadas, aprovadas, mas pouco são executadas e os dados que levantei sobre violências evidenciam isso. Considero fundamental a existência de legislações que olhem para essas questões, já que, partindo da própria vontade, muitas pessoas não deixariam de exercer seus métodos violentos de controle e essas Leis tentam

---

minimamente barrar esses agressores sob ameaça de punição. Aponto fragilidades dentro das legislações, não para desvalorizar aquilo que foi construído, mas sim, para afirmar que precisamos de “mais”, muito mais ações, mais respeito e coragem daqueles que Legislam, mais programas educativos que dialoguem sobre a temática e mais recursos financeiros para investimentos na área. Ao observar o crescimento do patriarcado, do machismo, das relações de poder sobre os corpos e a propriedade privada ao longo do desenvolvimento humano, fica notável a força que o machismo ainda tem e o quanto essas construções históricas reverberam na prática e se manifestam em todas as esferas, inclusive dentro das redes responsáveis por acolherem essas mulheres.

Vou citar mais um caso de violência contra mulheres para tentar ilustrar melhor aquilo que tento desenrolar: o assédio sexual que a deputada estadual Isa Penna sofreu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no fim de dezembro de 2020, em sessão do plenário, o deputado estadual Fernando Cury se aproxima e abraça por trás a deputada e toca em seu seio, ela rapidamente reage, empurrando-o. As imagens do crime circulam pela internet, é notável a falta de reação dos demais; a importunação aconteceu em frente ao presidente da assembleia e a punição não passou de 6 meses de suspensão do mandato. A deputada comemora essa suspensão e chamou de *“momento histórico dentro do Parlamento Paulista.”* (G1 São Paulo, 01/04/2021)<sup>9</sup>. O deputado teve uma penalidade leve, perante a gravidade do seu ato. E mais uma vez passa-se um recado simbólico para as mulheres que adentram no espaço da política pública: esse não é lugar para vocês, mais do que isso, reforça a tentativa arcaica de dominação sobre as mulheres, Isa Penna saí dessa experiência marcada, violada em rede nacional, mas Marielle Franco saí desse espaço de disputas políticas morta.

Esses exemplos constantes de humilhação das mulheres, nos espaços em que circulam, incluindo aqueles onde se formulam as leis, apontam fragilidades no sistema. Esses crimes seguem acontecendo e nenhuma mulher está salva. Precisamos criar nossos próprios métodos de proteção, que

---

<sup>9</sup>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/01/caso-isa-penna-em-decisao-inedita-alesp-suspende-por-6-meses-mandato-do-deputado-fernando-cury-que-passou-a-mao-em-colega.ghtml>

também nos impedem de gozarmos plenamente dos direitos quando, por exemplo, não podemos caminhar sozinhas durante a noite pelo risco de sofrer um “ataque” e estupro.

Se for extremamente necessário sair à noite tem que andar atenta, olhando para os lados, para trás, em festas não pode beber por arriscar ser assediada ou estuprada, quando se é menina não pode ficar só com um homem ou adolescente para evitar abusos e estupros, quando está trabalhando precisa cobrir muitíssimo bem seu corpo para não ser acusada de provocar “desejos incontroláveis” em seus colegas de trabalho.

Essas são reações de autodefesa que surgiram como resposta ao quadro, mas além dos padrões opressores, existe a dificuldade que muitas se deparam ao tentar realizar pedidos de ajuda, a ligação para o disque 180 e o pedido de medida protetiva não garante a proteção de todas. Dependendo da localização da vítima, a guarda policial não consegue chegar a tempo, muitas nem sequer tem acesso a disque denúncias, como as mulheres do campo que moram em localidades extremas, ou no caso de crianças que não tem acesso a aparelhos telefônicos ou computadores e também aquelas que são muito pequenas e nem ao menos sabem que estão sendo violadas. Além disso, há as mulheres com deficiências que as impedem de se locomoverem, ou falar, ou com deficiência intelectual, e ainda temos as mulheres idosas, mulheres “acamadas” que também sofrem violências, mas não têm acesso aos canais de denúncias e as redes de proteção. Outro fator marcante é a pobreza que impede as mulheres de se deslocarem até uma delegacia, fato que as torna dependentes financeiramente do agressor/a.

Reforço que as legislações de enfrentamento das violências contra mulheres são importantíssimas, mas precisam ser complementadas com ações educativas, revisões de padrões e uma nova estrutura social. A própria Lei Maria da Penha no Título VII das Disposições Finais com o Artigo 35 define que:

[...] A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:  
I – Centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, Lei 11.340/2006).

No artigo 35 a Lei fala sobre a possibilidade de se criarem espaços para acolhimento das mulheres e no Título V, avança falando sobre a Equipe de Atendimento Multidisciplinar fala que:

*Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psíquico social, jurídica e de saúde. (BRASIL, Lei 11.340/2006).*

Percebemos que a Legislação aponta a necessidade de acompanhamento dessas vítimas, mas fica apenas como apontamento, não torna obrigatório. A não obrigatoriedade dos Artigos 35 e 29 da Lei 11.340/2006, atrelada ao machismo estrutural, findam pela não execução.

Além disso, é turva a percepção sobre o que é violação de direito ou não, continua-se a questionar a participação da vítima nos episódios de violência que sofre, inclusive nos espaços de criação das Leis. A consolidação da objetificação, subjugação e inferiorização das mulheres ao longo da história torna o debate público e o enfrentamento das violências quase um tabu, assumir que esse problema existe em larga escala no Brasil é como assumir a coparticipação dentro do ciclo da violência, e assim, fica difícil imaginar que gestores públicos irão preocupar-se em criar centros multidisciplinares para atender e acompanharem mulheres vítimas da violência e sua família.

Agora convido os leitores para refletir sobre as possibilidades de recomeço da vida para aquelas que foram vítimas de violência doméstica e sobre a importância desses espaços mencionados no Artigo 35 da Lei 11.640 serem efetivados

### **3 DENUNCIEI! E AGORA? GRUPOS DE APOIO E RESISTÊNCIA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

Neste Capítulo tratamos de dialogar sobre a importância de existirem os grupos de apoio às mulheres vítimas da violência doméstica, pensando nos impactos que as violências causam nas mulheres e a importância do acompanhamento qualificado no período da pós-denúncia. Para guiar o diálogo acessamos os estudos da psiquiatria, Lei Maria da Penha, teorias de

pesquisadoras da educação e a experiência com arte/educação no projeto Adinkras.

### 3.1 TRAUMAS, DENÚNCIAS E PÓS-DENÚNCIAS

Mediante o exposto no capítulo acima, as violências contra as mulheres diferem-se umas das outras, em grau de crueldade, em condições humanas, em tempos históricos, mas demarca-se o alvo: mulheres. Perante a crueldade dos exemplos apresentados surge outro problema: Como essas pessoas que passaram por diferentes tipos de violações dos seus direitos podem recomeçar sua história após o período da denúncia? já que essas experiências são traumáticas; sobre o estresse pós-traumático gerado nessas mulheres, Marie France Hirigoyen escreve:

As mulheres vítimas de violência no casal, como toda e qualquer pessoa exposta de maneira repetida a traumas, podem ainda apresentar, muito tempo depois da separação, perturbação de estresse pós-traumáticos. As pessoas traumatizadas apresentam um elevado grau de atividade mental e física, o que se traduz, primeiramente, por manifestações de ansiedade. Pode ser uma ansiedade flutuante seguida de um sentimento permanente de insegurança e de ataques de angústia semelhantes a “acessos” de pânico”. Constatam-se, também, nessas pessoas, dificuldades para dormir: tem um sono leve, o menor barulho produz um despertar ansioso, têm pesadelos que trazem à tona o passado. Mas o principal sintoma se expressa em reminiscências ansiosas do trauma. Trata-se de um reviver quase alucinatório e fugaz: basta uma silhueta entrevista na rua, uma conversa que faça lembrar o contexto traumatizante, para que a pessoa se veja mergulhada na mesma angústia que experimentou por ocasião do trauma inicial. Isso a leva a uma vigilância desmedida e a evitar tudo aquilo que possa evocar, de perto ou de longe, o choque traumatizante. Como não consegue escapar dessas evocações traumáticas, a fuga mental será uma escapatória. As pessoas traumatizadas também apresentarão, muitas vezes, um desligamento em relação a fatos e pessoas que será visto como cansaço. Tais perturbações estão ligadas a disfunções no nível de várias estruturas cerebrais, consequências direta dos mecanismos de sujeição. A desordem cerebral observada no estresse pós-traumático já foi bastante estudada em animais, em experiências de laboratório, mas o tratamento dos pacientes que sofrem de tais perturbações é complexo e exige múltiplas abordagens. (Marie France Hirigoyen, 2006. P.110)

Aqui vemos algumas das consequências do trauma nas mulheres vítimas de violência no casal, especificamente o estresse pós-traumático. Ela destaca que as pessoas que passaram por traumas repetidos, como as

vítimas de violência doméstica, podem continuar apresentando perturbações de estresse pós-traumático mesmo após a separação.

A autora descreve que as pessoas traumatizadas apresentam um alto nível de atividade mental e física, que se manifesta principalmente por ansiedade. Essa ansiedade pode ser flutuante, seguida por um sentimento constante de insegurança e ataques de angústia semelhantes a "acessos" de pânico. Também é mencionado que as pessoas traumatizadas têm dificuldade para dormir, experimentando sono leve, despertares ansiosos com qualquer barulho e pesadelos que revisitam o passado.

O sintoma principal do estresse pós-traumático é descrito como uma experiência quase alucinatória e fugaz de reviver o trauma, onde uma simples silhueta ou conversa que lembre o contexto traumático pode desencadear uma angústia semelhante à experimentada no trauma inicial. Isso leva a uma vigilância excessiva e evitação de qualquer coisa que evoque o trauma.

Ela menciona que, devido à incapacidade de escapar dessas evocações traumáticas, as vítimas recorrem frequentemente ao desligamento emocional como uma forma de fuga. Esse desligamento pode ser interpretado como cansaço em relação aos fatos e às pessoas.

Além disso, o trecho menciona que essas perturbações estão relacionadas a disfunções em várias estruturas cerebrais, sendo consequências diretas dos mecanismos de submissão presentes na violência doméstica. Por fim, destacamos que, embora a desordem cerebral observada no estresse pós-traumático já tenha sido estudada em animais em experiências de laboratório, o tratamento para pessoas que sofrem dessas perturbações é complexo e requer abordagens múltiplas.

A criação da Lei Maria da Penha é um importante marco para nós mulheres, a tipificação dos crimes de violência doméstica foi um avanço na legislação brasileira como um esforço para garantia da vida; logo depois da implementação, em 07 de agosto de 2006, se fortalecem as campanhas de enfrentamento da violência doméstica e incentivo à denúncia e as divulgações acontecem em diferentes meios: revistas, jornais, TV e pesquisas acadêmicas passam a ser produzidas discutindo as violências, e a própria Lei Maria da Penha.

Tabela 2: artigos científicos publicados no site Scielo Brasil a partir de 2006 até 2016.

Ano	número de artigos
2006	11
2007	21
2008	27
2009	31
2010	22
2011	28
2012	26
2013	22
2014	46
2015	41
2016	37

Fonte: Tabela produzida pela autora

Ao buscar artigos com as palavras-chave: violência contra as mulheres, no site de publicações acadêmicas Scielo Brasil é possível perceber o aumento no número de produções que discutem a temática entre os anos de 2006 e 2016, quando a Lei completa 10 anos, saltando de 11 pesquisas no ano de 2006 para 46 pesquisas no ano de 2014, sofrendo leve queda em 2016 com 37 pesquisas temáticas, mas, ainda mantendo um considerável aumento em relação ao ano de implementação da lei.

Assim como aumentam os números de pesquisas científicas acerca do tema, também aumentam os números de denúncias dessas violações de direitos, as delegacias de atendimento às mulheres vítimas de violência foram se popularizando, os profissionais começaram a receber as orientações sobre o atendimento e respectivos protocolos, entretanto, os espaços de acolhimento para elas ainda são poucos, mesmo que o Artigo 35 da referida Lei anuncie:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

[\(Vide Lei nº 14.316, de 2022\)](#)

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

E mesmo que estudiosas da causa, com Marie France Hirigoyen, aponte os danos que as violências causam e que os depoimentos das vítimas mostre o diferencial que o atendimento no período pós-denúncia tem em suas vidas, os centros de atendimentos não são criados; a legislação não torna obrigatório sua institucionalização e são mínimas as iniciativas para a formação desses centros integrais e multidisciplinares para as mulheres e dependentes, como aponta o inciso II, no artigo 35 da Lei 11.340/2006.

O propósito de atender e refletir sobre o estresse pós-traumático que as mulheres vítimas da violência doméstica podem desenvolver até o momento da denúncia e afastamento do/a agressor/a, por certo, contribuiria na reconstrução dos aspectos emocionais dessas, os grupos de atendimento qualificado às mulheres vítimas da violência são importantes para o acolhimento, diálogos e reflexões que sirvam de dispositivos para ações e reconhecimento de si e dos outros, com experiências voltadas para o desenvolvimento emocional, que possibilitem a auto resignificação da sua história a partir de reflexões sobre a formação da sociedade, reconhecimento dos tipos de violência, estudo do ciclo da violência, sinais de relacionamento abusivos e estudo dos seus direitos.

Nas páginas que seguem será apresentada a experiência de atendimento a mulheres vítimas de violência durante o período da pós-denúncia, usando como exemplo o Projeto Adinkras de Forquilha/SC, especialmente a experiência com arte/educação.

### 3.2 ARTE/EDUCAÇÃO NO GRUPO ADINKRAS/SC PARA APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.

Antes de adentrar diretamente nos exemplos das vivências com arte/educação dentro do projeto Adinkras, rebusco neste capítulo referências nas pesquisas de algumas estudiosas que tornaram a escrita mais robusta; e para dialogar sobre arte/educação acesso o livro de Ana Mae Barbosa *A imagem no ensino da arte* edição de 2005, junto com os escritos de Fayga Ostrower em *Criatividade e processos de criação* de 2014 e Cecília Almeida Salles em *Gesto inacabado, processo de criação artística*, que já apareceram em trechos anteriores, posto que me proponho a formar um tecido de escritas, mas que agora alinhavam diretamente as discussões sobre arte/educação nos espaços de atendimento às mulheres vítimas da violência doméstica.

Maria da Glória Gohn vem para a tessitura caracterizando diálogos sobre os espaços de educação não-formais, no qual o projeto Adinkras se encaixa, e ainda recorro a Joice Berth para pensar sobre a empoderamento e a Marie France Hirigoyen que nos acompanha por toda escrita ao relacionar as experiências educativas com as experiências emocionais que as mulheres vivenciaram antes e durante a participação no projeto.

As experiências com arte/educação ganham expressividade para além das escolas, adentram em espaços não-formais da educação, espaços comunitários como as Associações de Clubes de Mães, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), CRAS, CREAS, nos movimentos sociais, espaços de formação com processos educativos que o currículo escolar não alcança, onde as normas e condições de ensino/aprendizagem surgem pela necessidade do grupo, Maria da Glória Gohn nos ajuda a pensar sobre esses processos educativos no artigo *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*<sup>10</sup> publicado em 2006, na revista eletrônica *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, onde ela caracteriza a educação não-formal como aquela que acontece [...] em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais [...] ( Maria da Glória Gohn, 2006, p. 29) e mais ainda, ela sinaliza que o ensino não-formal:

[...] capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus

---

10 <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v14n50/v14n50a03.pdf>

objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de formação e informação política e sociocultural é uma meta na educação não-formal, ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo, etc. (Maria da Glória Gohn, 2006, p. 29)

A autora nos convida a pensar em espaços de educação humanizadores, processo educativos que acontecem com troca de saberes, das experiências de vida que cada ser humano carrega na sua integralidade, e, portanto, parte da necessidade local, individual, mas também coletiva. Observamos na experiência do projeto Adinkras, as mulheres ao ocuparem lugares que têm em comum a violência doméstica sofrida, que na confluência de suas histórias as direciona para o encontro coletivo em busca de (re)conhecimento de si e da humanidade. Elas propõem-se a aprender juntas, a ensinarem juntas e a ressignificarem coletiva e individualmente sua história, já que o processo de apropriação do conhecimento também é individual, dentro das possibilidades que cada mulher opera.

Convido neste trabalho a pensar sobre arte/educação no âmbito das discussões de gênero e violência doméstica contra as mulheres e a sua relevância em trabalhos com as mulheres vítimas de violência no período da pós-denúncia, compreendendo que arte/educação no Brasil vem de uma trajetória de transformações nos currículos escolares e nos espaços artísticos, e que no projeto Adinkras a lógica da análise é dentro do ensino não-formal.

No projeto Adinkras de Forquilha/SC os fazeres artísticos tendem a desenvolver estratégias para movimentar reflexões com as mulheres, o ensino da arte nesse espaço não se limita a prática de técnicas artísticas ou estudo da história da arte; nem tão pouco se enquadra dentro da arteterapia, pois as questões emocionais são trabalhadas por uma psicóloga, com técnicas apropriadas e esse é um diferencial nessa experiência. Havia dias em que prevalecia a arte/educação e em outros dias prevaleciam as práticas da psicologia e em outros momentos as duas áreas aconteciam juntas, com as duas profissionais responsáveis exercendo a sua função.

Capturo as ideias da pesquisadora em arte e professora Ana Mae Barbosa para coadunar ao que propõem Maria da Glória Gohn sobre os objetivos

humanizadores na educação não-formal, mirando a arte/educação quando Ana Mae escreve que:

Se pretendemos uma educação não apenas intelectual, mas principalmente humanizadora, a necessidade da arte é ainda mais crucial para desenvolver a percepção e a imaginação, para captar a realidade circundante e desenvolver a capacidade criadora necessária à modificação desta realidade (Ana Mae Barbosa, 2005 p. 5).

Nesta citação a educadora Ana Mae Barbosa ressalta a importância da arte como um componente essencial da educação, especialmente quando buscamos uma educação também humanizadora. Ao afirmar que a arte é crucial para o desenvolvimento da percepção e da imaginação, a citação destaca a capacidade da arte de ampliar nossa forma de ver e compreender o mundo ao nosso redor. Com as experiências na arte, conseguimos captar a realidade circundante de maneiras mais sensíveis e profundas, explorando diferentes perspectivas e olhares sobre o mundo.

Enfatizando a educação humanizadora, a citação destaca que a arte não se limita ao aspecto intelectual, mas abrange a dimensão emocional e social do ser humano. Com as experiências em arte, podemos explorar questões de identidade, empatia, diversidade e expressão individual e coletiva.

Além disso, Ana Mae destaca a importância da capacidade criadora que a arte desenvolve em nós. A arte nos convida a imaginar possibilidades, a questionar o status quo e a buscar formas alternativas de pensar e agir. Essa capacidade criativa é essencial para enfrentar os desafios e transformar a realidade, ao permitir a geração de novas ideias, soluções inovadoras e abordagens diferentes.

Portanto, Ana Mae Barbosa nos lembra que a presença da arte na educação é fundamental para nutrir a sensibilidade, a criatividade e a capacidade de transformação dos indivíduos. Ela nos convida a valorizar a arte como um dispositivo poderoso para o desenvolvimento integral das pessoas, promovendo uma educação que seja verdadeiramente enriquecedora e humanizadora.

Vivenciar as produções artísticas em seus detalhes, diferentes processos, diferentes realidades culturais e sociais pode tornar a experiência estética mais significativa e como escreve a educadora e artista plástica Fayga Ostrower no livro *Criatividade e Processos de criação* [...] podemos entender que destacados de um todo, os múltiplos componentes expressivos podem ser parcelados, podem ser codificados individualmente e podem ser recombinaados para formarem outras

totalidades (Fayga Ostrower, 2014, p. 23) e assim, a obra de arte em suas apresentações, não sem ingênuas expressões, podem ser possibilidades para ressignificação de experiências individuais e coletivas.

Fayga Ostrower destaca ainda que a totalidade da obra ao ser desconstruída pode criar diferentes possibilidades, novas composições, com outros significados e intencionalidades a partir da releitura das próprias criações e dos impactos que o processo artístico provoca naqueles que o experimentam. A experiência no projeto Adinkras de Forquilha/SC descrita no texto pode ser exemplo de práxis para codificação, decodificação e recodificação de objetos e conceitos produzidos com a arte junto às mulheres vítimas de violência em experiências formativas humanizadoras.

Se considerarmos os desdobramentos que cada ponto aparente na instalação artística *Beba-me* sugere, a objetividade dos processos artísticos pode ser analisada por diferentes vieses: os trabalhos com desenhos, os diálogos impulsionados depois de sessões de filmes, a sessão de fotografias realizada com as mulheres vítimas de violências que reconstituem vivências individuais, os sketchbooks que narram sua trajetória, as releituras de obras de arte com técnicas de teatro que questionam os modos de maternidade, a instalação que reflete o ciclo da violência e a performance que a acompanha; cada ponto carrega um arcabouço de práticas vivenciadas pelas mulheres no grupo e possibilidades artísticas e reflexivas sobre a condição das mulheres na sociedade, não apenas sobre técnicas artísticas, mas também sobre condições humanas.

Para exemplificar a arte/educação nos espaços não-formais retomo a discussão sobre a necessidade de erguer-se espaços para o atendimento das mulheres vítimas de violência no período da pós-denúncia usando a experiência do Projeto Adinkras - Grupo de apoio às mulheres vítimas de violência em Forquilha/SC, formado em 2018, que acontecia junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - do município, durante os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

O projeto que atendeu essas mulheres tinha como principal objetivo possibilitar o fortalecimento da autoestima dessas vítimas, para que se empoderassem e retomassem sua vida. Observemos o depoimento de Heronilda Alves Pires, participante do grupo de 2018 até 2021:

Eu aprendi que a melhor coisa que existe é ter amor próprio, porque se tu não tem amor próprio vai viver só dependente de uma pessoa, e assim óh, quando eu me separei achei que tinha acabado tudo, que eu tinha morrido junto com o casamento, mas agora não, agora me sinto bem, me sinto realizada. (Depoimento retirado do site Invisibilidade Mata. Disponível em: <<https://mperuchironsani.wixsite.com/invisibilidademata/assista> >).

Esse depoimento foi disponibilizado no site criado pela designer gráfica Mariana Peruchi no ano de 2019, que desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso pesquisando o projeto Adinkras e criando o site: Invisibilidade Mata! Como requisito para concluir a graduação em Design Gráfico na Univali mostra que participar desse grupo gerou impacto positivo para Heronilda, ela verbaliza que aprendeu a sentir amor próprio, demonstrando confiança em si e não mais precisando de um relacionamento para sentir-se realizada.

Por hora abro espaço para descrever o conceito de empoderamento adotado no grupo, uma vez que empoderamento significa *dar poder*, e diante disso uma série de experiências e análises são possíveis, já que, no movimento de mulheres busca-se mais autonomia, mais direitos, mais acessos, mais respeito e menos sofrimento, busca-se que as mulheres tenham poderes, de autogestão, de liberdade para expressar-se, de autonomia financeira, de circulação. A psicanalista, arquiteta e escritora feminista Joice Berth escreve no livro Empoderamento, da coleção Feminismos Plurais, que leva o selo Sueli Carneiro e tem como coordenadora Djamilla Ribeiro, que o empoderamento sofreu esvaziamento:

[...] sobretudo nos dias de hoje, concluímos que estamos diante de um conceito complexo, muito distorcido e incompreendido, o que se deve em grande parte ao debate acrítico sobre o tema. Exatamente por isso o termo também vem sendo severamente criticado, não por seu significado, mas pela maneira esvaziada com que é utilizado e que foge completamente das raízes. (Joice Berth, 2019. P.22).

Joice Berth (2019) nos leva a refletir sobre a importância de uma compreensão aprofundada e contextualizada dos conceitos que discutimos. Muitas vezes, palavras e termos podem ser distorcidos ou esvaziados de seu verdadeiro significado, especialmente quando são apropriados e utilizados fora de seu contexto original. Isso pode levar a uma compreensão superficial e incompleta dos conceitos, prejudicando o diálogo e a compreensão mútua. A autora destaca a complexidade e a distorção que o conceito em questão enfrenta atualmente, atribuindo isso, em

parte, a um debate acríptico sobre o tema. A autora ressalta que o termo é frequentemente criticado não por seu significado em si, mas pela forma vazia e descontextualizada com que é utilizado, que se afasta completamente de suas raízes originais.

Por quanto, é necessário retomar o empoderamento em sua etimologia para compreender sua importância na trajetória de vida das mulheres que foram vítimas de violência doméstica, Joice Berth discorre que:

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autoconhecimento de si mesmos e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política, e por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível a auto aceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo, ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vivem e em prol da coletividade. (Joice Berth, 2019, P. 18).

Dentro do Grupo Adinkras de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência, salienta-se que o empoderamento sugerido por Berth é acatado em sua prática, o depoimento de Heronilda Alves Pires mostra a potência das experiências conduzidas durante os encontros do Grupo. Essas mulheres que carregam as marcas da violência machista em sua vida, o medo, a insegurança, a culpa, a tristeza, o sentimento de incapacidade, a ansiedade, a angústia, a baixa autoestima resultante das violações sofridas, puderam nesse espaço reservado para atenção à saúde emocional, acessar o conhecimento de si para compreender a organização da sociedade

E logo, a condição que viveram durante a permanência no ciclo da violência e que sentiram depois do afastamento do/a agressor/a, percebendo as diversas emoções que as preenchiam após a denúncia ou afastamento, e a importância de trabalhar esses sentimentos e traumas, já que a culpa acompanha muitas dessas vítimas e atrapalha o seu desenvolvimento. Vejamos como Marie France Hirigoyen descreve esse sentimento:

Elas julgam, muitas vezes, que a violência faz parte das coisas “não muito agradáveis”, porém inevitáveis da vida. Elas aprendem a controlar o próprio medo, julgam que

as agressões dos homens são um perigo como outro qualquer, do qual tem de aprender a se proteger. Aliás, a mãe já lhe havia prevenido quando eram mais novas: "não se deixe abordar por estranhos!", "não deixem que os rapazes a usem!".

As meninas são educadas, por um lado, para esperar o príncipe encantado e, por outro, para pôr-se em guarda contra os outros homens. Ao se tornarem mulheres, não aprenderam a ter confiança no que sentem e a distinguir os verdadeiros perigos. Em caso de agressão, duvidam da própria percepção da realidade, e pode mesmo acontecer de não mencionarem uma agressão sofrida por medo de serem ridicularizadas ou, pior ainda, consideradas culpadas (Marie France Hirigoyen, 2006, P.70).

Marie France Hirigoyen, aborda como as mulheres são socializadas a lidar com a violência e os perigos associados aos homens. Ela descreve como as meninas são educadas com a ideia de esperar por um "príncipe encantado", ao mesmo tempo em que são instruídas a se protegerem dos homens. Ela ressalta que, ao longo de suas vidas, as mulheres aprendem a naturalizar a violência como algo não muito agradável, mas inevitável. Elas são ensinadas a controlar seu medo e a ver as agressões masculinas como perigos comuns, dos quais precisam se proteger. Não incomum é nos deparar com relatos das mulheres em defesa de seu algoz, que mesmo sofrendo, toleram as agressões e buscam subterfúgios em comportamentos seus que justifiquem os atos violentos do/a companheiro/a.

Alcançar o empoderamento necessário para impulsionar a retomada de sua história, do protagonismo da sua vida é imprescindível para essas vítimas e sem curar as feridas abertas no relacionamento abusivo e violento fica difícil avançar nos aspectos pessoais, como ter novos relacionamentos, vida social com amigos e familiares, retomar a carreira profissional, cuidar e orientar as/os filhas/os.

E assim, a dinâmica do grupo Adinkras acontecia com encontros semanais, dentro do CREAS do município, inicialmente contando com 2 profissionais: eu, Andreza de Oliveira - graduada em artes visuais e Joseane Nazário - psicóloga. Os encontros eram recheados com diferentes vivências: filmes, meditação guiada, dança, pinturas, desenhos, participação em eventos temáticos, palestras e rodas de conversas com profissionais parceiras/os, mas especial e principalmente praticava-se a escuta atenta, e quando uma mulher ouvia a outra, os relatos das violências que haviam sofrido, compartilhando suas dores, dividiam os pesos da solidão e da incompreensão que muitas dessas experienciam após o término do

relacionamento; e ouvir histórias que se assemelham de alguma forma, tornava-as mais potentes e corajosas para vencerem o sofrimento!

Vejamos a narrativa uma das participantes do grupo Adinkras<sup>11</sup>, em entrevista concedida à jornalista Janine Limas para a TV Unesc em dezembro de 2018:

Entrevistada 1:

Eu passei pelo vale da sombra da morte e eu posso dizer que hoje eu tô bem. Muito Feliz. Por que várias vezes eu tentei, mesmo, o suicídio. O meu desejo não era mais de viver. e quando eu comecei a vir prá cá, comecei a vir, comecei a vir e conversando com elas. com as meninas aqui, ouvindo as histórias delas também. tipo a dessa que não veio que era bem mais complicada que a minha e ela tava ali de pé forte. Eu disse: eu vou conseguir também, eu vou conseguir!

Segue narrando:

Eu andei pelo vale da sombra da morte, aonde eu pensei que eu ia morrer, virar cinza e pó, como a gente nasce, né. Eu passei pelo vale da sombra da morte e eu posso dizer que hoje eu tô bem. Muito feliz, muito feliz, mesmo, mesmo, mesmo de verdade. Eu venci, eu sou uma nova mulher com certeza! E bem realizada (TV Unesc, EM PEDAÇOS, 2018).

Esse relato destaca a importância do apoio social e da conexão humana na superação de dificuldades emocionais. Ele também ilustra a resiliência e a capacidade de crescimento pessoal diante de momentos de profunda adversidade. O testemunho da pessoa é um lembrete poderoso de que é possível superar os desafios e encontrar uma nova perspectiva de vida, mesmo quando tudo parece sombrio e sem esperança.

Aqui vemos um relato pessoal poderoso de superação e transformação. A pessoa descreve ter passado por um momento extremamente difícil em sua vida, enfrentando um estado emocional tão profundo que o desejo de viver foi perdido e chegou a considerar o suicídio.

Ao compartilhar esse processo de transformação, ela relata ter caminhado por um "vale da sombra da morte", um período de intensa escuridão, incerteza e dor. Contudo, o relato ressalta que ela conseguiu sair desse lugar sombrio e encontrar um estado de felicidade e realização. Essa jornada transformou a pessoa em uma nova versão de si mesma, cheia de esperança e determinação.

Transcrevo o relato de outra mulher participante do grupo, que igualmente teve sua identidade preservada para a entrevista concedida à TV Unesc, para o programa intitulado "Em pedaços", onde narra a importância do grupo para a sua vida:

---

<sup>11</sup> Link de acesso a reportagem: <https://www.youtube.com/watch?v=bqW1xb2mHtE>

Entrevistada 2:

Aprender mais sobre a violência realmente né. Porque, às vezes, a gente está ali naquela situação e nem sabe que é violência física, psicológica que a gente está passando. Eu aprendi muito sobre a violência!

Segue narrando:

Eu me sinto forte, mais preparada e aprendi bastante né. tipo a auto estima da gente levantou bastante. E tipo, a gente aprende bastante que a gente pode seguir, fazer as coisas que realmente a gente quer. que não precisa mais passar por aquilo que eu passei. (TV Unesc, EM PEDAÇOS, 2018).

Essas narrativas mostram ser possível vencer a dor e o sofrimento causado pelas violências, recomeçar a vida após experiências traumáticas e demonstra a potência do atendimento qualificado realizado no grupo Adinkras/Forquilha, onde empoderamento acontece com a busca de conhecimento e com técnicas da psicologia e da arte que fomentaram experiências para acessar memórias das mulheres vítimas, para sensibilização e reflexões, e assim, além dessas mulheres, outras participantes puderam visitar a sua história, seu passado, olhando para si com mais carinho e autocuidado. Empoderando-se com o conhecimento de seus direitos, percebendo que a história da formação social e o patriarcado operam para a vitimização e culpabilização das mulheres que vivem o ciclo da violência doméstica.

Atenhamo-nos a partir de agora às experiências que as mulheres e meninas atendidas no Projeto Adinkras - Grupo de apoio às mulheres vítimas de violências - experimentaram durante os encontros, mostro um pouco da dinâmica dos encontros e sua relação no processo de construção de conhecimento dessas mulheres e meninas, para ressignificação de suas histórias e empoderamento.

#### **4 EXPERIÊNCIAS COM ARTE/EDUCAÇÃO NO GRUPO ADINKRAS COMO PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS DAS MULHERES PARTICIPANTES**

Ao longo do nosso trabalho temos trazido as trajetórias de mulheres e os processos de luta e resistência às práticas de violência sofridas. Enquanto houve o período de vigência do projeto Adinkras percebemos que o grupo se constituiu como um lugar de apoio e de amparo para essas mulheres vítimas da violência. As produções dessas mulheres se constituíram como experiências para ressignificação

de suas vidas. Aqui trazemos outras experiências importantes da relação dessas mulheres com a arte/educação nesses processos de resistências.

#### 4.1 ENCONTROS, CRIAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Figura 4: Encontro do projeto Adinkras Forquilha/SC. 2018.



Fonte: A autora

As práticas das diferentes linguagens artísticas permearam os encontros: desenho, pintura, composição de cores, colagens, encadernação artesanal, fotografia, música, cinema, bordados, montagem de exposição artística, performance artística e lambe-lambe. Na figura número 4 aparecem algumas das mulheres que frequentaram o grupo durante o ano de 2018 e 2019 construindo as capas de seus sketchbooks, e para movimentar os pensamentos que levaram a materialização das ideias usamos os Adinkras africanos e sua ideologia. As capas foram feitas com cartolina dupla, onde as mulheres desenhavam o Adinkra escolhido, e com a técnica de colagem de fios o contornaram, em seguida produziram as cores desejadas para dar acabamento às capas antes da encadernação.

As práticas artísticas contribuíram para a sensibilização das mulheres, como expressão para aquelas que não conseguiam verbalizar seus sentimentos e vivências e como dispositivos de reflexão capazes de acionarem memórias, tanto as memórias de dor, quanto as memórias de uma vida feliz.

Fayga Ostrower escreveu em seu livro *Criatividade e processos de criação* (1977, 1ª ed.) sobre a criatividade e o fazer:

Seja qual for a área de atuação, a criatividade se elabora em nossa capacidade de selecionar, relacionar e integrar os dados do mundo externo e interno, de transformá-los com um propósito de encaminhá-los para um sentido mais completo. Dentro de nossas possibilidades procuramos alcançar a forma mais ampla e mais precisa, a mais expressiva, ao transformarmos as matérias, agimos, fazemos. São experiências existenciais - processos de criação - que nos envolvem na globalidade, em nosso ser sensível, no ser pensante, no ser atuante. *formar é mesmo fazer*. É experimentar. É lidar com alguma materialidade e, ao experimentá-la, é configurá-la (Ostrower, 1977, p. 69).

Do mesmo modo, essas mulheres que experimentaram o sofrimento em relações abusivas, e depois, ao participarem de processos criativos em arte dentro do grupo, experimentam o fazer criativo com arte e a possibilidade de revisitar suas experiências durante esses processos e reorganizar seus pensamentos, seu próprio conceito de vida e a compreensão dos fenômenos violentos que vivenciaram. A autora descreve a potência da experiência que forma seres sensíveis ao perceberem e atuarem nas transformações dos materiais usados na obra de arte e aponta para a percepção das possibilidades de transformação de si com a transformação de materiais nos processos de criação.

Joseane Nazário, cocriadora, coordenadora do grupo e psicóloga atuante no projeto, declara na entrevista à TV UNESC<sup>12</sup> que

“[...] eu enxergo essas mulheres como resilientes, como empoderadas, como conhecedoras de si, elas realmente perceberam onde elas se encontram na situação, elas conseguem perceber sua realidade, elas conseguiram perceber seu poder, seus sonhos e correr atrás disso. (Violência doméstica com apoio às vítimas consegue recomeçar, TV unesc, 2019).

Em seu depoimento de Joseane Nazário expõem sua impressão sobre as mulheres que frequentaram o grupo em 2018 e 2019, relata que percebeu nelas a capacidade de resilir, de encontrarem sua essência, compreenderem os fenômenos violentos que vivenciaram, mas também, conseguiram perceber seu poder em ressignificar sua história e voltaram a sonhar e construir caminhos para realizar seus sonhos. Outra vivência artística importante foram vídeo-debates:

---

12 [https://www.youtube.com/watch?v=\\_2s4xSIHtYI](https://www.youtube.com/watch?v=_2s4xSIHtYI)

Figura 5: Encontros do projeto Adinkras com sessão de filme e diálogo, filme “Lixo extraordinário”, Vik Muniz. 2019.



Fonte: Acervo de Joseane Nazário.

Nesse encontro, além das coordenadoras do projeto, esteve presente para auxiliar nos diálogos Aline dos Santos (na lateral, com blusa preta e cabelos presos), graduada em artes visuais, estagiária do CREAS/Forquilha. Após a exibição do filme, propõem-se um vídeo-debate a partir do filme *Lixo Extraordinário* (2017), do artista plástico brasileiro Vik Muniz, que roteirista, diretor e captou as imagens; o artista idealiza, executa e registra todo o processo de criação de uma coleção de telas elaboradas com materiais recolhidos no lixão de Gramacho/RJ, e os próprios trabalhadores constroem as obras de arte sob a orientação de Vik Muniz: as pessoas foram fotografadas trabalhando no lixão e depois recriam suas próprias imagens usando os materiais coletados, as imagens são novamente fotografadas, enquadradas e expostas nas galerias de arte; as narrativas dessas pessoas acompanham todo o filme, com seu ápice durante um leilão em Paris, vendendo uma das obras por \$100.000.00 dólares, e ao fim, os principais participantes narram a suas memórias e mudanças na sua vida e de seus familiares após essa experiência com a arte.

Figura 6: sessão de filme e diálogo, filme “lixo extraordinário” de Vick Muniz. 2019



Fonte: a autora

Com as mulheres do grupo Adinkras a reflexão e diálogo movimentada pelo filme acontece em torno de relatos de baixo autoestima e da culpa que sentiam, mesmo sendo as principais vítimas dentro do ciclo da violência, algumas dessas carregam o peso que o patriarcado ajudou a construir, onde em muitas narrativas aparece subjetivamente a própria vítima colocando-se em dúvidas, questionando sobre sua capacidade de autogerir-se, sua confiança, e por isso tem medo de denunciar e não receber apoio, ou pior, temem o julgamento da sociedade que podem apontar como a culpada pelas violências sofridas.

A delicadeza e respeito que o artista transmite no filme, sensibiliza quem o assiste e movimentou com as mulheres o debate sobre possibilidades de ressignificação da vida, do olhar mais carinhoso para a sua história e a esperança de experiências mais alegres e seguras. Refletir sobre o ato de coleta no lixão, selecionando os materiais que serviriam para fazer a obra de arte e aqueles que não serviriam, e lembrando que esses foram descartados por outras pessoas e ao serem ressignificados esses materiais tornaram-se parte de obras de arte valiosas, e foi o dispositivo usado neste encontro para gerar reflexões sobre suas experiências, para identificarem aquilo que de precioso possuem e como podem ressignificar suas experiências.

Da mesma forma, outro vídeo-debate aconteceu em torno do filme “A cor púrpura”, de Menno Meyjes (2019), o filme traz um enredo repleto em narrativas de violências sofridas por diferentes mulheres que tiveram suas

vidas atravessadas, violências, tais quais: abusos sexual, estupro, agressão física, racismo, violência moral e psicológica, abrindo o diálogo sobre as experiências que as mulheres do grupo vivenciaram e que se assemelha aquelas expostas no filme, sobre as possibilidades de rompimento do ciclo da violência e a importância do apoio entre mulheres.

Em relação à união entre as mulheres, bell hooks escreveu em seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2017) que: “

Houve tantas ocasiões feministas em que afloraram as diferenças e, com elas, expressões de dor, fúria e hostilidade! Em vez de lidarmos com essas emoções e continuarmos nossa sondagem intelectual em busca de intuições e estratégias de confrontação, todas as vias de discussão se bloqueiam e nenhum diálogo ocorre. (bell hooks, 2017, p.147).

Conectando ao enredo do Filme *A cor púrpura*, dirigido por Steven Spielberg, que é fruto de uma adaptação da obra de Alice Walker com o mesmo título publicado pela primeira vez em 1982, o filme mostra para além das violências sofridas pela principal personagem Célie e todas as mulheres que vivem em seu círculo familiar, mostra o racismo e o machismo sofrido por todas; mas aponta a união e a confiança entre as mulheres como uma oportunidade para transformação de realidades.

Assim como bell hooks (2017) relata em seu livro que as divergências entre as mulheres dentro do próprio movimento feminista e nas relações comunitárias quando olhadas com desprezo, raiva e indiferença tendem a não ser resolvidas, a autora sugere ainda que para além da compressão e diálogos sobre as diferenças, sobre privilégio das mulheres brancas, sugere que aquelas que desejam mudar a sociedade busquem compreendam o lugar e a história de cada uma, para em coletividade traçar objetivos e ações em comum.

Com esse filme se propõe sensibilizar as participantes do projeto a sentirem firmeza nas relações que vão se estabelecendo durante os encontros, e que esse sentido aponte para a confiança, o respeito e o desejo de superação como desejo coletivo, onde uma mulher aspire a vitória da outra mulher e na empatia que surge ao longo dos dias possam espelhar-se umas nas outras e levantar uma à outra.

Figura 7: encontro do grupo para entrevista concedida a TV Unesc, 2019.



Fonte: Joseane Nazário

Nesse encontro as mulheres receberam a equipe da TV Unesc com a jornalista Janine Limas e Gregóri Flauzino na captação de imagens, para entrevista que gerou 2 programas lançados em 2019 no canal da TV UNESC: “Em pedaços: histórias de violências domésticas em Santa Catarina” e “Violência doméstica: com apoio, vítimas conseguem recomeçar”. Para as gravações foram capturados depoimentos de duas mulheres participantes do projeto e das coordenadoras, além disso, dois profissionais da arte, Ana Paula Tiede, graduada em artes visuais e estudiosa do teatro e Pablo Rocha, dançarino, representaram uma violência vivenciada por uma mulher, onde seu ex-companheiro a agrediu grávida de 9 meses alegando que ela não sabia realizar uma boa comida, essa representação aparece no programa *Em pedaços: histórias de violências domésticas em Santa Catarina* (2019)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Link de acesso a reportagem: <https://www.youtube.com/watch?v=bqW1xb2mHIE>

Figura 8: encontro do grupo para entrevista concedida a TV Unesc, 2019.



Fonte: TV unesc .

Para as vítimas essas experiências de retomada às suas histórias eram momentos de reflexão, de olhar para sua vida estando fora do espaço onde as vivenciaram, afastadas dos lugares geradores de suas dores emocionais e físicas e para isso contavam sempre com o acompanhamento da psicóloga Joseane Nazário. Aqui arte e psicologia se encontram com comprometimento e respeito pela história dessas mulheres. Ao passo, que eu, arte-educadora, preparava os dois atores para representarem a cena, Joseane preparava a vítima para o momento em que sua história seria encenada por outras pessoas e reproduzida publicamente (Ela não presenciou as gravações, mas sabia que estava acontecendo) e mesmo com sua identidade preservada, sentiria mais do que qualquer pessoa a dor que sentiu no dia em que foi violentada.

E essas dores podem ser comparadas com feridas abertas que precisam cicatrizar para deixar de doer. E quando passam, a ver suas experiências sendo publicadas, começam a ver suas histórias com superação, como possibilidade de inspiração para outras mulheres romperem o silêncio e o medo presente nas relações violentas e abusivas. Cecília Almeida Salles explica em seu livro *Gesto Inacabado: processo de criação artística* que:

O artista não cumpre sozinho o ato da criação. O próprio processo carrega esse futuro diálogo entre o artista e o receptor. “Os leitores são seres que se entregam com candura e entusiasmo à magia e à fascinação do poeta. Reações sem as quais não seria possível a criação da obra de arte. (Sabato, 1982. p. 124). Essa relação comunicativa é intrínseca ao ato comunicativo. Está inserido em todo

processo criativo o desejo de ser lido, escutado, visto ou assistido. Essa relação é descrita de diferentes maneiras: complementação, cumplicidade, jogo, alvo de intenções, associação, soberania do receptor e possível mercado. (Cecília Almeida Salles, 1998, p. 47).

Esse jogo de intencionalidades que aponta Cecília Almeida Salles que tende a acontecer nos processos artísticos e relacionais entre público e autor ficam explícitos em ações como essa, já que as narrativas das mulheres entrevistadas foram permitidas por elas, e visa servir como exemplo de superação para outras mulheres. Mas a forma que o público recebe as informações entregues está fora do controle do autor/criador e cai no campo das incertezas, mas, isso não impede que essas mulheres sigam o propósito de empoderamento de si e de outras.

Os depoimentos captados pela equipe da TV Unesc demonstram a fragilidade que a mulher vítima de violência tem após a denúncia e como observamos no depoimento da entrevistada 1 (página 57), que afirmou ter considerado suicidar-se por não saber como recomeçar sua vida; também vê-se nos depoimentos possibilidade de recomeço, de recuperação da autoestima fomentadas com as ações do grupo Adinkras e dessa forma, essas mulheres acreditaram na sua capacidade para encorajar outras mulheres a partir da narrativa de suas vivências.

Os processos de criação em arte possibilitaram revisitar sua história com diversas linguagens artísticas, nesse dia, especificamente com a linguagem do audiovisual e teatro, e durante os encontros do grupo as materialidades nos processos criativos serviam como dispositivos para reflexões e as mulheres conseguiam olhar para sua história e suas experiências com mais perceptibilidade.

Vejamos o que Fayga Ostrower escreve:

Todo processo de elaboração e desenvolvimento abrange um processo dinâmico de transformação, em que a matéria, que orienta a ação criativa, é transformada pela mesma ação.

Transformando-se, a matéria não é destituída de seu caráter. Pelo contrário, ela é mais diferenciada e, ao mesmo tempo, é definida como um modo de ser. Transformando-se e adquirindo forma nova, a matéria adquire unicidade e é reafirmada em sua essência, ela se torna matéria configurada, *matéria-e-forma*, e nessa síntese entre o geral e o único é impregnada de significações.

Daí se nos apresenta outro aspecto que tanto nos fascina no mistério da criação: ao fazer, isto é, ao seguir certos rumos a fim de configurar

uma matéria, o próprio homem com isso se configura. (Fayga Ostrower, 1977, p.50).

Fayga Ostrower (1977) aborda o processo de elaboração e desenvolvimento como um processo dinâmico de transformação, onde a matéria é transformada pela ação criativa. Nessa citação ela sugere que, ao ser transformada, a matéria não perde sua essência, mas se torna mais diferenciada, é ressignificada e adquire uma nova forma.

Argumenta que, ao adquirir uma nova forma, essa matéria se torna única e reafirma sua essência, se configurando como uma combinação de matéria e forma, carregando consigo significados e conceitos. Essa dialética entre o geral e o único é uma parte fascinante do processo estético e destaca que, ao criar e seguir certos caminhos para configurar a matéria, o próprio criador se configura.

Isso significa que o ato de criar não apenas transforma a matéria, mas também transforma o próprio criador, influenciando sua perspectiva, habilidades e identidade. Ela enfatiza a interação entre o artista e o material, destacando a importância do processo criativo e como ele afeta tanto a obra quanto o próprio criador. Ela sugere que a criação artística é um processo complexo e mutuamente influente, onde a transformação da matéria e a transformação do criador ocorrem simultaneamente.

Figura 9: Divulgação de seminário com a participação do grupo Adinkras.



Fonte: < <https://turismo.forquilha.sc.gov.br/eventos/detalhes/codItem/65251>>.

Figura 10: programação do evento constando a participação do grupo Adinkras no painel II do seminário.

<p>Dia 24/04/2019</p> <p>8:00 - Credenciamento</p> <p>8:30 - Abertura e Cerimônia de Entrega do Prêmio Medalha Zilda Arns de Boas Práticas para a Primeira Infância</p> <p>10:00 h - Mesa I - Tema: Participação Cidadã para o Fortalecimento da Política de Proteção a Primeira Infância</p> <p>Painel I - Sonia Bridi - Jornalista - <i>Rede Globo de Televisão</i></p> <p>Facilitador - Carlos Nicodemos - <i>Movimento Nacional de Direitos Humanos e Projeto Legal - RJ</i></p> <p>12:00 h Intervalo para almoço</p> <p>13:30 h - Mesa II - Tema: A Proteção Integral na Primeira Infância e o Direito a Convivência Familiar e Comunitária</p> <p>Painel I - Jane Valente - <i>Rede Latinoamericana de Acolhimento Familiar e MNCFC - Campinas</i></p> <p>Painel II - Paulo Bonilha - <i>UNICAMP E PREFEITURA DE CAMPINAS</i></p> <p>Painel III - Patrick Reason - <i>Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária</i></p> <p>Facilitador: Carlos Nicodemos - <i>Movimento Nacional de Direitos Humanos e Projeto Legal RJ</i></p> <p>16:30 h - Mesa III - Tema: Projetos Sociais - Acreditando na Transformação a Partir da Infância</p> <p>Painel I - Projeto Anjos do Futsal</p> <p>Painel II - Projeto ADINKRAS - CREAS Forquilha</p> <p>Painel II - Projeto robótica - Secretaria de Educação Forquilha</p> <p>Facilitador: Lilian Arns - Presidente do CMDCA Forquilha</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px;">  <p><b>DEMAF</b> Departamento de Meio Ambiente de Forquilha</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px;">  <p><b>ForquilhaPREV</b> Fundo Municipal de Previdência</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p style="background-color: #4CAF50; color: white; padding: 2px;">Informações Municipais</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td><b>MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA</b></td> </tr> <tr> <td><b>Prefeito(a):</b> José Cláudio Gonçalves</td> </tr> <tr> <td><b>Vice Prefeito(a):</b> Valcir Antonio Matias</td> </tr> <tr> <td><b>Microrregião:</b> Região Carbonífera</td> </tr> <tr> <td><b>Aniversário:</b> 26/04</td> </tr> <tr> <td><b>Habitantes:</b> 27211 (IBGE/2019). A prévia do Censo 2022 aponta 31.692 habitantes.</td> </tr> </table> </div>	<b>MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA</b>	<b>Prefeito(a):</b> José Cláudio Gonçalves	<b>Vice Prefeito(a):</b> Valcir Antonio Matias	<b>Microrregião:</b> Região Carbonífera	<b>Aniversário:</b> 26/04	<b>Habitantes:</b> 27211 (IBGE/2019). A prévia do Censo 2022 aponta 31.692 habitantes.
<b>MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA</b>							
<b>Prefeito(a):</b> José Cláudio Gonçalves							
<b>Vice Prefeito(a):</b> Valcir Antonio Matias							
<b>Microrregião:</b> Região Carbonífera							
<b>Aniversário:</b> 26/04							
<b>Habitantes:</b> 27211 (IBGE/2019). A prévia do Censo 2022 aponta 31.692 habitantes.							

Fonte: <<https://www.forquilha.sc.gov.br/seminario-nacional-de-politicas-publicas-para-primeira-infancia/pagina-26736/>>.

Figura 11: participação no Seminário de Políticas Públicas para a Primeira Infância em Forquilha/SC. 2019



Fonte: Joseane Nazário

Já as imagens acima marcam a participação do grupo Adinkras no 6º Seminário Nacional e 1º Seminário Internacional de Políticas Públicas para a primeira infância - um tributo a Zilda Arns. A convite da organização do evento, coordenadoras e algumas mulheres atendidas compartilharam suas vivências

dentro do projeto para o público presente que era composto, principalmente, por profissionais da assistência social, educadores e profissionais da saúde.

As experiências deste projeto passam a ser reconhecidas como boas práticas nos espaços de enfrentamento a violência doméstica e ocupam espaço nesse seminário pela leitura da violência doméstica como um fenômeno não isolado, as mulheres sofrem psicologicamente, são violentadas fisicamente e de outras maneiras e com essas vítimas estão as demais pessoas de convívio familiar, as/os filhas/os presenciam cenas de agressões e outras violações de direitos que findam por impactar a sua condição de vida, e assim, como a mulher vítima da violência precisa do acompanhamento no período da pós-denúncia, os demais familiares que vivenciam essas práticas desumanizadoras também precisam de apoio.

Figura 12: releitura da obra *A virgem entre as Virgens*, 1509, de Gerard David para diálogo sobre a romantização da gravidez.



Fonte: a autora

Então, em mais uma participação pública, essas mulheres se fortalecem, crescem juntas em coragem, potência e dignidade; lembro que existe um pacto de sigilo de identidade entre as participantes do grupo, aquelas que se expõem

publicamente o fazem por sua vontade, pela sua coragem, pelo medo superado.

Na figura número 12, o tema proposto para o dia foi gravidez na adolescência e romantização da maternidade, a atividade foi realizada no projeto “Adinkras: Sesa wo Suban”, que atendeu meninas estudantes na Escola de Educação Básica Natálio Vassoler, localizada no município de Forquilha/SC, o Adinkra SESA WO SUBAN significa transforme sua vida. Este grupo aconteceu durante 6 meses, com financiamento do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) de Forquilha, em 2019. Os objetivos eram: promover diálogos sobre gravidez na adolescência, evasão escolar, identificação de relacionamentos abusivos e o ciclo da violência doméstica, cerca de 25 meninas participaram do projeto,

Na Figura 12 as meninas aparecem realizando uma releitura da obra *Virgem entre as Virgens* (Figura 13, 1509), do artista David Gerard (1460-1523), aqui aproveitamos a pintura propondo reflexões sobre maternidade e os impactos de uma gestação durante a infância ou adolescência, e também sobre a evasão escolar que corriqueiramente sucede à gravidez. A leitura de imagens da obra citada remete a maternidade como forma de “redenção das mulheres”, como um papel que socialmente atribui-se às mulheres ao longo dos anos; a professora Georgiane Garabely Heil Vasques no artigo *Sobre os modos de produzir as mães: notas sobre a normatização da maternidade* (2014) fala que

“A mãe, cujo corpo carregava o peso da sexualidade e da maternidade, foi sendo moldada historicamente. Suas atitudes, sentimentos e até seu “desejo de maternidade” foi paulatinamente sendo construído e controlado, não só pelo campo religioso, mas por diversas áreas das relações sociais” (Georgiane Garabely Heil Vasquez, 2014, p.106),

E logo, na contemporaneidade, os impactos desse controle refletem-se em normatização de corpos e maternidades compulsórias, modos de vida que podem atravessar a infância de meninas e adolescentes, as tornando mães precocemente, tolhendo dessas o momento de amadurecimento intelectual, emocional e físico que acontece ao longo de seu crescimento até a idade adulta, e que é uma das condições necessárias para a mulher exercer a maternidade de forma saudável, se assim desejar. Para muitas das meninas

que iniciam a vida sexual precocemente (10, 11, 12, 13, 14, 15 anos) a gravidez pode ser um dos motivos que as leva a abandonarem os estudos para dedicar-se à maternidade.

Figura 13: obra "A Virgem entre as virgens", de Gerard David, 1509.



Fonte: <<https://pt.wahooart.com/a55a04/w.nsf/O/BRUE-7YRE5L>>.

Com essa obra de David Gerard propõem-se diálogos sobre confluências na formação dos papéis sociais a partir do estereótipo de gêneros e da influência da Igreja para a normatização dos corpos, acreditar que gerar um filho seria a redenção ou a punição diante da culpa que muitas carregam por viverem ativamente sua sexualidade em tenra idade remete a história de Adão e Eva, onde ela é punida com dores no parto após incitar adão a comer o fruto proibido e logo, a maternidade com suas dores, solidão e sofrimento viriam como a redenção da mulher pecadora. Já para essas meninas que iniciam a vida sexual precocemente, a gravidez seria a sua punição e, coniventes a isso, nos deparamos com familiares, professores, profissionais da saúde que tendem a ver a maternidade como um fator de prioridade na vida dessas meninas; e assim, “desromantizar” a maternidade junto dessas estudantes veio como a tentativa de evitar a gravidez e a evasão escolar.

Entre os anos de 2018 e 2021, os encontros no projeto Adinkras aconteceram permeados por inúmeras experiências com arte/educação, essas figuras acima demonstram frações das metodologias de trabalho nos encontros

que contaram com acompanhamento psicológico coletivo e individual, palestras, confraternizações, dança, fotografia, bordados, desenhos e pinturas.

Abaixo descrevemos algumas atividades que foram bem significativas: a produção dos sketchbooks com os ideogramas Adinkras, a instalação artística *Beba-me* (2019).

#### 4.2 SKETCHBOOKS - “O LIVRO DA VIDA”: REESCREVENDO HISTÓRIAS

Quando começamos a projetar o grupo Adinkras de apoio às mulheres vítimas de violência em Forquilha/SC, pensamos em quais metodologias de trabalho poderíamos usar para acessar as experiências das/com as mulheres que chegariam ao grupo. Considerando que essas viriam em estado de dor, com memórias de sofrimento, e assim, desejamos que a passagem delas pelo grupo as empoderassem e contribuísse para a redução de seu sofrimento, e mais ainda, que o ato de revisitar sua história transcorresse de maneira suave.

Joseane Nazário já conhecia meu trabalho de pesquisa em educação com os sketchbooks no ensino formal e também em oficinas que realizei no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em 2017 e logo veio a ideia de aplicá-los com as mulheres, e assim, nomeamos esse fazer artístico dentro do grupo como “o livro da vida”.

Mas o que são sketchbooks? respondendo de forma simplória, são pequenos livros, geralmente individuais, que podem ser feitos artesanalmente ou comprados prontos e customizados conforme o uso. Podem ser constituídos com diferentes materiais: papéis, tecidos, couro, materiais orgânicos e com variadas técnicas artísticas; Luciano Mendes Souza escreveu na tese *Do objeto a camada intersubjetiva: o sketchbook como estrato do pensar gráfico* (2015) que [...] esse caderno atual, objeto usado de forma singular, chamado por muitos de sketchbook é definido de numerosas formas com os mais diversos usos, Não existe uma definição formal única ou mesmo que contemple todos os aspectos técnicos e criativos sobre o tema. (SOUZA, 2015, p.19) é essa fluidez descrita acima e presente nesses livretos que os tornaram objetos de destaque no grupo Adinkras de Forquilha.

Com a proposta de resguardar as memórias das mulheres, suas impressões sobre a vida, sobre o “meio” que frequentaram, o processo de recomeço da sua história e seus sonhos, os sketchbooks foram desenvolvidos com técnica de encadernação artesanal, no qual a capa e páginas foram feitas com papel e costuradas manualmente. Foram elaborados com técnicas de desenho, pintura e colagem de lã, os livros são individuais com a peculiaridade de cada mulher, as marcas das pinceladas, a delicadeza e precisão ao colar, os fios utilizados, a escolha do ideograma que representa sua história e a narrativa que cada uma registrou nesses livros.

Para iniciar o processo apresentamos os Adinkras para o grupo e após a exposição desses ideogramas com diálogo que inclui: origem dos ideogramas, função desses, como chegaram no Brasil, as mulheres são convidadas para escolherem os Adinkras que as representassem a partir do seu significado.

O estudo da história dos Adinkras serviu, também, como um dispositivo para movimentar o debate sobre a condição da mulher negra na sociedade e racismo. Parte-se do questionamento sobre tráfico das obras de arte produzidas no continente africano e sobre a vinda para o Brasil durante o período da colonização e exploração do país, avançando na questão da escravização das pessoas negras e dos impactos do racismo na vida da mulher negra na contemporaneidade. A filósofa e doutora em educação Sueli Carneiro escreveu no livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011):

[...] que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. que se manifestam em sequelas emocionais com danos á saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos, e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração.

No mercado de trabalho o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão de obra feminina negra. Segundo dados divulgados pelo Ministério do trabalho e pelo Ministério da justiça na publicação *Brasil, gênero e raça*, “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%. Destas 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes. (Sueli Carneiro, 2011, P. 128)

Acompanhando os dados apresentados por Sueli Carneiro, cabe ressaltar, que as mulheres negras são a maioria das vítimas de violência no Brasil. O Anuário de Segurança Pública de 2023 demonstra incontestável

discrepância entre o número de feminicídios das mulheres brancas e das mulheres negras: 61,1% das vítimas desse tipo de crime no ano de 2022 foram mulheres negras e 38,4 eram mulheres brancas (ABSP, 2023), e assim, pensar sobre a violência dentro do projeto Adinkras é também pensar sobre racismo e suas diferentes representações, os impactos na vida dessas mulheres e de seus familiares. Por isso a escolha das coordenadoras por trabalhar com os adinkras não é casualidade, é propositalmente definida para promoção desse diálogo e para que ao passarem pelo grupo, as mulheres negras pudessem sentir-se acolhidas e representadas, e respeitadas. Visto essa disparidade nos casos de violência sobre a mulher negra em relação às mulheres brancas e outras tantas experiências causadas pelo racismo, seria negligente não abordarmos o assunto no cotidiano do projeto.

Sueli Carneiro fala sobre racismo nas relações de acesso ao mercado de trabalho, em que para a maioria das mulheres negras os serviços atribuídos são de ordem manual, como cozinheiras, lavadeiras, serventes. O racismo presente no cotidiano das mulheres negras as guias para as situações de maior vulnerabilidade social, algumas das mulheres negras que frequentaram o grupo deparam-se com situações de empobrecimento pela dificuldade de acessar trabalho e escola. A autora relaciona ainda a baixa remuneração dessas mulheres com adoecimento emocional e baixo autoestima, e para muitas dessas participantes no projeto a ideologia racista não era cogitada ao enfrentarem esses problemas, e isso, diminuía cada vez mais sua potência, e ao compreenderem que a prática racista impacta sua vida, podem aliviar um peso que carregam culpando a si mesmas pelas violências, desemprego e empobrecimento.

E assim, a representação do Adinkra africano escolhido pelas mulheres merece atenção, posto que, cada ideograma tem um nome, significado, e uma bagagem cultural/ancestral. As mulheres os escolheram pela comunhão entre seu estado emocional e o ideograma, podendo haver mais de um para a capa, em seguida desenharam e escolheram as cores das linhas para elaborar a colagem.

As linhas utilizadas foram doadas por uma empresa familiar para tecelagem de roupas de lã, localizada no próprio bairro - Kamilli Malhas, trata-se de restos que vinham em abundância, acomodadas em saco plástico,

essas linhas estavam totalmente enroladas e as mulheres precisavam escolher a cor desejada e desenrolar para formar novos novelos, para então, colocar sobre o desenho. Nessa etapa formamos um círculo com as mulheres e as linhas ao centro, passamos o encontro desenrolando e enrolando fios, desenrolando e enrolando histórias, contando e ouvindo os relatos de vida das participantes, acolhendo seus depoimentos e encontrando apoio umas nas outras para as suas tristezas e para as suas vitórias.

Com as linhas prontas, as mulheres passaram a contornar e preencher o desenho da capa minuciosamente, ocupando os espaços necessários e ressignificando o material que seria descartado pela tecelagem, dando forma a sua capa de livro. O ato simbólico de desenrolar fios que estavam fardados ao descarte em objeto para criação em arte, pode-lhes contribuir para refletir sua própria vida e as possibilidades de ressignificar sua história com outra percepção sobre si mesma e sobre a sociedade que lhes circunda. A autora Cecília Almeida Salles escreve no livro *Gesto inacabado* (1998) que:

O percurso criativo observado sob o ponto de vista de sua continuidade coloca os gestos criadores em uma cadeia de relações, formando uma rede de operações estreitamente ligadas. O ato criador aparece, desse modo, como um processo inferencial, na medida que toda ação, que dá forma ao sistema ou aos “mundos” novos, está relacionada a outras ações e têm igual relevância, ao se pensar a rede como um todo. todo movimento está atado a outros e cada um ganha significados quando nexos são estabelecidos. (Cecilia Almeida Salles, 1998, P.88).

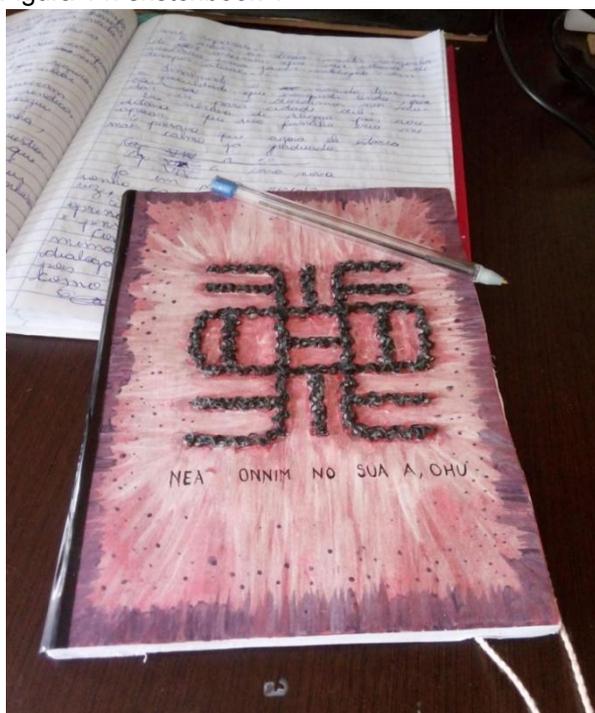
A autora fala em processo inferencial no ato criador e nessa proposta de trabalhar misturando Adinkras, fios e narrativas pessoais, os elementos e circunstâncias que cada mulher traz para esse fazer torna-se poético. acontece de maneira coletiva ao compartilharem sua história, ao mesmo tempo, individuais, já que, cada uma movimenta o seu livro, a sua percepção da vivência e de si, cada etapa na construção dos sketchbooks torna-se uma evocação ao ser sensível que tem empatia para com as demais participantes do grupo e resiliência. É um chamado para olhar para si com autocuidado e respeito. Assim que finalizam as colagens com fios de lã, pintam o restante da capa, e usam diferentes pincéis, esponjas, realizam misturas de cores para obterem as cores desejada e o processo segue com o estudo das relações

cromáticas, o círculo cromático de Bauhaus, círculo das cores complementares e análogas para finalizarem as capas; logo avançam para a encadernação artesanal e as páginas que realizadas com folha A4 dobradas e costuradas manualmente.

Com os sketchbooks prontos, as mulheres passam a escrever, e a psicóloga faz a provocação às mulheres, para que o processo aconteça em quatro etapas: relatos da sua história; os momentos da denúncia da violência doméstica que sofriam e tentativa de romper o ciclo da violência; entrada no grupo de apoio e as reflexões movimentadas na sua vida durante esse tempo e por fim pede-se que descrevam seus sonhos e como irão alcançá-los.

A escrita foi individual, algumas mulheres a realizaram durante os encontros, outras escreveram, na sua casa, não houve delimitação de número de páginas, apenas que usassem os ideogramas Adinkras com a escrita, se assim desejassem, estes apareceram no início e fim de capítulos, no meio ao texto, quando achavam que o Adinkra dialogava com sua escrita.

Figura 14: sketchbook 1



FONTE: a autor

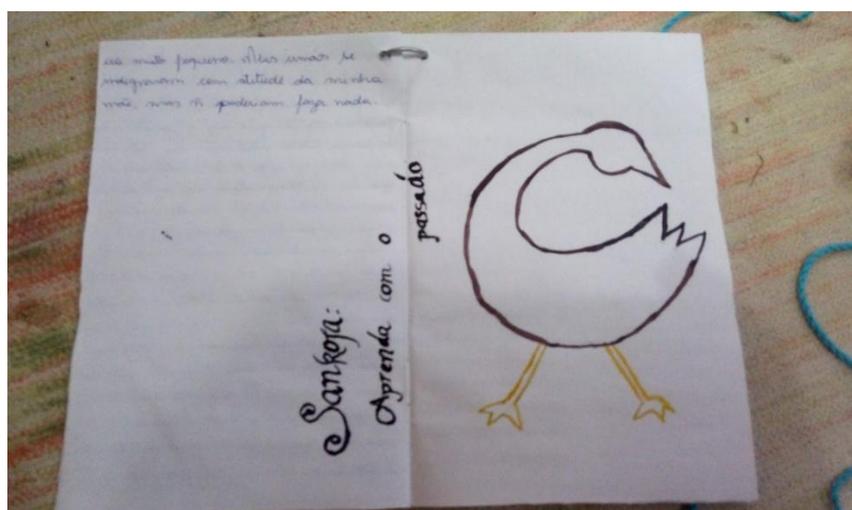
Ao fim desse processo surge o convite para organizarmos uma exposição pública que apresentasse para a população do município o projeto e surge a instalação artística *beba-me* (2018) que será logo descrita.

Na figura 14 o sketchbook tem em sua capa o adinkra NEA ONNIM SUA A, OHU, símbolo do aprendizado contínuo: “quem não sabe pode aprender”. Observamos as diferentes nuances das cores feitas a partir da mistura das cores primárias, mais o preto e o branco, e também uma variação de técnicas de pintura, com pinceladas marcantes, respingos de tintas e ao centro o Adinkra escolhido realizado com os fios da tecelagem.

Figura 15 e 16: Sketchbook

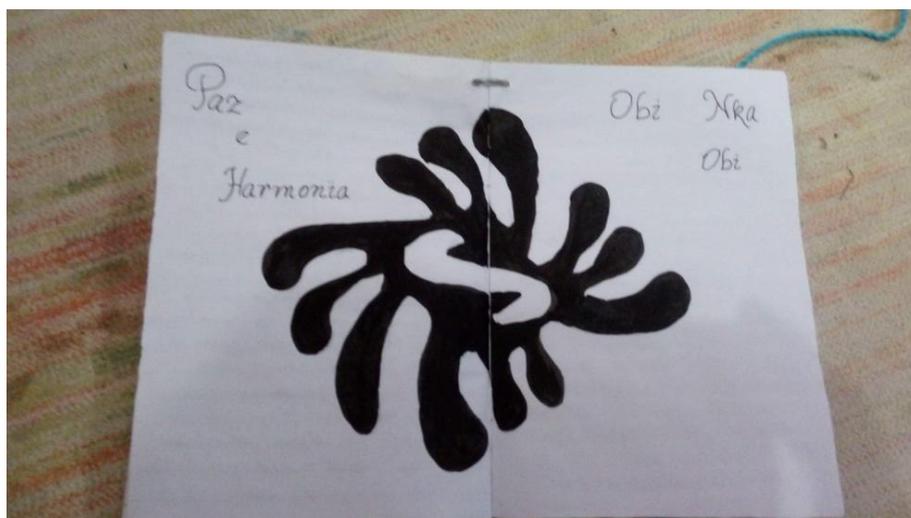


Figura 16: sketchbook



Fonte : a autora

Fonte: acervo da autora



Fonte: acervo da autora

A mulher que confeccionou este sketchbook usou três Adinkras em sua capa: EBAN, em formato de losango, simboliza amor e esperança, o coração com detalhe no centro é ONYANKOPON ADOM, simboliza a esperança, providência e fé e o terceiro coração AKOMA, simboliza paciência, tolerância e boa vontade. As técnicas usadas são colagens de fios, desenho e pintura.

Nas figuras 16 e 17 vê-se algumas páginas com desenhos de adinkras, na figura 16 o ideograma SANKOFA, que significa aprender com o passado, é o Adinkra escolhido pelas mulheres participantes para nomear o projeto, já a figura 17 mostra o adinkra OBI NKA OBI, de significado “não morda um ao outro” ou não ofendam um ao outro. Os dois desenhos estão no mesmo sketchbook sendo feitos com lápis de escrever e depois pintados com tinta guache, estão na introdução de capítulos.

Nas figuras 18, 19 e 20 os sketchbooks estão finalizados e compoem na instalação artística “Beba-me”, para essa exposição das histórias, as próprias autoras optaram por tornar públicos seus relatos, omitiram seus nomes e os nomes das pessoas envolvidas. Os livros ocupam lugar de destaque na instalação, ficam dentro da “casa” e revelam histórias do convívio privado, histórias de violações de direitos, mas também histórias de superação. Essas imagens foram feitas durante a IX Semana da Ciência e Tecnologia da Unesc, a convite da Secretária da Diversidade da universidade, a instalação “Beba-me” ocupou esse espaço de diálogo durante uma semana.

Figura 18: Sketchbooks instalados e expostos, 2018, X Semana da Ciência e Tecnologia da Unesc.



Fonte: Joseane Nazário

Figura 19: Visitantes lendo os sketchbooks, 2018, Semana da Ciência e Tecnologia da Unesc



Fonte: Joseane Nazário

Figura 20: sketchbooks na instalação artística “Beba-me”, 2018, Semana da ciência e Tecnologia da Unesc.



Fonte: Joseane Nazário

#### 4.3 ADINKRAS AFRICANOS: O QUE SÃO E COMO FORAM USADOS DURANTE O PROJETO

No ano de 2015, realizando atividades junto ao Grupo de Estudo Étnico Racial Toque de Melanina em Florianópolis, tive meu primeiro contato com os adinkras e desde então os estudos. Durante a graduação em artes visuais (2015 a 2018), percebi a ausência de referenciais da arte do continente africano no currículo escolar do ensino superior, logo tive em vista trazer os adinkras para minha rotina de estudante e após graduar-me incluo estes símbolos na rotina de educadora, e desta forma, os adinkras chegam a este projeto de apoio às mulheres vítimas de violência em Forquilha/SC e logo se tornam fundamentais na proposta de trabalho.

Os ideogramas Adinkras vieram do continente africano, do povo Akan, trata-se de um conjunto de símbolos e “cada ideograma, ou adinkra, tem um significado complexo, representado por ditame ou fábulas que expressam conceitos filosóficos” (Elisa Larkin Nascimento, 2008, P.31). Este sistema de escrita fora constituído como uma forma de organização social, reproduzia tradições, anedotas, advertências; alguns registros falam de sua existência desde o século VIII d. C, outros apresentam registros do povo Akan desde o século XVIII a.C (Castro; Menezes,2007, p. 38).

Figura 21: alguns ideogramas com seus significados.

	Proteção e presença divina		Inteligência, engenhosidade		Grandeza, carisma e liderança		Fé em deus
	Majestade e supremacia divina		Beleza, higiene, qualidades femininas		Vigilância, atenção		A supremacia de deus
	Aprender com o passado		Humildade, força		Coragem, valor		Conhecimento, sabedoria, prudência
	Aprender com o passado		Amor, segurança		Piedade, educação		Comprometimento, perseverança
	Prontidão, firmeza		Lei, justiça, escravidão		Paciência, tolerância		Fortaleza, prontidão
	Mortalidade		Amizade, interdependência		Entendimento, acordo		Mudanças, a dinâmica da vida
	Sabedoria, engenhosidade, inteligência, paciência		Independência, liberdade, emancipação		Adaptabilidade		Boa sorte, santidade
	Poder do amor		Segurança		Sabedoria, criatividade		Pacificação, reconciliação
	Bravura, força		Inveja, ciúmes		Divindade da mãe Terra		Ofício sacerdotal, lealdade, destreza
	Excelência, autenticidade		Democracia, união da diversidade		Resistência, desenvoltura		Conhecimento, educação vitalícia
	Esperança, providência, fé		Valentia, coragem		Afluência, abundância, união		Serviço, liderança
					Paz, harmonia		União, relações humanas
					Cooperação, interdependência		Precisão, habilidade

Fonte: <

<https://www.matematicaefacil.com.br/2021/02/a-matematica-no-continente-africano.html>>

Originalmente eram impressos nos panos que serviam para confeccionar a roupagem da realeza e rituais fúnebres, foram esculpidos no GWA (o trono do rei), em contrapesos para pesar ouro e alimentos e no bastão do linguista, que era o sujeito que ligava a população com a realeza (NASCIMENTO, 2008). Aponta-se que existem mais de 80 adinkras e sua representação gráfica é formada basicamente por linhas e formas geométricas

que se cruzam, tornando-se uma linguagem visual riquíssima, carregada de simbolismos e significados para seu povo.

É justamente essa ancestralidade que remonta a existência da história desse povo africano, numa solidez que fez perpetuar sua história por mais de séculos, sobrevivendo aos saques e explorações no continente africano, que tornou este conjunto de símbolos conhecidos pelo mundo afora e hoje são utilizados nos mais variados países, locais e suportes.

Figura 22: panos com impressão de adinkra



Fonte:

<http://www.afreaka.com.br/notas/adinkra-um-dicionario-de-valores-na-arte-dos-carimbos/> >

Figura 23: Pessoa carimbando os panos



Fonte:

<http://www.afreaka.com.br/notas/adinkra-um-dicionario-de-valores-na-arte-dos-carimbos/> >

Conforme Débora da Rosa Otunola et al. (2017) Os símbolos Adinkras são um tipo de escritas pictográficas desenvolvidas pelo grupo Akan (do Oeste da África). Para esse autor, esses símbolos [...] servem para a transmissão de valores tradicionais acumulados pelos Akan, valores estes que são

compartilhados por muitos grupos de origem africana”. (Rosa–Otulona, Débora et al. Povo de Terreiro e Saúde: Relato de uma Construção Teórico/Prática. Equidade Étnico-Racial, p. 36, 2017.p.40). Vemos que, no dizer dessa autora, esses símbolos têm um propósito importante na transmissão de valores tradicionais acumulados pelos Akan e que também são compartilhados por outros grupos de origem africana.

Essa perspectiva ressalta a relevância dos Adinkras como um meio de comunicação cultural que ultrapassa as palavras escritas convencionais. Os símbolos Adinkras, por meio de sua linguagem visual, representam e codificam uma variedade de conceitos e valores fundamentais para a cultura Akan e para outros grupos afrodescendentes.

Ao transmitir esses valores, os símbolos Adinkras desempenham um papel crucial na preservação e transmissão das tradições e identidades culturais. Eles podem ser utilizados como um meio de conexão entre as gerações, permitindo a continuidade e a preservação dos conhecimentos ancestrais.

Além disso, ela menciona que esses valores tradicionais compartilhados pelos Akan também são encontrados em muitos outros grupos de origem africana. Isso destaca a importância desses símbolos como um elemento cultural que transcende fronteiras geográficas, sendo reconhecido e valorizado em diferentes comunidades africanas e diaspóricas.

Conhecer e estudar esta fração da arte e cultura dos Akan, pode nos remeter a constituição das relações humanas e suas fragilidades, a violência empregada contra povos de origem africana foi ratificada em diversos países do mundo, e o tráfico de obras de arte e de pessoas era aceito. No projeto Adinkras a ampliação de conhecimento acerca das culturas e linguagens visuais diferentes daquelas com que são habituados intenta provocar nas participantes o reconhecimento de produções artísticas/culturais de origem africana anteriormente aos registros das produções europeias, para valorizar e respeitar as produções vinda de África, mas também para compreender o peso do racismo sobre os povos negros no Brasil, especialmente sobre as mulheres negras. Essa é apenas uma ação que busca o fim do racismo; pois como sugere o próprio adinkra que nomeia o grupo: SANKOFA, que significa: aprenda com o passado, busca-se estudar a arte produzida no continente

africano para valorizar devidamente os povos originários, reconhecer a importância daqueles que vieram antes de nós.

Conhecer a história da arte é também conhecer a história da humanidade, da formação social, com seus contratos sociais e perceber qual é o lugar destinado para mulheres negras, e para essas mulheres participantes no projeto Adinkras que vejam sua história, sua ancestralidade sendo estudada com o respeito que merecem, e poder elevar sua autoestima e buscarem melhores caminhos para sua vida, acreditando na beleza da história de seu povo, acreditando que o racismo pode e deve ter fim. Elisa Larkin Nascimento escreve no livro *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira* que:

O resgate da riquíssima história dos povos africanos, repleta de inovações sociais, políticas, intelectuais e científico-tecnológicas, ajuda a reconstruir a imagem de sua participação digna e ativa em todas as dimensões da experiência humana, esboçando a possibilidade de uma cidadania plena para seus descendentes nas Américas." (Elisa Larkin Nascimento, 2008, P. 27).

As contribuições dos povos africanos na construção da sociedade brasileira não devem jamais ser apagadas. A sua história, seus costumes, sua ciência, sua medicina, sua língua, seus alimentos, sua arte, ajudaram a construir nossa sociedade como ela é; e, portanto, seus descendentes devem ser respeitados, sua cultura valorizada e o racismo combatido em todos os lugares em que exista e é fundamental para poder avançar no diálogo sobre as violações dos direitos das mulheres.

Elisa L. Nascimento expõem o estudo da história dos povos africanos, como uma das formas potentes para exercício de cidadania para os descendentes das pessoas africanas trazidas para o Brasil no período de escravização das mesmas, e rememorar sua trajetória de riqueza cultural, econômica e intelectual pode auxiliar no processo de empoderamento das mulheres vítimas da violência no Brasil.

#### 4.4 INSTALAÇÃO ARTÍSTICA “BEBA-ME”.

O primeiro grupo de mulheres no projeto iniciou em março de 2018, encaminhadas pelo Fórum de justiça do município e pela equipe da assistência social que atuava no CRAS e CREAS. Cerca de 57 mulheres

foram convidadas, mas apenas 7 permaneceram, nesse primeiro ano o projeto recebeu grande apoio da Secretária de Assistência Social de Forquilha, no período Darcy Gomes Ferreira era o secretário da Assistência Social; o apoio acontecia através da disponibilização do local para realização dos encontros semanais, alimentação para as mulheres, fornecimento dos materiais, transporte para as mulheres e o pagamento das horas de trabalho da psicóloga Joseane Nazário, cocriadora do projeto, que na época também era a coordenadora do CREAS, já eu trabalhei como voluntária nos anos do projeto.

No mês de julho de 2018, Darcy Gomes Ferreira fez um pedido especial para as mulheres do grupo: realizar uma exposição aberta ao público e a proposta foi de imediato aceita pelas participantes.

Figura 24: convite para abertura da exposição



Fonte: a autora

E logo, a exposição começa a ser idealizada e a instalação artística passa a ser projetada. Todo processo foi construído com as mulheres e ao aceitarem a proposta para organização de exposição, a escrita nos sketchbooks sofre alteração: elas não escrevem seu nome e tampouco das pessoas envolvidas no ciclo da violência que vivenciaram, para evitar problemas com a exposição pública do nome dos/as envolvidos/as.

O grupo resolve representar o ciclo da violência descrito ponto-a-ponto: tensão, explosão e lua-de-mel. Nesse trecho da escrita descrevo cada ponto

da instalação, início demonstrando a divulgação/convite para a abertura da exposição e avanço para o ponto 1 na instalação, representado na figura 24.

Figura 25: Cama da instalação artística *Beba-me*, Projeto Adinkras, 2018



Fonte: a autora,

Ponto 1: a imagem 25 foi feita durante a exposição na Semana da Ciência e Tecnologia da UNESCO, a convite da Secretária da Diversidade gerenciada por Janaína Damásio Vítório, Rita Guimarães Dagostim e Priscila Schacht Cardozo. A cama marca o ponto inicial da instalação, representa o espaço do convívio mais privado de um casal, sobre a cama ficam diversas frases como: “sua burra!”, “você não sabe fazer nada sem mim!”, “você não serve para nada”, “ninguém vai te querer”, “se você denunciar te mato”, “eu te odeio”, “você não sabe cuidar da casa”, “se você ir embora não conseguirá emprego!”, “ninguém vai te ajudar”, e outras ameaças que demarcam o ponto inicial do ciclo da violência, chamado pelos especialistas da psicologia de *tensão*, nesse período a vítima convive especialmente com a violência psicológica: repetição de padrões de inferiorização da mulher com xingamentos, ameaças, repetições de expressões que diminuem sua autoestima, afastamento da escola, do mercado de trabalho, do convívio

familiar e de amigos, nem sempre isso acontece por imposição, muitas vezes é um processo sutil,

Recorremos mais uma vez as descrições da psiquiatra e psicanalista Marie France Hirigoyen no livro *A violência no casal*:

Muitas vezes as vítimas dizem que o medo começa com um olhar de desprezo, uma palavra humilhante, um tom ameaçador. trata-se de, sem desferir qualquer golpe, causar um mal estar no parceiro ou parceira, de criar uma tensão, de amedrontá-lo, a fim de mostrar o próprio poder. Há, evidentemente, um certo gozo em dominar o outro com um simples olhar ou uma mudança no tom de voz. A dificuldade de perceber as violências psicológicas vem do fato de seu limite ser impreciso. É uma noção subjetiva: o mesmo ato que pode ter significações diferentes segundo o contexto em que se insere, e um mesmo comportamento será visto como abusivo por uns e não por outros. (Marie France Hirigoyen, 2006, p. 28).

É possível perceber com a escrita de Marie France que em determinados momentos a mulher vítima dessa forma de violência não nota que seus direitos estão sendo violados, não consegue distinguir que as expressões e gestos ameaçadores praticados pelo/a seu/sua companheiro/a é uma forma de violência, já que podem acontecer disfarçados de “brincadeiras”, especialmente em locais públicos, são violências difíceis de serem identificadas pela própria vítima que traz na sua percepção das relações humanas a história da sua própria constituição emocional, portanto, para algumas mulheres, um pedido para trocar de roupa vindo de seu companheiro pode parecer natural, ou até uma demonstração de amor, e cabe considerar aqui, que esses valores morais foram se constituindo ao longo dos anos e moldando-se aos padrões delimitados pelo patriarcado.

Pedir para a mulher trocar de roupa, deixar de andar ou falar com determinadas pessoas, deixar de frequentar determinados lugares com a justificativa de “proteção”, “amor”, “recato”, nada mais é do que o exercício do poder sobre os corpos alheios. E nas relações machistas a mulher é que tem tendência a ser dominada e objetificada. Nesse trecho do livro, Marie France ainda aponta a satisfação que o violentador sente ao exercer esse domínio sobre a mulher e a dificuldade que a vítima tem para perceber-se como vivente da violência psicológica, e assim, essas práticas tornam-se rotina de casal, que tendem a naturalizar esses comportamentos.

Quando incluímos na instalação *Beba-me* essa cama para representar o período da tensão dentro do ciclo da violência, as mulheres do grupo escreveram as palavras que já escutaram durante sua trajetória, ansiando que as pessoas ao observarem essa cama instalada como uma representação da violência psicológica contra as mulheres consigam identificar suas experiências e percebem que estão vivenciando o ciclo da violência.

Já na figura 26, o ponto 2 da instalação, onde fica a Casinha, representa o período da “explosão”, segundo a definição da psicologia, aqui o casal vivencia as agressões físicas que podem ser: empurrões, chutes, socos, queimaduras, mordidas, beliscões, tentativas de estrangulamento, torções no braço, puxões de cabelo, tapas, pontapés, sequestro e estupros. Marie France diz que [...] o que lhes importa é marcar o corpo, arrombar o envoltório corporal da mulher, fazer cair, assim, a última barreira da resistência, para possuí-la inteiramente. É a marca do jugo, é o sinal que permite ler no corpo controlado a aceitação da submissão. (Marie France Hirigoyen, 2006, p. 46) e é nesse momento que algumas mulheres denunciam os agressores, quando veem sua vida ou de seus filhos ameaçada.

Figura 26: representação de casa que simboliza o período da “tensão” no ciclo da violência na Semana da Ciência e Tecnologia da Unesc, 2018.



Fonte: a autora

E para demonstrar a violência no período da explosão a instalação representa um pedaço de casa, por fora é toda enfeitada com flores, pássaros, corações; harmoniosamente, quase uma expressão do ideal familiar; mas, ao olhar o lado interno da casa é visível as muitas facetas da violência contra as mulheres.

Nas paredes estão pendurados nove retratos, que mostram diferentes tipos de violências: psicológica, sexual, puxão de cabelo em mulher grávida, fratura no pulso, hematomas escondidos pelas roupas, a imposição de padrões estéticos, a traição, o feminicídio e outra fotografia apontando os bloqueios que as violências causam nas mulheres.

As imagens remontam violências que algumas mulheres do projeto Adinkras vivenciaram e escolheram para ser recriadas em estúdio. Durante dois dias o CREAS de Forquilha transformou-se em um estúdio de fotografia. A designer e fotógrafa Mariana Peruchi dirigiu, fotografou e editou as imagens, acompanhada por Guto Schambeck. Para representarem os personagens foram convidados profissionais do teatro, estudantes de arte, modelos fotográficos e outros pesquisadores das artes: Aline Janaina dos Santos, Ana Paula Tiede, Bruna Bordignon, Débora Cechinel Albino, Edilson José da Silva, Pablo Rocha Vieira e Rosilei de Oliveira, também participaram algumas mulheres do grupo, que quiseram representar a sua história e as coordenadoras do grupo.

A casinha que externamente demonstra harmonia e paz em seu interior mostra-se acinzentada, com aspecto mal-acabado, abriga essas fotografias na parede que narram as histórias violentas e veladas de muitas famílias, abriga os sketchbooks das mulheres pendurados por correntes em meio de arames farpados, garrafas que simulam sangue e estalactites com simulação de sangue, pelo chão da casinha há mais simulação de sangue, monta-se um cenário de violações de direitos junto das narrativas descritas pelas mulheres dentro dos livros.

Figura 27: ponto 3 da instalação, *jaula*.

Fonte: autora

Ponto 3: a figura 27 foi feita na primeira da exposição da instalação, dentro da prefeitura municipal de Forquilha, local escolhido pelas mulheres do projeto por compreenderem que dentro dos espaços públicos de poder a maioria dos cargos é ocupado pelos homens. A imagem expõem uma mulher aprisionada dentro da jaula, e ao redor, fixado nas grades, vemos papéis com frases: “parece que gosta de apanhar!”, “por que ela não se separa”, “olha a roupa que ela está usando”, “ela provoca ele, é muito braba”, “ela não cuida direito dele”, “ela nem sabe cozinhar”, “ela fica dando confiança para todos os homens”, “ela já sabe que ele é assim, por que provoca?”, “ela vive separando e voltando”, “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Estes são alguns dos dizeres que as mulheres do projeto relataram, mas que comumente se ouve em rodas de conversa, quando o assunto é briga entre casais e violência doméstica.

Na jaula, a provocação proposta é voltada para o aprisionamento da vítima dentro do ciclo da violência que pode ser agravado pela falta de empatia das pessoas com quem convive e pela sociedade em geral; as frases expostas

são rotineiramente faladas e ouvidas, e essas mulheres que sofrem com a violência doméstica acabam por vezes sofrendo ainda a violência do julgamento na sociedade que tende a responsabilizar a própria vítima pela sua condição e acabam revitimizando a mulher.

Ao ler no livro *Gênero Patriarcado violência* (2015) de Heleieth Saffioti a frase [...] a desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência. (Heleieth Saffioti, 2015. p. 75), compreendo que a ideologia machista intrínseca na formação social delimita os poderes sobre corpos e tendem a naturalizar as violências sobre as mulheres e as culpabilizar; compreendo ainda, que as pessoas não nascem praticantes da violência de gênero, violência que aflige de forma mais brutal as mulheres, mas sim, que as pessoas tomam parte nesse constructo machista, classista e racista à medida que vão se formando socialmente.

Dentro da jaula uma atriz performa, a fotografia que aparece aqui na figura 26 foi realizada na abertura da exposição e quem atuou foi a estudante de artes visuais Aline Janaina dos Santos, que neste ano (2018) era estagiária no CREAS do município e procurou se envolver nas ações do grupo. Em sua performance vemos a mulher aprisionada pelo julgamento social que sofre, fragilizada e incapaz de sair da condição de vítima, mostra a solidão e o isolamento que elas experimentam. A ideia de incluir a performance surge para demarcar a principal vítima no ciclo da violência contra as mulheres, e especialmente provocar o público a reflexão sobre seu papel dentro do ciclo da violência, onde muitas vezes coloca-se como um juiz ao apontar de maneira pejorativa a vítima.

Recorro mais uma vez ao livro *Gesto Inacabado* de Cecília Almeida Salles na tentativa de exprimir a necessidade da arte nesse projeto:

O mundo, construído ao longo do processo criador, ultrapassa a realidade: canta a realidade e tem o poder de aumentar a compreensão. A obra de arte, na tentativa de revelar o mudo que o artista percebe, conhece e aprende, coloca seu receptor mais próximo da realidade que lhe é externa. Uma obra de arte nos arrasta para seu mundo; no entanto, é uma revelação sobre a realidade que nos rodeia. Os universos ficcionais não pertencem à realidade externa à obra, no entanto, oferecem seu mais autêntico testemunho.

Pois a arte se aproxima da complexidade das “tessituras inabordáveis” dessa realidade. A verdade da arte, com realidade e linhas de força próprias, liberta-se das leis externas por meio de uma ação transformadora, sem abandonar a realidade que a alimenta. Esse processo de construção de verdades, no entanto, revela-se como um percurso de criação de um documento sensível da realidade transformadora. (Cecília Almeida Salles, 1998, p. 139)

A autora escreve verdades e revelações da realidade, essa jaula traz as revelações das mulheres que passaram pelo projeto Adinkras e traz revelações da sociedade que frequentemente se refere às vítimas da violência doméstica de forma pejorativa, julgadora e punitiva. Dentro desse projeto, a arte vem como expressão de verdade, infelizmente a expressão da dor e do sofrimento, um compartilhamento, exposição das feridas que machucam as relações entre as pessoas, veladas por muitos.

A sensibilidade característica do fazer artístico foi muito necessária na estrutura do projeto, pois acessar memória nem sempre é um caminho fácil, especialmente coletivamente como acontecia nos encontros do grupo, logo, a Arte foi um dispositivo de sensibilização, de reflexão e de comunicação para as mulheres atendidas.

Na instalação produzida pelo grupo a arte é um dispositivo de sensibilização, reflexão e comunicação para aqueles que observam essa produção, que leem os sketchbooks, que miram a performance na jaula, e imagina-se que aconteçam auto identificações, tanto com a mulher enjaulada, como com as palavras descritas nos papéis que cercam a jaula e aprisionam a performer dentro dessa.

Então, esse mundo construído (o da arte) que Cecília Almeida aponta e que em alguns momentos pode parecer exagerado ou minimalista, fora de padrões, mostra-se como tradutor da realidade, como provocador de sensações, tentando de alguma forma conectar o público com a obra e com a realidade. Visto que o número de registros de violência doméstica no Brasil é elevadíssimo, supomos (e observamos durante algumas exposições) que acontece a identificação, algumas vezes, foram verbalizadas pelas pessoas que visitaram a exposição e já viveram ou ainda estavam vivendo o ciclo da violência. Mas em nenhuma das exposições escutamos relatos do lado exposto, jamais alguém revelou ter proferido algum desses julgamentos,

suponho então que violência envergonha todos, tanto a vítima, quanto o/a agressor/a.

Figura 28: “jaula”, instalação no Centro Cultural de Forquilha, 2018.



Fonte: a autora

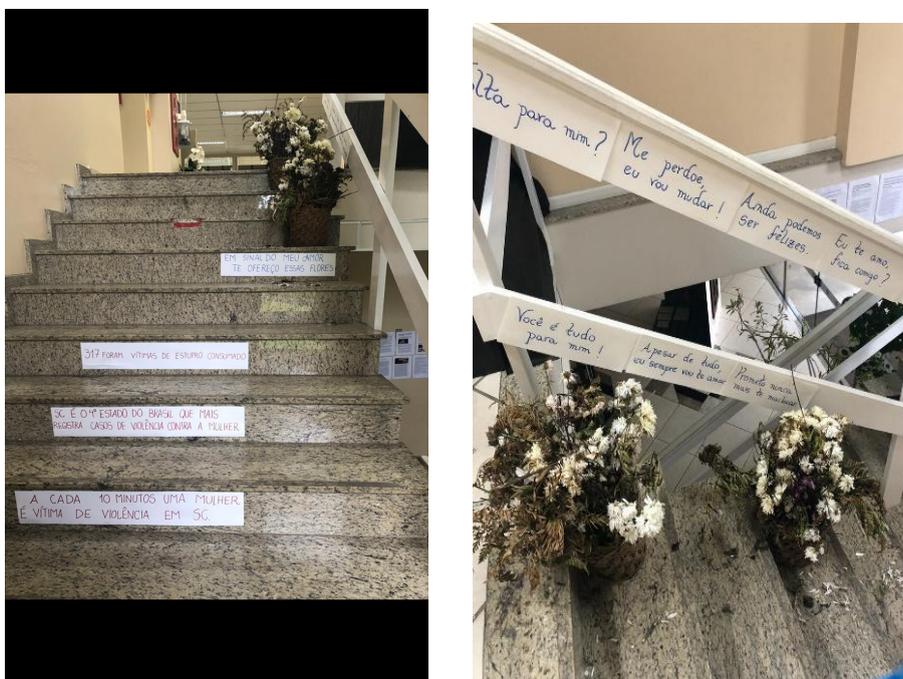
Essa imagem foi realizada durante a permanência da instalação no Centro Cultural de Forquilha, em 2018, e vemos ao fundo os estudantes de escolas do município indo visitar o centro cultural para conhecer a instalação. A Função da jaula já foi apontada anteriormente, mas aqui, quero chamar a atenção para a ausência da performer, que muitas vezes não pode acompanhar a instalação, já que, não haviam repasses de recursos financeiros para a execução, montagem e manutenção da instalação, as pessoas envolvidas trabalharam voluntariamente, em seu horário que deveria ser de descanso.

Na tentativa de suprir a presença da mulher dentro da jaula, foram impressas e coladas dentro da jaula reportagens que denunciavam violências contra as mulheres nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Já contamos com a participação de outros dois artistas de performance: Jackson Goulart e Bruna da Luz Machado, esses atuaram juntos,

numa performance que transitava pela instalação, simulando ondas de violência no casal, afetividade e aprisionamento da mulher na jaula, fazendo uma leitura do ciclo da violência com os movimentos corporais.

Agora na figura 28 demonstra-se o ponto no ciclo da violência conhecido como “Lua de mel”, onde os sujeitos envolvidos, após a “explosão” ou violência física e separação, terminam por retomar o relacionamento motivados pelo arrependimento. O/a agressor/a arrepende-se, pede desculpas, faz inúmeras promessas de mudança de comportamento, apelos emocionais referentes aos cuidados dos filhos, apela para o amor que existiu entre o casal e a vítima, por sua vez passa a olhar para o/a agressor/a acreditando na possibilidade da mudança e lembrando os bons momentos que viveram, especialmente o início da relação e geralmente tende a retornar, perdoadando o/a agressor/a. Estes vivem a paz da lua de mel por um período, por vezes durante anos, mas tendem a retomar o ciclo da violência: ameaças, agressão física e arrependimento.

Figura 29 – Representação da *lua de mel* no ciclo da violência, instalação na Prefeitura municipal de Forquilha/SC



Fonte: a autora

Ponto 4: Usamos na instalação flores murchas para representar esse momento, representar um arrependimento que é frágil e logo será esquecido, acompanham as flores frases comumente proferidas pelos agressores arrependidos: “me perdoe, eu vou mudar!”, “ainda podemos ser felizes”, “eu te amo, fica comigo!”, “ e os nossos filhos, como ficarão?”, “você é tudo para mim”, “prometo nunca mais te machucar `` e envolta por sentimentos confusos muitas das mulheres perdoam o/a agressor/a, Marie France Hirigoyen escreve:

Quando as mulheres tomam a decisão de ir embora, estão, na maior parte das vezes, em estado físico e moral deploráveis. É também o momento em que o sentimento de culpa é mais forte, pois o homem que estão abandonando é aquele que elas amaram ou por vezes ainda amam. Muitas vezes ainda acontece de se preocuparem mais com as reações dele e com seus sentimentos do que com a própria situação.

No estado de esgotamento em que se encontram, elas se sentem desencorajadas diante das providências que tem de tomar. seja qual for o meio social a que pertençam, vêm-se financeiramente sem recursos, não sabem para onde ir, desconhecem seus direitos, perguntam-se para onde se voltar e o que vão dizer aos filhos. (Marie France Hirigoyen, 2006, p. 202).

Marie France descreve muito bem a condição da mulher nesse estágio da violência entre casal, e por isso ilustrar esse ponto do ciclo da violência com as flores murchas pareceu oportuno na instalação *beba-me, pois* associa a fragilidade das flores e seu curto período de florescência com a fragilidade das mulheres vitimadas no âmbito doméstico e a fragilidade da relação constituída em meio a violência.

Assim como os “julgamentos sociais” que aparecem dentro da instalação no ponto da “jaula” que encarcera a mulher vítima da violência, o sentimento de culpa, o esgotamento moral, físico, a falta de recursos financeiros, a falta de conhecimento sobre os seus direitos, também aprisionam as mulheres dentro do ciclo da violência e elas podem ficar revivendo esse ciclo por muitos anos.

Algumas mulheres até mesmo se preocupam com o agressor após a separação e ficam a pensar como ele está? se vai ficar bem? sentem medo que o/a agressor/a atentem contra a própria vida, se irá conseguir organizar-se só, se irá conseguir alimentar-se corretamente. Por fim, desacreditam da capacidade de autogerenciamento do agressor, acreditam que o/a agressor/a precisa dela e merece mais uma chance e a mulher passa a culpar-se também

pela agressão sofrida, e logo, essa confusão na mente da mulher dificulta sua retomada de vida e a leva a retomar o relacionamento.

Figura 30: instalação na Semana de Ciência e Tecnologia da Unesc



Fonte: Acervo da autora

Aqui, na figura 30, destaco o ponto final da instalação, ilustrada com a toalha amarela e um cartaz sobre ela, as/os visitantes depois de percorrem a instalação e lerem os sketchbooks, são convidadas/os para participarem da obra expressando suas emoções e deixando sugestões para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres.

E assim encerra-se o itinerário da instalação, para algumas pessoas essa experiência acontece como um mergulho nas águas profundas e geladas da violência contra as mulheres que no momento pode ser doloroso, gerar desconforto assim como um banho em águas gélidas, e profundo, pois as violências que acontecem no âmbito familiar, especificamente, a violência contra as mulheres pode ser tão ampla e atingir tantas pessoas que comparo a um oceano profundo por parecer inalcançável o seu fim; a instalação também gera a autoidentificação como vítima de violência, como agressor/ar ou acessar memórias de violências presenciadas pelas/os filhas/os dessas mulheres vítimas ; não raramente pessoas se emocionam ao percorrerem a instalação.



diferentes espaços desde a abertura na prefeitura de Forquilha em 2018, passando pela Unesc, Centro Cultural de Forquilha e abertura de seminários e jornadas temáticas por Santa Catarina.

Na figura 31 vê-se a reportagem veiculada pelo jornal impresso Volta Grande, que circula na região sul de Santa Catarina, divulgando a abertura da exposição.

Figura 31: reportagem no jornal de circulação regional Volta Grande, setembro de 2018.

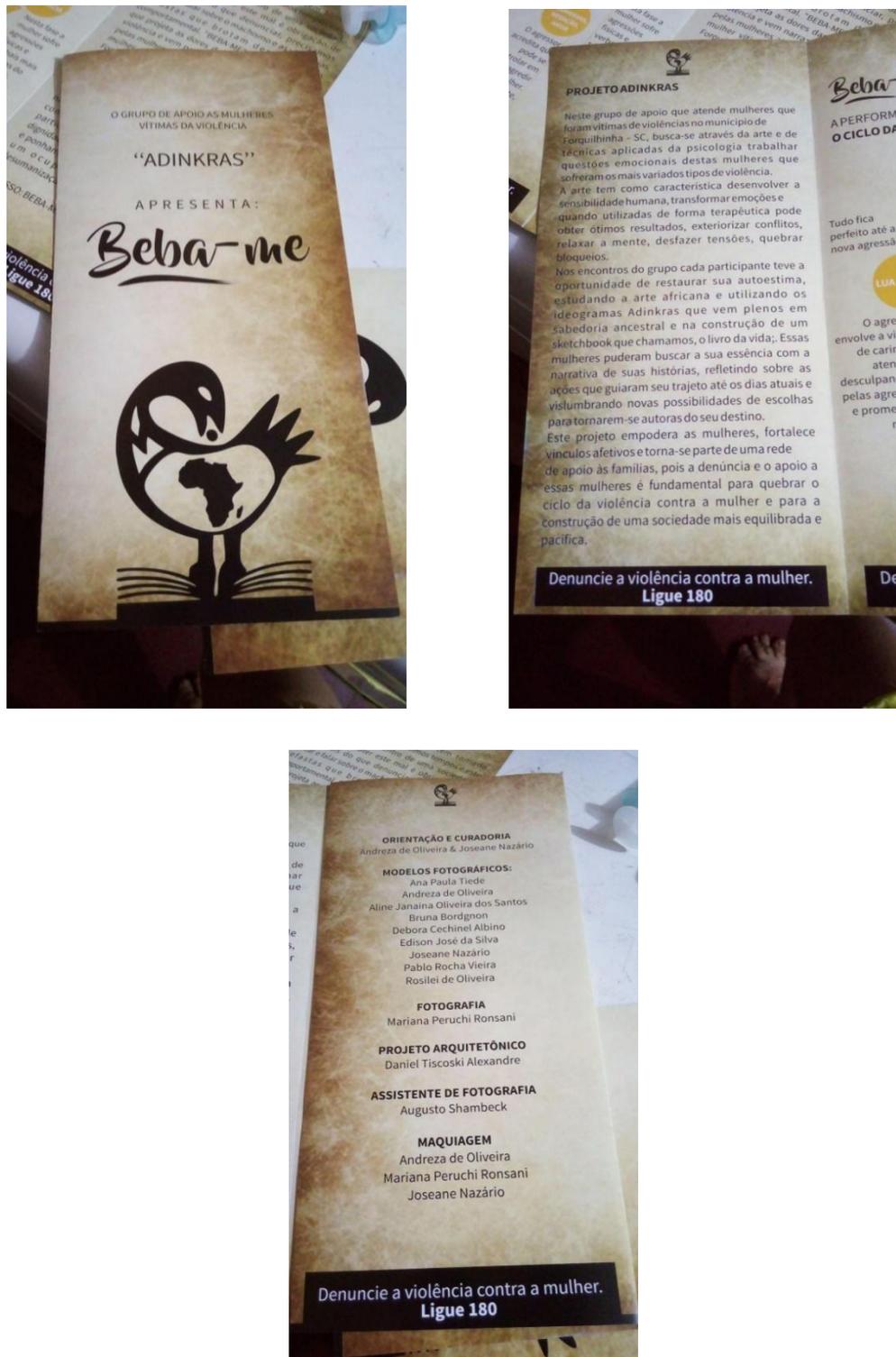


Fonte: a autora

Pensar em processos artísticos, seus fazeres, desfazeres, suas diferentes linguagens e formas de comunicar pode levar à diferentes lugares e aos não lugares, há nichos de atuação que a mente nem sempre prevê e as transformações de materiais, de propostas, técnicas, pensamentos e proposições podem dar potência ao ato criador, a fluidez da arte pode penetrar nos mais sutis espaços Rita L. Irwin e Stephanie Springgay escrevem no artigo *A/r/tografia como forma de pesquisa baseada na prática*, que foi publicado no livro *Pesquisa Educacional Baseada em arte: A/r/tografia que [...]* é um espaço intersticial, aberto e vulnerável onde os significados e as compreensões são interrogados e rompidos. (Irwin e Stephanie, 2013, p. 139), ou seja, o fazer artístico e suas dissonâncias ocupam espaços de leitura, releitura, criar e recriar, afirmar e questionar que pode ser ressignificado o tempo todo.

Abaixo, vê-se o folder de apresentação da instalação beba-me e do projeto que é distribuído ao público.

Figura 32: folder de apresentação que acompanha a instalação



Fonte: a autora

As mulheres autoras da instalação artística *Beba-me* transitaram por diferentes espaços, percepções e sensações: da violência à paz, da liberdade à prisão, da dor ao prazer e experimentaram especialmente dentro do projeto adinkras a coragem, a autonomia no ator criador, as possibilidades de subversão da realidade, tendo a arte como dispositivo de reflexão e ação.

Rosilei de Oliveira, uma das mulheres que frequentou o grupo e fala abertamente sobre sua experiência relatou para Mariana Peruchi Ronsani durante a entrevista concedida para sua pesquisa de Iniciação científica *Questão de Gênero: o lambe-lambe como ferramenta no combate à violência contra a mulher* sobre a reação das pessoas ao ver sua história contada na exposição *Beba-me*:

[...] as pessoas também se emocionam, também, tem umas mulheres mais velhas que sofreram bastante e vem falar com nós sobre os assuntos, eu sinto que tem muitas mulheres que não conseguem se abrir, principalmente as mais velhas, aí tem mulheres que não conseguem nem se relacionar de novo, por causa do que elas viveram, aí eu falo: começa a participar lá do grupo. (Depoimento de Rosilei, 2019).

A experiência com arte dentro do grupo possibilitou para mulheres como a Rosilei o encorajamento, o fortalecimento da sua autoestima e o desejo de ajudar outras mulheres através do seu exemplo de superação. A narrativa de Rosilei sobre a instalação artística e sua percepção sobre as reações das outras pessoas ao lerem os sketchbooks mostra que o público conseguiu interagir com a obra tornando-a o espaço aberto citado por Rita L. Irwin e Stephanie Springgay onde o público emancipa-se do caráter de espectador e passa a reflexionar sobre as propostas que estão presentes na instalação, cada sujeito que passa pela instalação sai de lá com percepções diferentes de acordo com a sua realidade com as suas experiências. e movimentar reflexões sobre as violências contra as mulheres e o ciclo da violência foi um dos objetivos da instalação, pode-se dizer que foi alcançado e espaço de mero observador foi rompido e ressignificado, assim com a vida de muitas das mulheres que passaram pelo projeto adinkras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender as possibilidades da arte/educação como dispositivo para reflexão e sensibilização em grupos de apoio às mulheres vítimas de violência apontando caminhos para as mulheres que foram violadas em seus direitos possam ressignificar sua vida após a denúncia. Dentro desse projeto em que os processos de construção de conhecimento foram a base para elas recomeçarem.

A arte veio como principal área de investigação, diálogos e durante a escrita esses estudos foram costurados e ampliados consultando teorias desenvolvidas pela psiquiatria, história e educação. Empreendemos oferecer um olhar sobre as raízes sócio históricas e as manifestações contemporâneas da violência sobre as mulheres. Ao mesmo tempo, abraçamos a esperança e o potencial transformador que a arte e a educação podem trazer para essa batalha, já que a liberdade é uma luta constante.

Desde o início, nosso objetivo era mergulhar nas complexas camadas da violência contra as mulheres, desenterrar suas origens patriarcais e revelar as lacunas nos sistemas legais que permitem sua persistência. Ao mergulharmos nas histórias das mulheres afetadas pela violência, entendemos que a transformação não é apenas uma necessidade, mas uma responsabilidade compartilhada. Com os relatos das vítimas e da análise das práticas de apoio, testemunhamos a resiliência e a força das mulheres em busca de justiça e igualdade.

E ao traçar nossa jornada, desde as análises legislativas até as expressões artísticas do grupo Adinkras/SC, descobrimos não apenas respostas, mas também novas perspectivas, novos olhares possíveis sobre esses temas.

Essa jornada nos levou ao grupo Adinkras/SC, um oásis de apoio e empoderamento por meio da arte e da educação, nas práticas artísticas, como os sketchbooks e os adinkras africanos, possibilitou-se que as mulheres expressem suas dores, esperanças e aspirações de maneiras que vão além do discurso tradicional. E a instalação artística "Beba-Me" nos convida a olhar profundamente para a experiência das mulheres, despertando empatia e

chamando à ação do público para a existência do ciclo patológico da violência que leva muitas a permanecerem nos relacionamentos abusivos.

Ao explorar os objetivos específicos da pesquisa, entendemos que o caminho para enfrentar a violência contra as mulheres não é simples, mas é pavimentado com possibilidades. A análise das legislações, dos grupos de apoio e das práticas artísticas revelou que o enfrentamento dessa questão requer uma abordagem multidisciplinar e colaborativa. Os grupos de apoio se destacam como faróis de esperança, mostrando que a cura é possível quando as mulheres encontram comunidades solidárias que as valorizam e as escutam.

À medida que as mulheres reescrevem suas histórias, por meio da arte e da educação, elas desafiam os estereótipos. Além disso, também reivindicam suas identidades e redefinem o papel que desempenham na sociedade. As práticas e processo artísticos não apenas proporcionam cura, mas também influenciam a consciência pública, estimulando discussões e mudanças culturais.

Essa experiência no projeto Adinkras é apenas uma pequena parte de uma jornada maior para erradicar a violência contra mulheres. Ela chama a todos - homens e mulheres, acadêmicos, ativistas e a sociedade em geral - a nos comprometermos. Convida a reflexão sobre nossos comportamentos, sobre a forma como nos posicionamos frente a injustiça e retomo um questionamento já feito durante a escrita, que também é provocado na instalação: qual é o papel que cada um de nós ocupa dentro do ciclo da violência: cúmplice, juiz, vítima ou agressor?

A luta contra a violência das mulheres é uma luta de todas/os, uma busca por justiça e dignidade. Que este trabalho inspire outros a seguirem nessa jornada em direção a um mundo onde as pessoas sejam verdadeiramente livres para viver, sonhar e conquistar, sem barreiras nem violência.

Que os espaços educativos sejam libertadores e que a arte continue potencializando reflexões, sensibilizando e resistindo. O Exercício da arte/educação nesse espaço não-formal da educação também se mostra como uma importante área de atual para os arte/educadores, nos espaços, diálogos com sujeitos que a educação formal não alcança, onde o currículo escolar não

consegue penetrar e impactar; mas que, a arte com sua fluidez e sensibilidade adentra.

Entendemos que o objetivo principal desta pesquisa era explorarmos a eficácia de iniciativas baseadas em arte/educação para apoiar mulheres vítimas de violência, compreendendo a violência contra as mulheres como um fenômeno com raízes sócio históricas profundas e conseguimos plenamente cumprir esse objetivo.

Ao examinarmos com mais atenção as leis, o patriarcado e o papel do Estado, conseguimos perceber com clareza a origem e as complexidades da violência contra as mulheres. Além disso, ao descrevermos detalhadamente as experiências do grupo Adinkras/SC, mostramos como abordagens artísticas e educacionais podem oferecer um apoio significativo.

Ao longo desta jornada, cumprimos integralmente os objetivos específicos que delineamos. Quando analisamos os grupos de apoio, conseguimos compreender como eles desempenham um papel fundamental na recuperação e no empoderamento das mulheres. As práticas de arte/educação discutidas, como os sketchbooks e os adinkras africanos, e a instalação artística “Beba-me” ilustraram vividamente como os processos artísticos podem ser transformadores. A autonomia e empoderamento que as mulheres mostraram ao construírem a instalação artística simbolizou a importância de dar voz às mulheres.

Como vocês podem perceber, cada um dos objetivos específicos traçados no início deste estudo foi alcançado de maneira abrangente. Quando analisamos as legislações relacionadas à violência contra as mulheres, conseguimos uma compreensão profunda das estruturas patriarcais e das limitações do sistema legal. Exploramos, por meio da análise dos grupos de apoio e resistência, as diferentes formas como as mulheres vítimas de violência podem encontrar suporte e solidariedade.

Ao vivenciar a experiência de arte/educação junto ao grupo Adinkras/SC, testemunhamos o poder transformador dessa abordagem no processo de recuperação e empoderamento das mulheres. Ao criar sketchbooks e explorar os adinkras africanos, ficou claro como a expressão artística e cultural pode ser um importante dispositivo para a mudança pessoal e social.

Ao longo deste estudo, foi possível abordar e analisar o problema da violência contra as mulheres de uma perspectiva multidisciplinar. Aprofundamos nossa compreensão das legislações e das estruturas sociais que alimentam esse problema através das seções anteriores. Concretamente, os relatos dos grupos de apoio ofereceram exemplos tangíveis de como as mulheres podem buscar ajuda e resistir. Nossa ênfase nas práticas de arte/educação trouxe uma perspectiva única para abordar o problema, em que o fazer artístico age como dispositivo de sensibilização para as mulheres que chegam ao grupo com traumas e memórias de sofrimento.

Nas práticas artísticas, mais que sensibilizar a arte/educação vem para essa experiência como dispositivo potente para guiar diálogos, reflexões e resistência nessas mulheres, e vai além, quando vivifica a coragem delas, a coragem que é fruto do conhecimento de si e da sociedade, dos seus direitos e deveres. Logo instigando-lhes a reescrever suas narrativas pessoais e culturais de maneira significativa, com auto respeito, amor próprio.

Mostramos que a violência de gênero está intrincadamente ligada a estruturas de poder patriarcais arraigadas. Isso ressalta a necessidade urgente de mudanças sistêmicas. As abordagens eficazes utilizadas pelo grupo, fortaleceram a importância de espaços seguros de apoio com acompanhamento psicológico e com processos educativos baseados na arte. Nossa pesquisa demonstrou que o fazer artístico é não só um meio para sensibilização, mas também um dispositivo poderoso para conscientizar a sociedade sobre a questão da violência contra as mulheres.

Além disso, salientamos a persistência das estruturas patriarcais nas legislações e na sociedade. Ao explorarmos as práticas de arte/educação no grupo, descobrimos como essas práticas oferecem uma plataforma eficaz para a reflexões, ressignificações e (re)construção de identidade. A ênfase na cultura africana não apenas enriqueceu nossa compreensão dessa herança, mas também demonstrou como a conexão cultural desempenha um papel vital no processo de recuperação.

Conduzimos a pesquisa empregando uma abordagem multidisciplinar que incluiu revisões literárias, análises documentais e participação prática nas atividades de arte/educação. A análise detalhada dos grupos de apoio proporcionou uma visão empírica das experiências das mulheres. Essa

imersão nas práticas de arte/educação do grupo trouxe uma dimensão concreta e vivencial.

Em suma, nossos esforços resultaram em uma análise abrangente da violência contra as mulheres, na exploração de abordagens de apoio e resistência, e na avaliação da eficácia da arte/educação como potência transformadora. Conseguimos abordar em profundidade o problema da violência, ressaltando a necessidade de mudanças estruturais e também apresentando soluções práticas e inovadoras.

A contribuição deste estudo reverbera para além das páginas deste texto. As descobertas que compartilhamos podem se tornar um ponto de partida crucial para futuras intervenções e discussões. À medida que compreendemos cada vez mais as complexidades da violência contra as mulheres e as estratégias para combatê-la, avançamos em direção a uma sociedade mais equitativa, onde todas as pessoas, independentemente de seu gênero, possam viver com dignidade e segurança.

Em última análise, este estudo não apenas revisitou a violência contra as mulheres, mas também lançou luz sobre o caminho a seguir. A conscientização que geramos e as lições aprendidas com as práticas do grupo têm o potencial de inspirar uma transformação positiva em nossa sociedade, trabalhando para erradicar a violência de gênero.

Ao encerrar este trabalho, refletimos sobre o impacto significativo que ele pode ter. Ao enfrentar a violência contra as mulheres de maneira abrangente e com soluções concretas, contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa, onde as mulheres possam viver sem medo e com a liberdade de buscar suas aspirações e realizações.

É crucial reconhecer que este estudo abordou a complexidade da violência contra as mulheres e suas estreitas conexões com estruturas sociais, históricas e culturais arraigadas. A análise minuciosa das legislações nos permitiu entender como o patriarcado e as instituições contribuem para a persistência dessa violência. A abordagem adotada pelo grupo, com suas práticas de arte/educação, trouxe uma visão esperançosa de como as mulheres podem superar traumas e se empoderar em um ambiente de apoio e compreensão.

Os métodos de pesquisa empregados ofereceram uma investigação profunda e abrangente, fornecendo uma análise crítica e reflexiva da problemática. A combinação de revisões literárias, análise documental e exploração prática enriqueceu a compreensão tanto do problema quanto das soluções propostas. Contudo, cabe reconhecer que a violência contra as mulheres é um problema multifacetado que exige abordagens contínuas e adaptativas.

A sociedade precisa caminhar para a pacificação entre os seres e reparação para aquelas/es que tiveram seus direitos violados. Este estudo, apesar de suas conquistas, é um passo rumo a um entendimento mais completo. Ele ressalta a necessidade de esforços colaborativos entre várias áreas, como direito, psicologia, sociologia e arte, para efetuar mudanças duradouras. Durante o tempo de mestrado participei em algumas disciplinas acompanhando meu orientador Dr. ° Alex Sander da Silva, para narrar essa experiência do projeto Adinkra aos estudantes das últimas fases de alguns cursos de licenciatura ( artes e pedagogia) e nessas experiências vi a potência desse projeto ser renovada, vi a possibilidade dessa discussão acontecer em diferentes áreas do conhecimento, compreendendo que de forma colaborativa as estruturas sociais podem ser abaladas e ressignificadas.

Encerro temporariamente a escrita anunciando que enquanto nossos corpos forem violados, nós seguiremos lutando. Enquanto a arte existir, e tivermos possibilidades de viver experiências, de lutar, de sonhar, de (re)existir, de ressignificar, nós assim faremos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Schirlei. **Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina em tese inédita de ‘ estupro culposo’ e advogado humilhando jovem.** The Intercept Brasil. 03 de novembro de 2020. Disponível em: < <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>>.Data de acesso: 14/08 de 2022.

BRASIL. **Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006** “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” . Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.2178, de maio de 2016.** Altera o § 6º do artigo 26 da Lei n.º9.394, de 20 de novembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm) . Acesso em: 22 set de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009.** Que trata dos crimes hediondo, que trata da corrupção de menores. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm) >. Data de acesso:25/07/ 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei 14. 245, de 22 de novembro de 2021,** para coibir a práticas de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento no crime de coação no curso do processo. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14245.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14245.htm) > . Data de acesso: 2/08/2022.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: < Constituição da República Federativa do Brasil de 1988>.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Ministério da Educação. 2017

BARBOSA, Ana Mae. **A Imagem no Ensino da Arte: anos oitenta e novos tempos.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Leitura da imagem e contextualização na arte/educação no Brasil.** Revista GAERTE, Porto Alegre, v. 9, p. 1 - 17, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/127855/86611> > .

BERCHT, Ana Maria. COSTA, Angelo Brandelli. **Objetificação e saúde mental.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. FURG. 2018. Disponível em: < <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/339.pdf> > . Data de acesso: 15/10/2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019. Coord.: Djamila Ribeiro. Disponível em: <

<https://www2.unifap.br/neab/files/2021/01/Empoderamento-Feminismos-Plurais-Joice-Berth.pdf> > .

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

\_\_\_\_\_, Judith. **Regulações de Gênero**. Cadernos PAGU, Campinas, São Paulo, n. 42, p. 249-274, 2016. Disponível em: <  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>>  
. Acesso: 19/08/2021.

BUENO, Samira. LIMA, Renato Sérgio de. (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <  
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>> .

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 2325/2021**. Para vedar a tese de legítima defesa da honra em casos de crime de violência doméstica e feminicídio. Disponível em: <  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2333783>> .

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados, v. 17, n.º 48, p. 117-132. 2003. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>>. Data de acesso: 10/07/2022.

\_\_\_\_\_, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Jaqueline Aparecida Gonçalves Fernandes de; MENEZES, Marizilda dos Santos. **Design Étnico: a identidade sócio cultural dos signos**. Disponível em: <  
<http://books.scielo.org/id/mw22b/pdf/menezes-9788579830426-03.pdf>. 21 set 2020. Código civil brasileiro. 1916. Disponível em: <  
[http://cidadania.uol.com.br/doc6/doc6\\_p2.jhtm#](http://cidadania.uol.com.br/doc6/doc6_p2.jhtm#). Data de acesso: 25/03/2022.

CHAMINÉ, Maria Helena Aldinhas. **O ensino da história através das artes**. Relatório realizado no âmbito do Mestrado em ensino de História Básico e Secundário na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 137 p.; 2017. Disponível em: <  
<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/106832/2/207661.pdf>> . Data de acesso: 14/08/2021.

COLLINS, Patricia Hills. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, v.5, n. 1, p. 7-17, jan/jun, 2017. Disponível em: <  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509704/mod\\_resource/content/0/559-1734-1- PB.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509704/mod_resource/content/0/559-1734-1- PB.pdf)> . Acesso em: 30/09/2022.

COURI, Norma. **A morte de Marielle Franco: todas as mulheres do mundo.** Observatório da imprensa. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/a-morte-de-marielle-franco/marielle-todas-as-mulheres-do-mundo/>>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GROSSI, Mirian Pillar. **De Angela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade.** *Revista Estudos feministas*. V. 1, N. 1, P. 166 - 168. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15981/14481>>.

PROJOR: Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, 28 de julho de 2020. Observatório da imprensa. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/a-morte-de-marielle-franco/marielle-todas-as-mulheres-do-mundo/>>. Data de acesso: 19/07/2022.

EM PEDAÇOS. Emanuela Justino. Reportagem de: Janine Limas. Criciúma, Santa Catarina. Produção de: TV Unesc. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bqW1xb2mHtE&t=37s>>.

ENGELS, FRIEDRICH. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante;2019.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v.14, n. 50, p. 27-38, 2006. disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>>.

GRAFITE COM ROSTO DE MARIELLE FRANCO E PICHADO COM XINGAMENTOS EM RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão e Franca: EPTV. Ribeirão preto. 05 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/05/20/grafite-com-rosto-de-marielle-franco-e-pichado-com-xingamentos-em-ribeirao-preto.ghtml>>. Data de acesso: 10/08/2022

HIRIGOYEN, Maire France. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Site oficial. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/>>.

JUSBRASIL. Artigo 233. **Lei 3.071 de janeiro de 1916**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11472170/artigo-233-da-lei-n-3071-de-01-de-janeiro-de-1916>>. Data de acesso: 19/04/2022.

KRAMER, Heinrich. SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 2ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1997.

\_\_\_\_\_. (ORG). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Central de atendimento à mulher (ligue 180). Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/ligue180>>.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Sankofa: significado e intenções**. In: \_\_\_\_\_(Org.). *A Matriz Africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. Petrópolis: Vozes, 2014.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

PERUCHI, Mariana. **Questão de gênero: o lambe-lambe como ferramenta de combate a violência contra a mulher**. Disponível em: <<https://mperuchironsani.wixsite.com/invisibilidademata/agora>>.

\_\_\_\_\_. **Questão de gênero: o lambe-lambe como ferramenta de combate a violência contra a mulher. Memorial descritivo de trabalho de iniciação científica. Curso de Design Gráfico**. Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidades. Universidade do Vale do Itajaí. Florianópolis. 2019.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Zahar.2006. Disponível em: <<http://arqueologia.files.wordpress.com/2013/11/o-brasil-antes-dos-brasileiros-andre-prous.pdf>>. Acesso em: 13/08/2021.

RANCIERE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental. Ed.34, 2005.

REIS, Vivian. G1. **Caso Isa Penna: em decisão inédita, Alesp suspende deputado Fernando Cury por seis meses por passar a mão na colega**. 01 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/01/caso-isa-penna-em-decisao-inedit>>

[a-alesp-suspende-por-6-meses-mandato-do-deputado-fernando-cury-que-pas-sou-a-mao-em-colega.ghtml](#) > .

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, violência**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

STOKER, Pâmela Caroline. DALMASO, Silvana Copetti. **Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rosseuff no Facebook da Folha**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 24, nº 03, setembro, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2016000300679](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300679).

Data de acesso: 27/02/2021.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. 2012.

SOUZA, Mércia Cardoso de. BARACHO, Luiz Fernando. **A lei Maria da Penha: Égide, Evolução e Jurisprudência no Brasil**. Revista eletrônica do Curso de Direito, PUC Minas Serro, n.º11, p. 70 – 106. Janeiro de 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/8695>>. Data de acesso: 24/02/2021.

SOUZA, Luciano Mendes de. **Do objeto à camada intersubjetiva: o scketchbook como estrato do pensar gráfico**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília. 2015. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/618838?mode=full>>. data de acesso: 28/04/2023.

STOKER, Pâmela Caroline. DALMASO, Silvana Copetti. **Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rosseuff no Facebook da Folha**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 24, nº 03, setembro, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2016000300679](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300679). >. Data de acesso: 27/02/2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: atlas; 1987.

UOL. **Deputada Isa Penna é assediada pelo deputado Fernando Cury na Alesp**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Sx-XtoB2l0k>> .

VASQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Sobre os modos de produzir as mães: notas sobre a normatização da maternidade**. Revista Mosaíco. V.7. N.1. 2014. Ponta Grossa. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/3984>>. Data de acesso: 18/04/2023.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: COM APOIO VÍTIMAS CONSEGUEM RECOMEÇAR. Emanuela Justino. Reportagem de: Janine Limas. Criciúma, Santa Catarina. Produção de: TV Unesc. 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2s4xSIHtYI> >.